

ARNALDO HAAS JÚNIOR

**HORIZONTES DA ESCRITA: HISTORIOGRAFIA, UMA IDÉIA DE
REGIÃO E A MONUMENTALIZAÇÃO DO PASSADO.**

ALTO VALE DO ITAJAÍ – SC (1985-2007)

FLORIANÓPOLIS – SC

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO**

ARNALDO HAAS JUNIOR

**HORIZONTES DA ESCRITA: HISTORIOGRAFIA, UMA IDÉIA DE
REGIÃO E A MONUMENTALIZAÇÃO DO PASSADO.**

ALTO VALE DO ITAJAÍ – SC (1985-2007)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão.

FLORIANÓPOLIS – SC

2009

ARNALDO HAAS JUNIOR

**HORIZONTES DA ESCRITA: HISTORIOGRAFIA, UMA IDÉIA DE
REGIÃO E A MONUMENTALIZAÇÃO DO PASSADO.**

ALTO VALE DO ITAJAÍ – SC (1985-2007)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora

Orientador:

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Titular:

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Titular:

Prof. Dr. Emerson César de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina

Suplente:

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2009.

Aos amigos que em mim acreditam.

AGRADECIMENTOS

Esta não é a mais árdua, mas certamente é a mais delicada tarefa. Como registrar num espaço tão exíguo impressões, sentimentos e angústias partilhadas em mais de dois anos? Tentarei não ser ingrato. Para tanto, afirmo de antemão que o que segue não representa uma hierarquia.

À Fernanda, a mais íntima companheira. Sábados, domingos, feriados: “hoje não posso sair porque tenho que estudar. Amanhã também não”. O tempo passou e cá estamos nós, sãos e salvos. Sei que minha felicidade também é sua.

Aos amigos Paulo e Vivian. Dois anos de estadia na casa de vocês. Mais do que hospedagem, este tempo significou crescimento pessoal, intelectual, humano. Vivian, companheira de angústias, alegrias e certezas. Paulo, meu grande mestre.

Ao professor Felipe, meu orientador. Suas aulas foram inesquecíveis. Este trabalho, da forma como se apresenta, deve muito a suas sutis e eficazes orientações. Muitíssimo obrigado!

À Raquel, que em meio as suas próprias atribulações não poupou esforços para me ajudar na confecção do projeto com o qual fui aprovado para o mestrado. Tens em mim um amigo e admirador.

Aos colegas de mestrado: a todos dispenso um carinho especial. Heráclito não me sai da cabeça, mas certamente as águas do rio fluíram menos do que as mudanças que em nós se processaram. É humano eleger afinidades (ou ser tragados por elas?): Antero, Caio Graco e Fábio dispensam palavras, pois sabem o quanto à amizade deles foi e continuará sendo importante para mim. Diego, parceiro nas mais conturbadas horas, tanto na concepção de idéias quanto na elaboração da escrita. Como esquecer os dias de tormento em relação à bolsa?

Aos professores e professoras dos quais tive o prazer de ser aluno: Silvia, Maurício, Reinaldo e Emerson. Reinaldo, você é uma figura ímpar. Emerson, a idéia na especialização rendeu frutos. Seu apoio, empréstimo de livros e auxílio no refinamento das idéias foram de suma importância. Lembre-se: você já é. Muito obrigado!

Ao professor Temístocles Cezar, por ter aceitado a participação na banca examinadora deste nada ilustre desconhecido.

Ao meu irmão André, que eu sei que torce muito por mim.

À Universidade do Estado de Santa Catarina, por ter me disponibilizado a bolsa de monitoria PROMOP, o vil metal sem o qual fica difícil viver.

RESUMO

Na presente dissertação analiso um conjunto de obras de história local produzidas entre os anos de 1985 e 2007 em municípios da Região do Alto Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, assim como algumas iniciativas desenvolvidas pela AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – relativas ao patrimônio histórico e cultural da região. O trabalho é dividido em três momentos. No primeiro procuro verificar em que medida as iniciativas da AMAVI e os escritos contidos nas obras de história local agem no sentido de dar suporte para uma identidade regional; no segundo momento enfoco minha análise apenas sobre as obras de história local, visando trazer a tona alguns elementos envolvidos na elaboração dessas obras e partindo do princípio de que elas representam um regime singular de produção do passado; no momento final meu objetivo é discorrer sobre a maneira como os escritos de história local apresentam ao leitor uma idéia de um passado monumental.

Palavras-chave: Historiografia, História Local, Identidade Regional, Passado Monumental.

ABSTRACT

In the present dissertation I analyze a group of works of local history produced among the years of 1985 and 2007 in municipal districts of the Area of the High is Worth of Itajaí, in the State of Santa Catarina, as well as some initiatives developed by AMAVI - Association of the Municipal districts of the High is Worth of Itajaí - relative to the historical and cultural patrimony of the area. The work is divided in three moments. In the first I try to verify in that measured the initiatives of AMAVI and the writings contained in the works of local history act in the sense of giving support for a regional identity; in the second moment I focus my analysis just on the works of local history, seeking to bring the surface some elements involved in the elaboration of those works and leaving of the beginning that they represent a singular regime of production of the past; in the final moment my objective is to discourse on the way as the writings of local history present to the reader an idea of a monumental past.

Keywords: Historiography. Local History. Regional Identity. Monumental Past.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.....	23
Figura 2 – Tradição: Sport Club Ypiranga	39
Figura 3 – “O viajante sobre o mar de névoas”. Caspar David Friedrich.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Delineando o(s) horizonte(s)	10
CAPÍTULO I	
<i>Regere Fines</i>: subsídios para uma idéia de região	17
Nas veredas de um rio.....	20
<i>Regere Fines</i> : a região em questão (considerações sobre um conceito maleável)	24
O Vale Europeu e os seus (outros) Vales.....	26
Uma investida institucional: a AMAVI e a construção de uma identidade regional....	31
Histórias locais: raízes e legitimidade para um ideal de região	41
CAPÍTULO II	
Histórias Locais e Produtores de História: reflexões sobre um regime de produção do passado	55
Histórias locais no contexto da produção historiográfica catarinense	58
Análise historiográfica? História Local?	65
Vozes autorizadas: autores, lugares de fala e uma convocação.....	68
“Produtores de história” e outros conceitos exploratórios.....	82
O trabalho com as fontes	89
CAPÍTULO III	
A Escrita e a Monumentalização do Passado	97
Um lugar de memória	100
Reflexões iniciais: a história em blocos e algumas noções de temporalidade	108
Um passado monumental.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
Horizontes da escrita	131
FONTES	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

Dentre todas as singularidades da escrita de Nietzsche – convocação ao movimento, ao obrar e ao pensar –, permito-me eleger como marca indelével a utilização de metáforas. Mais propenso a se apegar a pluralidade silenciosa de sentidos de cada evento disperso do que aos grandes eventos ruidosos, Nietzsche esbanja de aforismos e metáforas na expectativa de romper com a fixação de sentidos que tanto debilita o pensar. Liberto das amarras da unilateralidade, o pensamento alcança a altura necessária para uma boa observação das idéias, das práticas e dos valores sob os quais o texto se propõe a divagar. Metáfora de visões sobre a História, uma paisagem me inspira.

Caso algum dia um artista resolvesse dar cores a uma imagem representativa do homem diante da história ou, para ser mais específico, diante do passado, possivelmente ele poderia fazê-lo retratando um indivíduo no topo de uma montanha. Imagino que, para causar mais efeito, o indivíduo retratado devesse estar de costas para quem viesse a contemplar a obra de arte. Nesta posição, de costas para um público, ele próprio estaria mirando a extensão do horizonte delineado a sua frente. Não saberíamos a impressão que a imagem deixaria registrada em seu rosto (não seria ela subjetiva?). Por estar no topo de uma montanha, creio que seria conveniente acrescentar à composição um importante elemento: sob os pés do indivíduo retratado deveria se estender uma densa neblina na qual estariam mergulhados elementos dos quais se teria apenas um vislumbre. Um ou outro desses elementos, talvez os picos de outras montanhas, ou as nuvens no céu, seriam as únicas imagens claramente identificáveis, as únicas “certezas” possíveis, pelo menos daquele ponto de vista. Se este, o ponto de vista, fosse mudado, certamente outras imagens seriam identificáveis, outras “certezas” surgiriam, outros horizontes receberiam contornos.

Acredito que não seria forçoso associar o indivíduo em questão à figura dos historiadores. Em sua busca pela visualização do passado os historiadores, profissionais, amadores, ou qualquer outra denominação que lhes seja imputada, são condicionados pelo ponto de vista a partir do qual lançam luz sobre aquilo que foi. As imagens resultantes do seu trabalho são tão diferentes quanto são os pontos de vista e as diferentes maneiras de se propor uma visualização para elas. Penso que, em linhas gerais, o trabalho apresentado nas páginas que seguirão se liga a estas questões, pois meu interesse é, em grande medida, empreender uma reflexão sobre certas imagens do passado, sobre a maneira como são construídas e sobre o tipo de visibilidade que vislumbram dar a ver. Evidentemente, colocando-me no lugar do

hipotético observador, devo afirmar de antemão que minha visão do horizonte é absolutamente parcial. Mas posso indicar o que vejo.

Delineando o(s) horizonte(s)

Há muito tem se falado que a contemporaneidade se apresenta como o *locus* privilegiado do fragmentário, da dissolução de laços, aceleração do tempo, nebulosidade do futuro e perda do sentido do passado, assim como da elaboração de redes voláteis de sociabilidades, que se entrecem e se rompem ao sabor das circunstâncias. Em meio a este terreno, a constituição de identidades fixas, a-históricas, alicerçadas em um sujeito fundante já não mais pode ser pensada. Criação de um vazio? Pouco provável. Novas identidades (identificações), novos (re)conhecimentos são gestados: uma busca por certezas se instaura sobre o incerto. Neste processo, a preocupação com a perda de sentido do passado, com o acelerado processo de esquecimento e com a incapacidade de manutenção dos “mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas”¹, aponta para uma relação peculiar com o tempo e com a história.

Estar atento ao tempo em que se vive. Premissa para um bom desempenho do trabalho do historiador, este cuidado, segundo François Hartog, foi o que o levou a detectar, a partir da década de 1980, um crescimento vertiginoso “da categoria do presente até que se impôs a evidência de um presente onipresente”². O surgimento de uma área de concentração em estudos históricos denominada de “História do Tempo Presente”, inicialmente no âmbito acadêmico francês, e mais tarde em outros países tais como o Brasil, é testemunha deste processo. Sintoma de uma reorientação da experiência temporal, o alargamento do presente trouxe consigo novas formas de se relacionar com o passado e com o futuro. Este último, nebuloso e incerto, perde o papel de protagonista por ele ocupado durante boa parte do século XX e cede o lugar ao presente, um tempo voraz que se alimenta de imagens, representações e discursos construídos sobre o passado. Alterando o aforismo de Walter Benjamin³ é possível dizer que o presente leva consigo um índice misterioso que o impele para o passado: neste, busca raízes, recupera, molda e refina memórias.

¹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. de Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 13.

² HARTOG, François. Tempo e patrimônio. (Trad. José Carlos Reis), In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36: p.261-273, Jul/Dez. 2006. p. 262.

³ Refiro-me a um trecho da segunda de suas “Teses Sobre o Conceito de História”, cujo aforismo é: “O passado trás consigo um índice misterioso, que o impele à redenção”. Ver BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Vol. 1. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 223.

Dentre outras reverberações, o que entra em cena em meio ao que Hartog concebe como força do presentismo é o desenvolvimento de políticas preservacionistas. Com efeito, se o futuro é incerto e o presente é instável, a saída é apoiar-se em um passado preservado/reconstituído através de seus principais signos: o patrimônio (material e imaterial), a memória e, num sentido complementar, a história (entendida aqui como um discurso escrito sobre o passado). Cada um desses elementos aponta para uma maneira específica de elaborar uma determinada visibilidade sobre o passado e responde por diferentes instâncias onde as imagens do passado por eles produzidas são acolhidas. Como nos dá a entender Beatriz Sarlo⁴, existem públicos variados ávidos por diferentes tipos de passado. Há, contudo, para além dessas diferentes formas de visibilidade do passado, um entroncamento onde todas elas se familiarizam e entram em ressonância. Este entroncamento consubstancia-se numa política de identidades.

São variadas as possíveis explicações para este fenômeno. Poder-se-ia afirmar que ele é uma resposta aos desdobramentos da globalização econômica (em seu viés de mercado) e da mundialização cultural que, com sua tendência à homogeneização de valores, práticas e saberes, induzem à obliteração de elementos passíveis de conferir a um determinado lugar ou grupo social o *status* de produto único, atrativo do ponto de vista econômico e significativo do ponto de vista cultural. Investir em uma identidade – acionando, para tanto, certa forma de visibilidade para o passado – significa potencializar forças, apresentar competitividade e amealhar dividendos (simbólicos, políticos, econômicos). A proliferação de iniciativas voltadas à preservação de patrimônios históricos e sua associação com políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo é um exemplo por si só esclarecedor. Por outro lado, estudos como o de Hartog ou, ainda, Andreas Huyssen, servem como um alerta para o fato de se reduzir a aspectos mercadológicos este apelo do passado. Há que se considerar que o presente é tão alargado quando é a sensação de insegurança e instabilidade por ele causada. Mergulhar no passado e nele garimpar uma identidade (individual ou coletiva), um porto seguro que confira um significado para o presente, é também uma atitude profilática contra o mal que assola os mais diversos segmentos sociais.

Numa ordem discursiva que segue um outro itinerário, mas que aborda questões semelhantes, Pierre Nora afirma que nas últimas décadas teria ocorrido uma passagem da

⁴ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. de Rosa Freire d’Aguiar São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 13.

memória para a história. A necessidade de registro, de se resguardar memórias veio ao encontro dessa passagem e

(...) obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela relativização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. Não há mais nenhuma família na qual pelo menos um membro não se tenha recentemente lançado à reconstituição mais completa possível das existências fortuitas de onde a sua emergiu.⁵

Analisadas à luz de uma interpretação singular, as palavras de Nora aludem a uma massificação da história e abrem espaço para uma reflexão sobre os usos do passado. Com efeito, uma vez que o passado tornou-se objeto de interesse por parte de variados segmentos sociais, múltiplos são os caminhos que conduzem a sua inteligibilidade. Por este motivo, para além de uma preocupação com a descrição e interpretação dos eventos pretéritos, entender como tais eventos são pensados, descritos, articulados e transmitidos é uma atitude de suma importância por parte dos historiadores do tempo presente e demais historiadores afiliados às mais diversas concepções teórico-conceituais. Dos monumentos às imagens, dos relatos de memória aos mais variados registros escritos, um amplo campo de investigação se oferece ao olhar do historiador que se dispõe a contemplá-lo. No ponto onde me localizo é esse horizonte que contemplo e é sobre ele que a análise contida nesta dissertação se desenvolverá.

Dentre as formas de visibilidade do passado, o ponto de Arquimedes do meu trabalho constitui-se de um conjunto de obras de história local e/ou de caráter genealógico produzidas entre 1985 e 2007, em municípios da Região do Alto Vale do Itajaí. Confeccionadas por autores de variadas formações profissionais com a intenção de promover um “resgate do passado”, ou ainda, a preservação da memória local para as gerações futuras, tais obras – que não raro generalizam uma confusão entre história-objeto e história-conhecimento, entre história vivida e história como operação intelectual – têm sido um veículo privilegiado de publicização de narrativas sobre o passado local. Consideradas por alguns dentre seus autores como uma produção cuja narrativa é de mais fácil compreensão quando comparada com a produção historiográfica acadêmica, estas obras utilizam-se de entrevistas história oral como um instrumento privilegiado para recuperar memórias e resgatar experiências históricas

⁵ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. (Trad. Yara Aun Khoury), In: *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 2003. p. 17.

vividas, sendo que os depoimentos normalmente são tomados como um fim em si, fugindo assim de uma perspectiva analítica.

Partindo do princípio de que todos os tipos de discursos – a exemplo do discurso histórico – contêm determinadas relações e efeitos de poder, assim como da idéia de que as *representações* por eles alicerçadas fazem parte do *constructo* que compõe a realidade, considereei pertinente analisar as obras de história local a partir de três vetores: a instituição e o agenciamento de símbolos identitários capazes de sustentar uma idéia de região; a discussão sobre um regime específico de produção de passado; e, por fim, a interpretação de um determinado tipo de discurso cujo objetivo, em grande medida orientado pela não diferenciação entre história e memória, é promover uma monumentalização do passado. As indicações oriundas desses vetores suscitaram, respectivamente, a repartição da minha dissertação em três capítulos.

O primeiro capítulo, “*Regere Fines: subsídios para uma idéia de região*”, embora não esteja formalmente dividido em duas partes, toma por referência dois conjuntos distintos de evidências empíricas. No momento inicial, utilizando-me de uma publicação da Associação dos Municípios do Alvo Vale do Itajaí⁶, AMAVI, e de informações relativas ao “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico”, publicizadas no *website* desta instituição, discorro sobre as origens da AMAVI e sobre as linhas de ação do projeto supracitado, uma iniciativa cujo objetivo direto é promover o resgate do patrimônio histórico material e imaterial dos municípios membros da região do Alto Vale do Itajaí-SC, mas que, indiretamente, articula elementos para a construção de uma identidade regional. Posteriormente meu estudo se volta à reflexão sobre obras de história local produzidas em algumas das cidades do Alto Vale do Itajaí.

Tratando-se de obras de história local (exceção feita a dois livros que visam à constituição de genealogias familiares), as informações contidas nesse material pretendem dar conta do processo de colonização da Região do Alto Vale e, mais especificamente, de cada um dos municípios sobre os quais discorrem. Atrelando a empreitada colonizadora à qualificação dos pioneiros, em sua maioria europeus ou descendentes de europeus, anunciados como “desbravadores”, “heróis”, os autores estabelecem um padrão identitário incorporado na elaboração de uma identidade para o município. Paralelamente a este processo evidencia-se a construção de uma alteridade representada por grupos indesejáveis ou invisibilizados,

⁶ AMAVI. Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí. *Revista da Amavi*. Rio do Sul, Gráfica Tambosi, 2004.

indivíduos deixados de lado em prol da construção de uma genealogia local homogeneizante e nobilitadora. Neste sentido, um olhar mais atento sobre as obras em questão revela, para além do resgate da história ou de um salvaguardar da memória, os meandros do processo de agenciamento de símbolos associados a uma identidade local que, ao ser instituído, age positivamente na emergência de uma identidade regional.

Para a composição do segundo capítulo, “Histórias Locais e Produtores de História: reflexões sobre um regime de produção do passado”, enfoquei minha análise nas obras de história local, observando-as a partir de uma outra perspectiva. Num primeiro momento, minha preocupação é discorrer sobre a possibilidade de enquadramento desses trabalhos no âmbito da produção historiográfica catarinense. Percorrendo o itinerário das discussões voltadas à expectativa de classificação/problematização das fases, vertentes teórico-conceituais e metodológicas da historiografia estadual, meu objetivo é verificar em que medida tais discussões são efetivamente capazes de contemplar as características das obras de história local e enquadrá-las numa classificação que lhes faça justiça. Para tanto, utilizo-me como referência central um artigo publicado em 1994, por Cristina S. Wolff⁷, pois é neste artigo que se esboça uma menção mais clara às obras de história local e as suas características gerais.

Constatando a fragilidade das propostas de classificação até então elaboradas por historiadores que se preocuparam com o assunto, assim como a própria ausência de reflexão sobre o que pode ser chamado de “história local”, abro espaço para uma discussão sobre estas obras que toma por referência o entendimento de Michel de Certeau acerca dos delineamentos de uma “operação historiográfica”⁸. Considerando as obras de história local como produto de um *lugar de fala* e de *procedimentos de análise* específicos, associo características desses trabalhos a uma atitude deliberada de seus autores, indivíduos que, elevados à condição genérica de “produtores de história” (termo que procurarei caracterizar juntamente com outras possibilidades de interpretação/caracterização dos autores), constroem balizas que sinalizam para um regime peculiar de produção do passado. Em outras palavras, a lógica interna do segundo capítulo reside na expectativa de caracterização das obras de história local a partir de uma discussão sobre as motivações de seus autores, suas vinculações sociais, políticas, profissionais, institucionais, suas relações com a cidade sobre a qual escrevem, suas

⁷ WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 5-15, 1994.

⁸ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 65-119.

concepções de história (defendidas abertamente ou subentendidas em seus textos) e, por fim, o trato por eles dispensado em relação as suas evidências empíricas.

Do ponto de vista de Certeau, um terceiro elemento envolvido no encadeamento da operação historiográfica diz respeito à construção de um texto ou, dito de outra forma, *uma escrita*. É neste ato derradeiro que o historiador representa o passado e expressa sua representação a um público leitor. Guiado por este entendimento, projetado no âmbito de minha análise, construí as balizas para o terceiro capítulo, “A escrita e a monumentalização do passado”. Nesta última parte do trabalho meu objetivo é discorrer sobre as aproximações e distanciamentos entre as obras de história local levando em consideração, dentre outras questões, a maneira como os autores expressam, direta ou indiretamente, noções de temporalidade e, principalmente, a maneira como articulam seus textos. Esta tarefa é desenvolvida paralelamente à proposta de interpretação dos possíveis motivos que induzem a elaboração desses registros de história local. Seguindo este fio de Ariadne, neste capítulo abro o espaço para algumas reflexões pontuais.

Utilizando-me de idéias captadas no filme “Narradores de Javé”, no início do terceiro capítulo procuro apresentar algumas questões que dizem respeito à relação que se estabelece entre história e memória. Tal atitude se deve ao fato de que parte significativa dos textos de história local constitui-se como um registro de relatos de memória elaborado sem qualquer espécie de problematização. Esta postura desses produtores de história implica numa identificação imediata entre história e memória, mas, por outro lado, abre a possibilidade de se pensar as obras de história local como *lugares de memória*.

Conforme comentei anteriormente, presenciamos uma efervescência de passados em nosso presente, não raro reverberações de um idílio fugaz. Este processo, entendido por Andreas Huyssen como um *boom*⁹, turbilhão das modas retrô, da comercialização em massa de nostalgias, da museificação das cidades, da difusão das práticas memorialistas nas artes visuais, da proliferação da literatura memorialista, confessional e o crescimento dos romances históricos, são marcas indelévels de uma *cultura de memória*. Na esteira deste processo, as obras de história local também respondem ao apelo do registro, do resgate: o tornar presente uma ausência. Mas o que se torna realmente presente? O que é buscado neste valioso passado? A busca por possíveis respostas para estas questões me leva, na continuidade do terceiro capítulo, a considerar as obras de história local não apenas como meros registros

⁹ HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Trad. de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 14.

historiográficos, mas também como a materialização na escrita de um passado monumental. Dito de outra forma, os produtores de história local que analiso, via estabelecimento de um *continuum* passado/presente, promovem uma monumentalização do passado, suscitam efeitos de realidade e geram subsídios para uma crítica do presente.

Este efeito de realidade torna-se mais proeminente na medida em que a escrita dos autores lhe confere coerência. Partindo desse pressuposto e, tomando por base uma indicação (sobre a noção de estilo na história) suscitada em tese recentemente defendida por Fernando Nicolazzi¹⁰, em meio à discussão sobre a monumentalização do passado seleciono três autores e procuro pensar a maneira singular como conduzem sua narrativa, o estilo próprio com o qual cada um deles apresenta sua versão do passado. Utilizando-me como critério para esta seleção a formação intelectual e o *lugar de fala* de cada um deles, escolhi os escritos um ex-presidente da Associação Catarinense do Ensino de Línguas (e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina), de um escritor/historiador formado em Comunicação Social, e um autor com formação específica na área de história. Do “poeta” ao “crente”, passando pelo “crítico”, com seus cuidados e preocupações, cada um desses autores elabora uma escrita singular para apresentar a sua versão da história local.

Um último comentário torna mais clara minha postura diante deste trabalho. Os três capítulos que seguem foram concebidos de tal forma que o primeiro mantenha relativa autonomia em relação ao segundo e ao terceiro. Estes dois últimos, por terem sido escritos com o auxílio da proposta que Michel de Certeau apresenta em “A operação historiográfica”, nutrem uma dimensão relacional. Guardadas as especificidades de cada um, a linha de raciocínio que perpassa todas as análises tem por princípio a idéia de que as obras de história local, um tipo específico de trabalho confeccionado por produtores de história, são registros historiográficos, mas também lugares de memória e monumentos à história local. Como tal, suas páginas dão a ler a certeza de que o passado foi sofrido – mas certamente nobre e nostálgico –, e que recuperado ali em suas mais importantes nuances (assim serão amanhã?), é o tribunal onde o presente é julgado. Razão de ser do presente, raízes da identidade local, o passado, em sua roupagem monumental, oferece os exemplos a serem seguidos, os caminhos a serem trilhados se o vislumbre é um futuro promissor.

¹⁰ NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa Grande & senzala e a representação do passado. 2008. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO I

Regere Fines: subsídios para uma idéia de região

Em que “tábua”, segundo qual espaço de identidades, de similitudes e analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? (Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*)

Mas, ao trazer sempre para o primeiro plano a distribuição espacial de relações de poder hierárquicas, podemos entender melhor o processo pelo qual um espaço adquire uma identidade distintiva como lugar. (Akhil Gupta e James Ferguson, *Mais Além da “Cultura”*)

É bastante conhecida a explicação que Michel Foucault dá para o nascimento de sua obra “As Palavras e as Coisas”¹¹. Diz o autor que, ao ler um dos escritos de Borges¹², foi acometido por um longo riso. O texto em questão cita certa enciclopédia chinesa (fruto da imaginação de Borges e pomposamente chamada de “Empório Celestial dos Conhecimentos Benévolos”) que propõe uma intrigante taxionomia. Segundo ela, os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabaram de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas. Não se sabe por que nem todas as letras do alfabeto foram utilizadas, mas esta era uma questão menor.

Foucault diz que, após o riso inicial devido ao descaso com a lógica, um olhar mais arguto lhe causou mal-estar frente a esta exótica classificação. Duplo revés: ao esforço para encontrar a coerência interna que sustenta tal ordenação é necessário acrescentar os limites do juízo, do olhar externo que, incapaz, conclui pelo absurdo. O momento em que Foucault tece os comentários sobre o texto de Borges – durante a confecção de seu quarto livro, publicado em 1966 – é aquele em que suas pesquisas têm por escopo um estudo ou, no entendimento do

¹¹ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. *op. cit.* p. 05.

¹² Jorge Luiz Borges (1899-1986), escritor, crítico e ensaísta argentino mundialmente conhecido por seus contos e histórias curtas. Foucault se refere ao ensaio “O idioma analítico de John Wilkins”, um dos trinta e cinco presentes na obra “Outras Inquirições”, escrita em prosa e publicada em 1952. Ver BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. vol. 2. São Paulo: Globo, 1999.

autor, uma arqueologia das condições de possibilidade para o conhecimento humano. Este não é o caminho que pretendo tomar, mas utilizo a inspiração que o fragmento do ensaio de Borges suscita em Foucault como um vetor inicial para meus apontamentos.

Supondo por um instante não se tratar de uma invenção de Borges, é muito provável que um leitor não deveria sua vida às informações contidas em tal empório (pelo menos não ao que se refere à taxionomia dos animais). De nada adianta enquadrar ou não os animais conhecidos em tal ordenamento porque, do ponto de vista dos critérios ditos racionais, a enciclopédia chinesa não teria outro acolhimento senão no “não-lugar da linguagem.”¹³ Mas, para além da superfície enganadora, o valor desta imponderável classificação reside na suspeita que ela lança sobre toda a natureza de classificações, sejam elas respaldadas ou não pela lógica científica. Em outras palavras, considerando que esta tem uma origem semelhante à de qualquer outra espécie de classificação, o aparente disparate apresentado por Borges não é uma exceção.

De fato, o ensaio de Borges é o *insight* utilizado por Foucault para denunciar o ocultamento da ação subjetiva que (de)nomina os ordenamentos, que lhes fornece o substrato no qual germina a coerência. À natureza intrínseca das taxionomias, à ordem como “coisa em si” que estaria inerente aos seres, Foucault contrapõe o trabalho de criação efetuado pelo sujeito do conhecimento. Para ele, os sistemas de classificação com os quais nos deparamos, como observadores ou como partícipes, ao nível do senso comum ou do espectro regrado do conhecimento científico, são resultado da ação humana, do seu olhar e da linguagem que exprime os objetos apreciados. Com efeito, relações de intencionalidade e a grade conceitual da linguagem associam-se quando da constituição das classificações.

O alerta de Foucault se torna importante na medida em que questiona a existência de essências *a-históricas* para os componentes da realidade na qual estamos inseridos. De outra parte, por mais arbitrárias que possam ser as classificações (por exemplo, aquela que aponta a existência de países desenvolvidos, subdesenvolvidos e “em desenvolvimento”), há nelas um denominador comum ou, em outras palavras, um plano imaginário onde se assentam os elementos presentes, que é a pretensão de classificar ou de instituir um mínimo de familiaridade entre os elementos constitutivos. Assim sendo, um caminho interessante para o entendimento das classificações é aquele que primeiro passa pela compreensão do processo de constituição de identificações para os elementos nelas presentes.

¹³ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*, op cit. p. 07.

Um exemplo concreto pode lançar mais clareza sobre meu raciocínio. Do ponto de vista geográfico, o Estado de Santa Catarina é dividido em oito regiões: Nordeste, Litoral, Sul, Planalto Serrano Oeste, Vale do Itajaí, Planalto Norte, Meio Oeste e Oeste¹⁴. Estas regiões, por sua vez, são divididas nas chamadas micro-regiões. Para além do aspecto geográfico, quando agenciados outros elementos, tais como os fatores econômicos, novas regiões são gestadas¹⁵, ou seja, mudando-se os critérios, alternando-se os indicadores – arbítrio providencial – surgem novas possibilidades de identificação e, conseqüentemente, de classificação. Uma das “macro-regiões” geográficas do Estado, o Vale do Itajaí, é descrito da seguinte forma na Wikipédia:

Um “**pedacinho da Alemanha**” encravado em Santa Catarina. Assim é o Vale do Itajaí, situado entre a Capital e o Nordeste do estado. **A herança dos pioneiros germânicos deixou marcas na arquitetura em estilo enxaimel, na culinária e nas festas típicas, nos jardins bem cuidados e na força da indústria têxtil.** Sua paisagem de morros, matas, rios e cachoeiras é um forte atrativo para os ecoturistas. **Os principais municípios são Blumenau, Gaspar, Pomerode, Indaial, Brusque e Rio do Sul** (*grifos meus*).¹⁶

Como é possível notar, o texto acima carrega alguns clichês usados para identificar o Vale do Itajaí. Por se tratar de uma das áreas do Estado de Santa Catarina, de um dos elementos presentes na classificação/divisão do Estado em regiões geográficas, elege-se determinados símbolos capazes de representar o *status quo* regional e, por conseguinte, sua singularização no âmbito estadual. Por outro lado, a homogeneidade proposta por esta descrição oblitera o entendimento da variedade de manifestações culturais, de atividades econômicas e interesses díspares dos municípios estabelecidos no território físico ocupado pelo Vale do Itajaí. Igualmente, desconsidera as subdivisões deste mesmo território em Foz, Médio e Alto Vale, cujo corolário encontra-se na constituição de sub-regiões.

Apresentando-se como uma subdivisão, o Alto Vale foi a última área geográfica do Vale do Itajaí a ser colonizada (final do século XIX e primeira metade do século XX). Inicialmente conhecido apenas como Alto Vale, ao longo da segunda metade do século

¹⁴ GEOGRAFIA de Santa Catarina. In: Santa Catarina: Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/geografia/paginas/regioes.htm>. Acesso em 09/07/2008.

¹⁵ Abordarei os aspectos conceituais e teóricos relativos à temática da região ao longo deste capítulo. Por convenção e, visando maior inteligibilidade, ao mencionar “Alto Vale” estarei me referindo apenas aos aspectos geográficos (aqueles relacionados ao território físico) envolvidos na divisão do Vale do Itajaí. Por outro lado, quando o termo “Região do Alto Vale do Itajaí” aparecer no texto o que coloco em questão, conforme explicarei mais a frente, são preponderantemente os aspectos político-administrativos e econômicos.

¹⁶ REGIÕES de Santa Catarina. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%B5es_de_Santa_Catarina. Acesso em: 10/07/2008. Utilizo-me da Wikipédia por ser um dos principais veículos de publicização de informações no ambiente virtual da internet, bem como por apresentar o Vale do Itajaí como “Vale Europeu”. Vale assinalar que o texto que descreve o Vale do Itajaí, presente na Wikipédia, é o mesmo que se encontra no *website* do Governo do Estado de Santa Catarina.

passado surgiram as primeiras iniciativas no sentido de caracterizar este espaço como uma região distinta, fato este que resultou na criação da chamada Região do Alto Vale do Itajaí. Como seria de se supor, embora a natureza tenha fornecido o elemento principal para identificar tal espaço – os afluentes do rio Itajaí em sua porção mais interiorana –, ao longo dos anos alguns outros elementos foram aproveitados para fornecer as bases de uma identidade regional.

Nas veredas de um rio

O Rio Itajaí possui a bacia hidrográfica de maior vertente atlântica do Estado de Santa Catarina, sendo convencionado dividi-la em três subdivisões: o Alto Vale, o Médio Vale e Foz do Itajaí. Este último foi reconhecido pelos europeus logo após sua chegada na América, mas, segundo Osvaldo Cabral, em sua “História de Santa Catarina”¹⁷, somente em 1833 foi criado o distrito de Itajaí, na margem direita da foz do rio, distrito este que acabou se tornando um local de passagem para as levas de imigrantes que, pouco depois, passaram a colonizar as porções de terra localizadas mais ao interior do continente.

Os principais afluentes do Rio Itajaí são, inicialmente, o Itajaí do Oeste e o Itajaí do Sul que, ao confluírem, na altura do município de Rio do Sul, formam o chamado Rio Itajaí-Açu. Este por sua vez recebe as águas do Rio Itajaí do Norte (ou Rio Hercílio) nas terras pertencentes ao município de Ibirama, do Rio Benedito, na altura do município de Indaial e, por fim, do Rio Itajaí Mirim, no município de Itajaí, momento em que passa a ser chamado somente de Rio Itajaí.

Segundo Fiorelo Zanella¹⁸, dirigentes do município de Porto Belo – que detinha o domínio sobre as terras que se estendiam ao longo do Vale do Itajaí – tinham interesse em abrir uma ligação entre o litoral e o planalto catarinense. Uma via de acesso e comunicação entre estas regiões facilitaria o intercâmbio comercial e impulsionaria a colonização das terras existentes entre elas, inclusive aquelas onde hoje se localiza a maior parte da Região do Alto Vale do Itajaí. Embora tenha havido algumas expedições visando o reconhecimento desta área desde 1841, foi somente após a fundação da colônia Blumenau¹⁹ pelo alemão Hermann Bruno Otto Blumenau, em 1850, que a ligação foi de fato estabelecida.

¹⁷ CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1970. p. 213.

¹⁸ ZANELLA, Fiorelo. *Das clareiras da barra do Tayó: um registro da oralidade histórica*. Blumenau: Nova Letra, 2007. Taió é um dos municípios que compõem a Região do Alto Vale do Itajaí.

¹⁹ A porção de terra onde foi implantada a colônia Blumenau, pertencente inicialmente ao município de Porto Belo, foi cedida ao Dr. Blumenau pelo então Presidente da Província de Santa Catarina, Antero José Ferreira de Brito. A colônia de Blumenau passou a ser, então, o pólo irradiador da colonização do Vale do Itajaí.

Desde a fundação de Blumenau, com a chegada dos primeiros imigrantes na então colônia, seu administrador tinha a intenção de colonizar todas as terras a ela pertencentes. Como todo o Alto Vale estava dentro dos limites de Blumenau, já no século XIX começaram as explorações desta área. Expedições foram organizadas com o objetivo de efetuar o reconhecimento do rio, sendo as mais conhecidas àquelas realizadas pelo engenheiro Emil Odebrecht. Victor Lucas, autor de uma obra de história local cuja principal fonte utilizada para sua confecção foi o diário de anotações do próprio engenheiro, comenta que:

O engenheiro Emil Odebrecht, recebe do diretor da colônia de Blumenau, a incumbência de estabelecer um traçado, através do sertão, em direção ao planalto. Para este fim, põe-lhe à disposição meios e homens. Este traçado, uma vez estabelecido, dar-lhe-ia a desejada oportunidade de conhecer mais de perto, a disponibilidade de terras, realmente existentes, suas qualidades, bem como outros fatores, dando-lhe uma idéia da extensão do rio Itajaí e suas ramificações.²⁰

Oficialmente ocorreram três grandes expedições chefiadas por Odebrecht: em 1863, 1864 e 1867. Os registros que constam no diário do engenheiro dão uma idéia das dificuldades enfrentadas pelos membros das expedições, tanto que somente na última delas, em 1867, conseguiu-se estabelecer um trajeto entre Curitiba, entrada do Planalto Serrano, e a colônia de Blumenau (ao contrário do que ocorreu nas expedições anteriores, em 1867 fez-se o caminho inverso, descendo-se a serra em direção à Blumenau). Em meio a estas expedições foram registrados e mapeados os principais afluentes e formadores do Rio Itajaí, sendo importante frisar que, na primeira delas, o grupo comandado por Odebrecht, na altura da confluência do Rio Itajaí-Açu com o Rio Itajaí do Norte, seguiu por engano as margens deste último, o que resultou no fracasso da expedição, apesar de terem descoberto um novo vale com terras extremamente férteis e passíveis de colonização.

Efetuada o reconhecimento, primeiro passo para racionalizar o processo de colonização, Odebrecht passou a defender a idéia da construção de uma estrada de ferro que ligasse o porto de Itajaí ao Alto Vale. Todavia, as primeiras pesquisas só começaram em 1882 e as obras propriamente ditas, apenas em 1906. Neste meio tempo, entre a fundação da colônia de Blumenau e término da construção da estrada de ferro, a marcha colonizadora em direção ao interior não parou de avançar. Conforme assinalava a imprensa da época,

O município de Blumenau tem uma extensão de cerca de 946 mil hectares e conta 46 mil habitantes, na maioria de origem alemã e quase todos de origem estrangeira. D'aquella superfície, porém, estão cultivados apenas cerca de 73 mil hectares, isto é, mais ou menos a 13ª parte. Os terrenos do Braço Norte,

²⁰ LUCAS, Victor. *Olhos Azuis: a história de um Rio*. Rio do Sul: Nova Era, 2001. p. 62.

Braço Oeste e Braço Sul, tão férteis, extensos e ricos em madeiras, só poderão ser verdadeiramente povoados e explorados quando para lá houver uma estrada de ferro. E se já hoje Blumenau maravilha, graças ao progresso alcançado em tão poucos anos pelo único esforço do colono, então é que esta parte do estado catharinense causará admiração e surpresa.²¹

O fragmento acima fornece uma idéia da extensão de terras pertencentes ao município de Blumenau no início do século XX. Apesar do interesse em colonizar todas essas terras, a atenção principal da direção da colônia Blumenau esteve, desde seu início, voltada para fixação de colonos alemães em Blumenau e nos seus arredores, que hoje fazem parte dos municípios de Gaspar, Massaranduba, Indaial, Pomerode, Timbó e, mais distante, Ibirama, enquanto que a colonização italiana foi estabelecida em Luiz Alves, Rio dos Cedros, Rodeiro, Ascurra e Apiúna.

Dentre esses locais, cabe ressaltar que Ibirama, conhecida inicialmente como colônia Hammonia, foi a primeira colônia implantada no Alto Vale. Instalada na confluência dos Rios Itajaí-Açu e Itajaí do Norte, foi a partir dela que se iniciou o processo de colonização das terras do vale deste último (local onde mais tarde foram criados seis dos vinte e oito municípios que compõem a Região do Alto Vale do Itajaí). Outro fator importante relativo à colônia de Hammonia foi o fato de sua implantação marcar o início da atuação das empresas colonizadoras no Alto Vale, empreendimentos particulares que tinham por objetivo agenciar a venda das terras. Segundo Evacir Cristofolini, em sua obra “Pouso Redondo: nossa história, nossa gente”²², houve duas etapas distintas na colonização: na primeira etapa teriam sido concedidas grandes áreas de terras devolutas, enquanto que na segunda, pessoas e empresas foram beneficiadas, pelo Governo do Estado, com grandes áreas de terras em troca de abertura de estradas e do compromisso de colonizá-las.

Neste período a ocupação do Alto Vale teria sido pequena e formada por algumas poucas famílias italianas, um número significativo de alemães e uma grande leva de caboclos, nome dado aos habitantes do Planalto que desceram a serra em busca de novas terras. A partir de 1913, no entanto, teria se iniciado uma nova etapa do processo de colonização com enfoque voltado preferencialmente para pequenas propriedades. De acordo com Evacir, os

²¹ Jornal Novidades, Itajaí, 02 maio 1909, apud ZANELLA, Fiorelo. *Das clareiras da barra do Tayó. op. cit.* p. 53. Na data em que o artigo foi escrito uma parte da estrada de ferro, cujo ponto de partida ficava em Blumenau, já havia sido construída. Em 1936 foi construído o último trecho que se estendia até a cidade de Trombudo Central. Em 1971 a ferrovia foi desativada, sendo que atualmente está em andamento um projeto para recuperar uma parte dela, intitulado “Ferrovia das Bromélias”, visando fomentar o turismo na Região do Alto Vale do Itajaí. Maiores informações disponíveis em: <http://www.tremtur.wlive.com.br/>. Acesso em: 22/07/2008.

²² CRISTOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo: nossa história, nossa gente*. Pouso Redondo: Nova Era, 2000. p. 113-114.

donos das grandes áreas, na sua maioria, acabaram vendendo as terras a novas empresas de colonização, interessadas em abrir caminhos e medir pequenas porções de terras, com aproximadamente 25 hectares cada, para vendê-las, principalmente, a colonos alemães e italianos²³. O período forte desta colonização foi nos primeiros quarenta anos do século XX. Com a migração em massa todas as valadas que margeiam os grandes rios foram colonizadas, conformando o panorama que se pode ver no mapa seguinte:

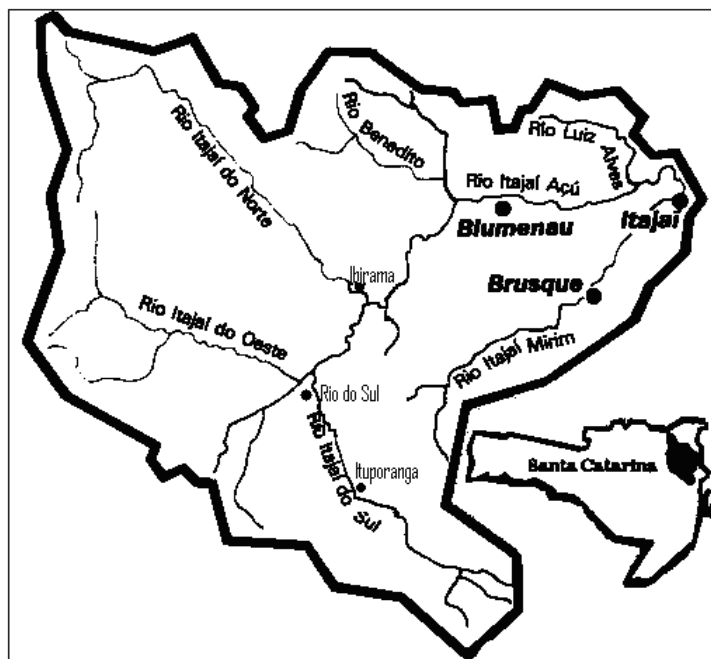


Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí

Fonte <http://www.eps.ufsc.br/disserta98/ely/figura/Image540.gif>²⁴

Conforme já assinalado, Ibirama, ou colônia Hammonia, como originalmente era conhecida, foi a porta de entrada para a colonização das terras cortadas pelo Rio Itajaí do Norte, do que surgiram os municípios de José Boiteux, Witmarsum, Presidente Getúlio, Dona Emma e Vitor Meireles. Por seu turno, de Rio do Sul, emancipado de Blumenau na primeira metade do século XX e considerado atualmente como a maior expressão econômica e política da Região do Alto Vale do Itajaí, surgiram os municípios de Agronômica, Aurora, Laurentino, Lontras, Taio (cujos desmembramentos posteriores possibilitaram o surgimento dos municípios de Rio do Campo, Salete e Mirim Doce), Pouso Redondo, Rio do Oeste e Trombudo Central (do qual se emanciparam os municípios de Agrolândia e Braço do

²³ Blumenau foi fundada em 1850, Indaial e Pomerode por volta de 1870 e Hammonia em 1897. Ver WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso*. 2ª ed. Ibirama: Editora Gráfica Jornal Vale do Norte, 2004. p. 18.

²⁴ Com o objetivo de indicar as principais cidades a partir das quais se desmembraram os pequenos municípios do Alto Vale modifiquei um pouco o mapa original que consta no endereço eletrônico, assinalando as cidades de Ibirama, Rio do Sul, Itaporanga, e retirando a cidade de Presidente Getúlio.

Trombudo).

Mais ao sul, do atual município de Ituporanga (cujas terras inicialmente pertenciam ao município de Palhoça), surgiram os municípios de Atalanta, Imbuia, Petrolândia e Chapadão do Lageado. Finalmente, do atual município de Brusque foi criado o município de Vidal Ramos, do qual se desmembrou o município de Presidente Nereu, enquanto que o município de Santa Terezinha, cuja emancipação do município de Itaiópolis ocorreu apenas em 1991, integra o Alto Vale apesar de ficar situado na macro-região geográfica denominada Norte.

Regere Fines: a região em questão (considerações sobre um conceito maleável)

De acordo com o geógrafo Paulo Gomes²⁵, o termo região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. Remontando aos tempos do Império Romano, *regione* era a denominação utilizada para áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. A emergência dessa noção possivelmente resulta da centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial. O termo, além disso, remete sempre para a idéia de divisão. Com efeito, Pierre Bourdieu, citando Emile Beneviste, afirma que a palavra região “conduz ao princípio de di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis*, que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.)”.²⁶

Uma ampliação do enfoque conduz à palavra *regio*, derivada de *rex*, autoridade a quem é dada o poder de instituir a descontinuidade que só não é totalmente arbitrária porque, por trás do ato de delimitar, por exemplo, um território, há certamente alguns critérios, entre os quais o mais importante é o do alcance e o da eficácia do poder de que se reveste o *auctor* da região. Desta interpretação resulta o termo *regere fines*, ato de circunscrever fronteiras, separar o interior do exterior, ação deliberada que visa a construção de um lugar próprio. Neste sentido, a dinâmica de constituição da região não pode ser entendida como uma realidade natural, sendo, pelo contrário, resultado de um ato de vontade cuja intencionalidade impõe uma divisão no mundo social.

²⁵ GOMES, Paulo C. da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. da Costa (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 50.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz – português de Portugal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 113.

Possivelmente, a idéia de região como um espaço natural tenha se originado devido à sua utilização pelos geógrafos. Levando-se em consideração elementos tais como a paisagem, a geografia física circunscreve territórios, assim como o faz a geografia humana, embora esta última trabalhe com critérios que lhes são fornecidos por ciências como a História, a Economia, a Lingüística, etc. Não havendo, necessariamente, coincidência entre esses critérios, é possível falar de região histórica, região econômica e assim por diante, com fronteiras distintas dentro do mesmo território físico. Ou seja, há tantas regiões quantos são os critérios e os jogos de interesse que visam constituí-las. De acordo com Bourdieu

(...) a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas sociais, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram o monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo, desde de que existe uma política de 'regionalização' e movimentos 'regionalistas', economistas e sociólogos.²⁷

Por muito tempo, as discussões sobre a idéia de região permaneceram vinculadas ao espectro de estudos da geografia. A emergência dessas discussões em outros campos do saber deveu-se, em grande medida, à superação de sua associação direta com o território físico. Por exemplo, levando-se em consideração variáveis do tipo humano e social e, conseqüentemente, novos critérios de observação e abordagem, principalmente desde que a região passou a ser um conceito da administração pública, a economia tem lhe dedicado especial atenção. É fundamental também lembrar que, desde que se caracterizaram os processos chamados de globalização e/ou de mundialização, a região passou a ser um tema de interesse renovado por parte dos pesquisadores e, numa outra esfera, dos planejadores e dos administradores.

Escrevendo sobre isso, José Pozenato²⁸ defende a necessidade de uma inflexão na maneira como o tema região é normalmente abordado. Segundo ele, na perspectiva da ciência de raiz newtoniana, é costume partir do pressuposto de que a região (econômica, histórica, cultural, etc.) é uma realidade em si, ou um fenômeno que tem existência autônoma e está aí para ser objeto de análise. Ou seja, o foco é centrado na descrição e análise de um objeto dado como sendo uma região e não, a partir de outro ponto de vista, na análise de um conjunto, ou rede, de relações que tenham o caráter de regionalidade. E, evidentemente, esta mudança não se reduz ao aspecto semântico, pois a regionalidade pode ser definida como uma dimensão espacial de um determinado fenômeno tomada como objeto de observação. Isto implica em admitir que um mesmo fenômeno, visto sob a ótica da regionalidade, pode ser visto sob outras

²⁷ *Ibid.*, p. 108.

²⁸ Ver POZENATO, José Clemente. *Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2003. p. 151.

perspectivas, além do que “a existência de uma rede de relações de um tipo regional num determinado espaço ou acontecimento não os reduz a espaços ou acontecimentos puramente regionais. Serão regionais enquanto vistos em sua regionalidade.”²⁹

O conceito de região (na perspectiva do saber científico) e a definição de uma determinada região (no plano do fazer prático) são, portanto, construções ou, ainda, representações simbólicas. A esse respeito Bourdieu³⁰ nos lembra que tanto o discurso regionalista (voltado para construir a identidade de uma região) quanto o discurso científico (voltado para descrever relações regionais) constroem a realidade que eles designam, construção esta cuja eficácia é tributária de dois fatores principais: do reconhecimento consentido ao portador do discurso que visa a objetivação desta realidade e, igualmente importante, do grau de reconhecimento e crença “que lhes concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre essas propriedades.”³¹

A convergência das questões apresentadas acima permite, sem maiores problemas, questionar a existência de regiões, a exemplo da Região do Alto Vale do Itajaí, ou da Região da Grande Florianópolis, a não ser que estas sejam interpretadas num sentido simbólico como uma construção (da práxis ou do conhecimento científico) resultante de um conjunto de relações que apontam para este significado. Exatamente por isto Pozenato sustenta que “o que é entendido como uma região é, realmente, uma regionalidade”³², o que permite ponderar os múltiplos processos – políticos, econômicos e culturais – envolvidos na constituição de uma determinada região e sobre como esses processos podem ser articulados de maneira a surtir efeitos de realidade distintos.

O Vale Europeu e os seus (outros) Vales

Há poucos meses atrás, ao transitar pela BR 282 (estrada que liga Florianópolis com o Planalto e o Oeste do Estado de Santa Catarina) no sentido litoral/planalto, na altura do município de Alfredo Wagner, chamou-me a atenção uma nova placa estrategicamente colocada pouco antes do acesso à SC 302, rodovia que liga Alfredo Wagner ao município de Ituporanga. Embora possuísse um tamanho significativo, a placa em questão continha apenas

²⁹ *Ibid.*, p. 151.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico. op. cit.* p. 116-117.

³¹ *Ibid.*, p. 117.

³² POZENATO, José Clemente. *Processos Culturais. op. cit.* p.152.

uma frase: “Vale Europeu: acesso a 500 metros”. Um pouco mais a frente nova placa indica que a tomada da rota SC 302 conduz à Ituporanga, Rio do Sul e Ibirama. Três cidades, uma marca de pertença; locais distintos coadunados por um fator comum, um ideal de identificação: o Vale Europeu. Esta expressão certamente não se restringe à área de influência dessas três cidades, pois remete quase sempre ao conjunto do Vale do Itajaí, tendo como epicentro a cidade de Blumenau.

Independente da variedade, origem, motivação ou interesses dos estudos que visam à historicização dos primórdios da colonização no Vale do Itajaí, não há como negar que a presença de imigrantes europeus foi significativa ao longo deste processo. Deixando de lado grandezas de natureza quantitativa, o que se pode afirmar, sem sombra de dúvidas, é que traços da presença de alemães, italianos, poloneses, ucranianos, suíços, belgas, russos e portugueses, entre outros – assim qualificados devido à sua nacionalidade e/ou à língua (ou dialeto) falada –, podem ser encontrados, em maior ou menor grau, nas mais diversas partes do Vale. Mas isto não significa que o termo “Vale Europeu” tenha se tornado lugar comum já nos primeiros tempos da colonização, ou mesmo na primeira metade do século passado, momento em que reverberações da Primeira e da Segunda Grande Guerra em terras brasileiras, assim como a campanha de Nacionalização levada a cabo durante o governo Vargas dificultavam a positivação da associação entre o Vale e uma identidade europeia (principalmente uma identidade germânica).

Em artigo publicado na Revista Brasileira de História, Maria Bernardete Ramos Flores e Emerson César de Campos fornecem alguns indicativos para se pensar os meandros do processo de “germanização” das cidades do Vale do Itajaí-Açu, cidades de pequeno e médio porte transformadas, ao longo da década de 1980 em “cidades típicas”. No artigo, os autores procuram demonstrar as iniciativas que visavam à construção de “cidades dentro da cidade” via geometrização, racionalização e normatização de espaços selecionados e dos corpos a eles associados. Tendo em vista o apelo mercadológico, tais espaços forneceram o suporte necessário à implementação de uma indústria do turismo:

Aqui a autoria é visível e reconhecida. Acompanhamos, nas atas das reuniões da Comissão Municipal do Turismo de Blumenau – homens de cultura, empresários, administradores municipais –, entre os finais da década de 1960 e a década de 1970, semana a semana, o trabalho de construção da “ilha turística”. Este trabalho antecedeu à grande festa turística, a Oktoberfest, que desde 1984 atrai, a cada ano no mês de outubro, milhares de turistas nacionais e internacionais. A Comissão de Turismo preparou o cenário da cidade germânica para realizar a festa germânica. (...) Na Comissão Municipal de Turismo, lugar institucional dessa invenção em

Blumenau, os novos sujeitos sociais, sem serem especialistas do saber, como os do século XIX, pesquisam, inventam, olham, interpretam, planejam, para construir uma cidade germânica.³³

Segundo os autores, Blumenau já era, antes mesmo de tais iniciativas, um pólo de atração turística. A grande novidade que surge a partir da década de 1970 é justamente o enaltecimento do lado germânico da cidade visando o aperfeiçoamento do potencial turístico. Exemplo cabal, Flores e Campos comentam que a Comissão de Turismo publicou em 1969 um encarte na revista *Seleções*, de circulação nacional, intitulado “Adivinhe que país é este?”. A pedra de toque utilizada pelo encarte foi o destaque dado à arquitetura (traços dispersos de paisagens arquitetônicas em estilo enxaimel captadas de alguns países europeus), cujo apelo imagético constituía-se, por si só, num estatuto de veracidade. A resposta dada á pergunta anterior, estrategicamente, não poderia ser outra: “sim, é o Brasil”. Somando-se a isto a frase/convite “faça uma viagem ao exterior sem sair do Brasil”, têm-se os complementos textuais utilizados para conferir à cidade uma identidade (identificação³⁴) germânica.

O estudo de Flores e Campos deixa claro que a atividade turística já constava nos discursos e planos de governos anteriores à década de 1980. Contudo, esta atividade ganhará *status* de prioridade na pauta das discussões políticas somente a partir deste período, principalmente após as enchentes de 1983 e 1984, quando o turismo se apresenta como uma das alternativas econômicas para auxiliar na reconstrução do Vale do Itajaí³⁵. Decorre daí um

³³ FLORES, Maria Bernardete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas), In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007. p. 281-282.

³⁴ A noção de identidade (ou a discursividade que incide sobre ela, traçando-lhe os contornos e conferindo-lhe inteligibilidade) diz respeito a um assunto desafiador, principalmente porque são múltiplos e transdisciplinares os olhares que a tomam por escopo. Por uma questão de opção teórica, atendendo a discussões atualmente em voga, apresento aqui o entendimento de Stuart Hall e Michel Maffesoli, que afirmam a existência de um deslizamento da noção de identidade para a de identificações. O ponto de partida deste processo deve ser buscado no questionamento da existência de identidades fixas, na delação do emprego do termo identidade para designar algo uno, acabado, coerente, original e estável. Maffesoli sustenta que nos diferentes momentos e lugares, os sujeitos (eu diria também, os grupos, as instituições, etc.) realizam diferentes identificações, inclusive opostas, contraditórias e/ou incoerentes e, neste sentido, é possível falar de um deslize progressivo da identidade em direção à identificação. Ver MAFFESOLI, Michel. Da identidade à identificação. In: MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Trad. de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 299-350. De maneira semelhante Stuart Hall afirma que melhor do que se falar em identidade é falar em identificações (processos). O autor destaca que a sensação de que se possui uma identidade unificada, desde o nascimento até a morte, é devido ao fato de os sujeitos construir estórias cômodas e coerentes sobre si – representações simbólicas. Procedendo assim, os sujeitos tendem a suturar os fragmentos, as descontinuidades, os deslocamentos e articulá-los como componentes de uma única e grande narrativa sobre o “eu”. Trata-se, pois, de um “eu” construído como representação, porém experimentado/vivido como se fosse unidade, diferenciação, verdade. Ver HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

³⁵ Ver ZANELLA, Cláudia Cristina. *Atrás da porta: o discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina (1983-1998)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis. Embora seja um estudo dirigido preponderantemente à Ilha de Santa Catarina, a dissertação de Cláudia Zanella permite entender alguns vetores de ação das políticas públicas direcionadas ao turismo em Santa Catarina.

processo de “invenção de tradições”³⁶, isto é, a produção de espetáculos baseados nas temáticas dos distintos processos de colonização. Partindo do princípio de que as iniciativas da Comissão de Turismo da cidade de Blumenau não passaram despercebidas por parte dos administradores e da iniciativa privada de outros municípios do Vale do Itajaí (o que ficou evidente com a proliferação das festas de outubro em diversas cidades, aproveitando o caminho aberto pela Oktoberfest blumenauense) há que se considerar que as ações realizadas em Blumenau tendo por escopo a positivação da identidade germânica e, como corolário, um incremento ao turismo, desencadearam um processo de constituição, enaltecimento e mediação de identidades locais no mais diversos municípios do Vale do Itajaí³⁷. Devido às especificidades locais, a transposição do *modus operandis* blumenauense para outras cidades resultou na positivação de outras etnias (aquelas consideradas preponderantes em cada lugar) e pavimentou a idéia de “Vale Europeu”, filha excêntrica da *intelligentsia* blumenauense.

Comentei anteriormente que a descrição do Vale do Itajaí presente na Wikipédia não dava conta da variedade de manifestações culturais, atividades econômicas e interesses presentes nos municípios estabelecidos no território físico ocupado pelo Vale do Itajaí. Com efeito, não se pode pensar no Vale do Itajaí como um todo homogêneo onde desejos conflitantes se anulam em prol da manutenção de uma imagem idealizada de Vale Europeu. Elegendo-se por critério, num primeiro momento, a proximidade territorial, assim como os interesses de natureza econômica e política, ao longo da segunda metade do século passado formaram-se no Vale do Itajaí três regiões, cada uma delas com um órgão de representação coletiva. Na parte da Foz do Rio Itajaí existe hoje a AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí) com sede em Itajaí; no Médio Vale surgiu a AMMVI (Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí), com sede em Blumenau; e, no Alto Vale criou-se, em meados da década de 1960, a AMAVI (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí), com sede instalada no município de Rio do Sul.

A AMAVI, em 2004, por ocasião da comemoração dos quarenta anos de sua fundação, organizou uma publicação intitulada “Potencialidades e Oportunidades de Investimento no

³⁶ Como o meu interesse no momento incide sobre questões relativas à noção de região, o processo de “Invenção das Tradições” é uma seara específica que não pretendo adentrar. Vale lembrar que esclarecimentos sobre tal processo podem ser encontrados em HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

³⁷ Méri Frotscher comenta que, no contexto da década de 1980, em meio a discursos motivados pela expectativa de construção de uma “identidade catarinense”, ao nível nacional Santa Catarina passa a se espelhar em Blumenau para construir sua imagem. Blumenau, precursora e difusora deste discurso homogeneizador, é transformada em vitrine do estado. Ver FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis. p. 46.

Alto Vale do Itajaí”³⁸. Nela, um breve histórico que ocupa não mais de uma página discorre sobre a forma como, nos idos da década de 1960, vinte pequenos municípios do interior de Santa Catarina reuniram-se com o objetivo de estimular a integração e o desenvolvimento regional. Sofrendo com recursos escassos, prefeitos “empreendedores e inovadores” optaram pelo associativismo, através do somatório de forças e vozes, no intuito de enfrentar problemas estruturais, criando assim, em 07 de novembro de 1964, a primeira associação de municípios do país.

A leitura da publicação, como o próprio título indica, deixa claro que a questão econômica aglutina interesses e é um dos catalisadores utilizados para fomentar a associação. Além disso, Valcir Leopoldo Nardelli, presidente da Comissão Central Organizadora das comemorações AMAVI 40 anos, afirma, que “a força para o desenvolvimento do Alto Vale passa também pela representatividade política”³⁹. Senão vejamos:

Em 1964 o pioneirismo da gente do Alto Vale fez surgir a primeira associação de municípios do Brasil.

Na década de 1960, enquanto o Brasil era sacudido por questões políticas importantíssimas, a pequena região formada então por 20 municípios, embalada pelo movimento revolucionário instaurado no país, também queria mais. Prefeitos com recursos escassos enfrentavam isoladamente problemas complexos num contexto de dificuldades onde o associativismo, através do somatório de vozes e forças, apresentava-se como um caminho possível a ser percorrido no enfrentamento de questões de ordens estruturais, organizacionais, sociais, econômicas e administrativas entre tantas outras.

A Câmara Júnior, capítulo Rio do Sul, em 7 de Novembro de 1964, reuniu os prefeitos das 20 cidades que formavam a região, objetivando a constituição de uma entidade que, trabalhando a falta de integração de seus pares, priorizasse o atendimento de causas regionais. Segundo a transcrição da Ata de reunião do Conselho Plenário da Câmara Júnior daquela data, os objetivos de “*congregar, unir, discutir, resolver, treinar, relacionar, divulgar, enfim... fazer com que os homens de mando sentissem a necessidade de um trabalho conjunto para a resolução dos problemas gerais...*”, tornava-se o princípio norteador do grupo de prefeitos fundadores da entidade (...).⁴⁰

Com base nas informações contidas no fragmento acima e, lembrando que Itajaí e Blumenau, as maiores cidades do Vale do Itajaí, tanto do ponto de vista populacional quanto dos aspectos econômicos, possuíam representatividade política muito maior do que qualquer um dos municípios do Alto Vale, compreende-se que a criação de uma associação de

³⁸ AMAVI. Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí. *Revista da Amavi*. Rio do Sul, Gráfica Tambosi, 2004.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ *Ibid.*, p. 03.

municípios sediada em Rio do Sul vinha ao encontro da expectativa de fortalecimento político tanto desta cidade, provavelmente a maior interessada no associativismo, quanto daquelas que passaram a fazer parte do bloco regional.

Em obra sobre Rio do Sul, João Klug sustenta que a afirmativa “Posicionamento Estratégico de Rio do Sul” foi um importante ponto de convergência de diversas questões relativas à cidade e à região, desde o início do século passado até os dias atuais. Esse posicionamento estratégico seria o foco do estabelecimento deste município como “Capital do Alto Vale do Itajaí”, a partir do final da década de 1950, quando ocorre ali um grande crescimento econômico impulsionado principalmente pela presença de serrarias. Segundo Klug, Helmuth Baumgarten, ex-prefeito de Rio do Sul, em depoimento afirmou:

(...) quando eu era prefeito fui a Florianópolis e o governador Jorge Lacerda me disse: Baumgarten, nós precisamos colocar um nome para Rio do Sul. Qual o nome que você quer? Daqui para frente vai ser “Capital do Alto Vale do Itajaí”. Está bom? Ficou até hoje, para dar um destaque. Ele achava que Rio do Sul precisava ter um destaque. Era o centro. E rodeado por 21 ou 22 municípios.⁴¹

A dinâmica econômica que suscita a consolidação da cidade como pólo regional concretiza-se na década de 1960. Na época, líderes políticos e representantes da economia local prognosticavam que Rio do Sul se transformaria em breve “num dos maiores municípios do sul do país”. E, considerando uma associação entre o dinamismo econômico e a expectativa de ampliação de forças políticas, é possível imaginar os motivos que levaram Rio do Sul a tomar a frente no processo de constituição de uma associação regional de municípios.

Explicitadas as motivações econômicas e políticas, falta ainda um terceiro elemento, o aspecto cultural. Como é possível notar no breve histórico relatando as origens da instituição, não há nele qualquer menção à expectativa de diferenciação étnica ou cultural. O texto refere-se ao “pioneirismo da gente do Alto Vale”, mas não necessariamente utiliza esta idéia como critério de diferenciação étnica. De fato, mesmo não sendo possível afirmar que isto seja proposital, o texto foi escrito de maneira a não veicular informações anacrônicas, visto que, em 1964, ano de criação da AMAVI, início-se no Brasil um período de ditadura militar, momento pouco propício à exaltação da etnicidade de uma região. Mas em outras partes da mesma publicação esta questão vem à tona.

⁴¹ KLUG, João; DIRKSEN, Valberto (orgs). *Rio do Sul: uma história*. Florianópolis/Rio do Sul: Ed. UFSC/Fundação Cultural de Rio do Sul, 2000. p. 140-141.

Uma investida institucional: a AMAVI e a construção de uma identidade regional

Tendo por objetivo divulgar os atrativos da região para captar investimentos, a publicação da AMAVI se utiliza de alguns suportes para promover uma identidade coletiva, ou seja, procura indicar elementos que não se restringem apenas a um ou outro município da região. Apela-se então para as origens do processo de colonização, enfatizando-se a ação dos antepassados europeus, seus valores, costumes, práticas religiosas, apego ao trabalho e a família e, por fim, ao orgulho de pertencer ao “Vale Europeu”⁴². Esta atitude pode ficar mais clara à luz das idéias de Bourdieu, para quem o discurso regionalista não descreve, mas sim cria a realidade a qual se refere. Utilizando-se de determinados símbolos agregadores tais como a língua e a *etnia*, tal discurso institui também uma identidade regional. Com efeito,

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida como legítima, que a ignora. (...) As categorias “étnicas” ou “regionais”, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação do discurso*.⁴³

Se na década de 1960 o associativismo regional representado pela AMAVI foi fomentado por fatores de ordem político-administrativa tendo por escopo a inserção da região no contexto estadual e nacional, a partir das duas últimas décadas do século passado e início deste século imperativos de outra natureza induziram ao fortalecimento dos laços entre os municípios membros. Neste novo momento, o que entra em cena é a globalidade das relações políticas, econômicas e culturais, processo que reorienta ou, no mínimo realça as relações de regionalidade. Como consequência, a idéia de região passa a ser usada em contraposição à idéia de globalidade, de mundialização da cultura, de uniformidade cultural.

Para Stuart Hall⁴⁴, ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da “alteridade”, o que tem gerado um interesse significativo pelo local. Hall considera que a globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos” de mercado), opera via exploração da diferenciação local. Já Rodrigo Haesbaert⁴⁵, geógrafo da Universidade Federal

⁴² AMAVI. Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí. *Revista da Amavi. op. cit.* p. 9. Vale Europeu é uma denominação que se estende a todo o Vale do Itajaí.

⁴³ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico. op. cit.* p. 116.

⁴⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 77-78.

⁴⁵ HAESBAERT, Rodrigo. Região, diversidade territorial e globalização, In: *GEOgraphia*, Ano 1, n. 1, 1999. p. 21.

Fluminense, sustenta que este procedimento pode ser facilmente observável na indústria do turismo, um setor que, sendo um dos mais dinâmicos da economia contemporânea, é aquele que mais tem estimulado a diversidade territorial através da valorização e/ou da recriação da diferença (quando não do exótico). A esse respeito Nestor Canclini afirma também que a mundialização do turismo é um dos fatores de inclusão de museus, sítios arqueológicos e cidades históricas (acrescento neste quadro, *lato sensu*, os assim chamados “patrimônios histórico/culturais”), na dinâmica da globalização. Apesar das mudanças ocorridas ao longo das últimas três décadas do século XX, lembra Canclini, não ocorre simplesmente um avanço para uma mercantilização e padronização integral dos bens e mensagens culturais. Na verdade, “antes se assiste a uma tensão persistente entre as tendências homogeneizadoras e comerciais da globalização, por um lado, e, ao mesmo tempo, a valorização do campo artístico como instância em que se conservam ou se renovam as diferenças simbólicas.”⁴⁶

Este fenômeno obviamente não conduz ao desvelamento de uma identidade original, de uma realidade primeva guardada em toda a sua inteireza, mas sim à seleção e articulação de elementos materiais e imateriais visando à construção de uma identidade que, para além da expectativa de caracterização local e/ou regional, visa dividendos do mercado. No caso da Região do Alto Vale do Itajaí ou, mais especificamente, das ações propaladas pela AMAVI, o investimento na indústria do turismo certamente é o grande índice dessas operações.

Um olhar mais atento sobre o título da publicação da AMAVI, “Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí”, não deixa dúvida sobre o fim para o qual ela se destina. Conforme comentei em momento anterior, visando à captação de investimentos a publicação apresenta ao longo de suas páginas alguns suportes para a promoção de uma identidade coletiva. Surge então um histórico dos municípios, que mesmo sendo individualizado – reserva-se a cada um deles o espaço de uma página –, enfatiza os elementos comuns a todos. Além disso, ao lado de cada histórico é apresentado um quadro relativo às atrações turísticas locais.

No espaço destinado aos “aspectos econômicos”, o texto sobre o turismo aparece como o centro das atenções. Surge então o comentário:

Colonizado por europeus [o Alto Vale], os valores e costumes dos antepassados são conservados através das danças, gastronomia, folclore e festas tradicionais, herança daqueles que fizeram sua história. As obras arquitetônicas traduzem traços peculiares da época da colonização nas

⁴⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. *A Globalização Imaginada*. Trad. de Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 139.

residências, nos antigos estabelecimentos comerciais, nos prédios que abrigam hospitais, igrejas e indústrias, nas rodas d'água, moinhos e engenhos, muitos conservados até os dias atuais.⁴⁷

Logo na abertura do texto em que aparece o fragmento anterior, a publicação menciona o fato de o Alto Vale ser cortado pela BR 470, rodovia assinalada como um importante corredor turístico do Mercosul. Com efeito, embora os objetivos finais sejam mais ousados (a intenção é divulgar as potencialidades e riquezas não apenas para o Brasil, mas para todo o mundo), o foco central da campanha de divulgação dos atrativos da região é o Mercosul. Uma vez que o principal atrativo é o potencial turístico, surge à necessidade de caracterização do Alto Vale como um espaço diferenciado via enaltecimento de suas “peculiaridades”. Esta expectativa de caracterização da região, associada à elaboração de uma identidade regional, fica ainda mais evidente analisando-se o conteúdo do *website* da AMAVI⁴⁸, um instrumento criado para promover a publicização de informações relativas às iniciativas desta instituição. Dentre elas, uma merece especial atenção.

Desde 2006 a AMAVI coordena um projeto denominado *Projeto Resgate do Patrimônio Histórico*, uma iniciativa que, segundo consta nas diretrizes do projeto, resultou de uma parceria entre o Ministério da Justiça (através da Secretaria de Direito Econômico e Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos – CFDD), a Fundação Catarinense de Cultura – FCC (através da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural), a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí e prefeituras municipais⁴⁹. O projeto prevê o levantamento, descrição e o possível tombamento do patrimônio histórico, material e imaterial, em todos os municípios que compõem a Região do Alto Vale do Itajaí.

A partir da leitura da carta de intenções e das ações já realizadas pela instituição ou por agentes culturais⁵⁰ nomeados para agir no âmbito municipal, é possível observar a natureza do projeto, cujos procedimentos visam à seleção apenas dos elementos concebidos como representativos de um ideal de região. Com efeito, na listagem do patrimônio já catalogado em cada um dos municípios consta um conjunto de bens dados a crer como

⁴⁷ AMAVI. Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí. *Revista da Amavi. op. cit.* p. 09. É interessante notar que 2004, ano de edição da publicação AMAVI, marca também a autorização (resolução do CONSEPE nº. 029/04) para a instalação do Curso de Turismo (com ênfase em Hotelaria) na Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, instituição privada com sede no município de Rio do Sul.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/>. Acesso em: 05/08/08.

⁴⁹ O acesso às informações relativas à Carta de Intenção, objetivos, metas, e demais dados concernentes à operacionalização do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico encontra-se disponível em: <http://www.amavi.org.br/patrimoniohistorico>. Acesso em: 07/08/08.

⁵⁰ Agente cultural é a denominação dada às pessoas que receberam treinamento para o levantamento do patrimônio histórico e cultural de cada um dos municípios que compõem a região do Alto Vale do Itajaí. A indicação desses agentes, moradores locais, ficou ao encargo do poder executivo dos respectivos municípios.

expressão ou *leitmotiv* da cultura local – não raro concebida como um monólito – sendo que, devido à semelhança entre os inventários, torna-se bastante plausível a expectativa de utilização dos elementos neles presentes como um suporte para uma identidade regional⁵¹.

Acompanhando os aspectos gerais do projeto, deparei-me com os objetivos e as metas que nortearam a iniciativa. Selecionei alguns pontos e os apresento abaixo (os números se referem à ordem em que eles aparecem no prospecto da AMAVI):

Objetivos: 1 – **Despertar da comunidade regional à necessidade da gestão ordenada e consciente do potencial cultural** (bens materiais e imateriais) dos municípios, além da discussão de medidas de incentivo a valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural da região, **protegendo a memória histórica e tradicional das comunidades;** 3 – Divulgar junto ao território regional e ou as suas comunidades, **os bens culturais de importância histórica**, visando o despertar para a preservação, valorização e proteção do patrimônio histórico herdado; 4 – Sensibilizar as prefeituras municipais quanto à importância da proteção do patrimônio cultural, bem como disponibilizar aos responsáveis pelo setor, minutas de normas institucionais como forma de preservar, **proteger e tornar úteis os bens construídos, de importância histórica para a coletividade.** **Metas:** 2 – Promover um processo de conscientização junto à população regional da importância de se preservar e proteger a memória dos antepassados; 4 – Demonstrar que a preservação dos bens históricos, além de respeitar a memória dos que lutaram pelo desenvolvimento da região, **possui importante significado para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental regional** (*grifos meus*).

No quadro de intencionalidade acima fica evidente, pois, a expectativa de preservação do *patrimônio cultural público* e da memória coletiva, uma iniciativa que deve partir do conjunto de indivíduos que formam a sociedade com vistas a auferir benefícios para o conjunto regional. Considerando os recursos históricos e culturais como potencialidades indispensáveis ao desenvolvimento sustentável da região, o projeto prevê duas linhas de ação. Em primeiro lugar, há a necessidade de identificar, sensibilizar, resgatar, preservar, valorizar e, principalmente, proteger o patrimônio cultural das cidades, seja este material ou imaterial. Num segundo momento, o patrimônio cultural, seja ele “histórico ou moderno”, conforme aparece na parte do projeto intitulada “Considerações Finais”, deve, obrigatoriamente, ser objeto de discussão por parte das entidades e comunidades locais e regionais, a fim de que tal patrimônio agregue valores (monetários e simbólicos) tanto para a sociedade atual quanto para a futura.

⁵¹ Tenho consciência de que a discussão sobre o patrimônio histórico é ampla e envolve diacríticos sobre os quais não lançarei meu olhar. Aciono este elemento em meu texto porque, como índice de uma relação muito peculiar com o tempo e com a história, a noção de patrimônio me permite analisar alguns delineamentos de uma política de identidades.

Como é possível notar, alguns verbos tornam-se vetores das iniciativas: identificar, ordenar, conscientizar, valorizar, preservar, proteger, divulgar, sensibilizar, são as ações envolvidas no interesse pela preservação do patrimônio público. Contudo, a menção aos “bens construídos, de importância histórica para a coletividade” (item número quatro dos objetivos), suscita um olhar mais atento sobre os aspectos envolvidos na seleção do que vem a ser ou não importante para esta coletividade. A esse respeito, partindo de uma análise sobre o patrimônio cultural do ponto de vista da relação entre o público e o privado, Ulpiano Menezes levanta duas questões fundamentais. Em primeiro lugar, falar em patrimônio cultural é falar de valores e, para falar de valores culturais, “exige-se conhecimento das redes de interações por intermédio das quais são produzidos, armazenados, postos em circulação, consumidos, reciclados e descartados os valores.” Ou seja, por se tratar de uma rede de interações/relações tensa, conflituosa, não se pode achar que as atividades relacionadas ao patrimônio cultural dizem respeito meramente à questões de natureza especulativas, cognitivas; pelo contrário, envolvendo elementos concretos, práticos, “o núcleo de qualquer preocupação relativa ao patrimônio cultural (identificação, proteção, valorização) é político por natureza” e, assim sendo, é necessário uma atenção especial para o processo de seleção daquilo que se torna objeto passível de destruição ou preservação, esquecimento ou lembrança.⁵²

Um segundo ponto, não menos importante, refere-se à noção que se tem sobre cultura e, por conseguinte, patrimônio cultural. Menezes observa que uma das principais fragilidades das políticas voltadas para a preservação do patrimônio histórico cultural resulta de um conceito reducionista de cultura, gerado pela não compreensão da cultura como elemento estruturante da vida social em seus mais variados aspectos ou, ainda, do esquecimento de que à cultura cabe o papel de qualificação da vida humana, papel este não restrito a estratos privilegiados, a elementos pré-definidos segundo interesses contextuais, datados. Por este motivo, nas palavras do autor, “as políticas culturais oficiais serão sempre insatisfatórias se considerarem apenas aqueles domínios restritamente definidos como “culturais”, ainda que se apresentem variados e multiformes.”⁵³ Acrescenta-se a isso o equívoco comum de se naturalizar as manifestações culturais, vinculando-as a lugares específicos e desconsiderando a importância da diferença cultural e a relação tensa que se estabelece entre lugar e identidade. Com isso, deixa-se de lado aquilo que é lembrado pelos antropólogos Akhil Gupta

⁵² MENEZES, Ulpiano T. Bezerra. O Patrimônio Cultural entre o Público e o Privado, In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* [resoluções do Congresso “o direito à memória”]. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

⁵³ *Ibid.* p. 192.

e James Ferguson: a identificação de um lugar é produzida na “intersecção entre seu movimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e sua construção cultural como comunidade ou localidade.”⁵⁴

Em realidade, estas idéias parecem não ressoar na AMAVI. No Projeto Resgate do Patrimônio Histórico consta um item intitulado “Metodologia de Aplicação”. Nele afirma-se que foram realizados encontros e reuniões com representantes das prefeituras municipais (agentes culturais e representantes das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Turismo) e técnicos da Fundação Catarinense de Cultura. Além disso, é relatado que a equipe da AMAVI elaborou formulários para o cadastramento e constituição de um inventário dos bens culturais (materiais e imateriais). No passo seguinte foram então promovidas visitas aos municípios da região, para pesquisar, levantar e registrar o patrimônio histórico, material e imaterial, dando ênfase aos seguintes itens: a) Patrimônio Arquitetônico: Arquitetura Diferenciada – barragens e represas, chaminés, estufas de fumo, moinhos, rodas d’água, pontes, carvoeiras, alambiques e outros; Arquitetura Ferroviária – estações (cargas e passageiros), pontes, pontilhões, túneis, elevados construídos no início do século XX, máquinas e equipamentos rodantes, trilhos, dormentes e outros; Arquitetura Especial – hospitalar, industrial, religiosa e outros. b) Gastronomia Típica: alimentação, bebidas e produtos coloniais. c) Folclore e Tradição: grupos de dança, música, teatro, corais, artesanato típico, contos e “causos” históricos.

Embora exista, pelo menos em tese, uma margem de manobra representada pelo termo “outros”, a listagem acima é bastante explícita no que se refere àquilo que deve ou não ser considerado patrimônio histórico, cultural. Pesquisando os inventários municipais⁵⁵, notei que existe uma grande ênfase no “patrimônio arquitetônico”, assim como nos elementos pertencentes ao grupo Folclore/Tradição (manifestações artísticas). À pessoa que se depara com a listagem é dada a oportunidade de mergulhar no passado, de respirar a atmosfera onde os ares, devido à idealização imanente ao projeto, suscitam o saudosismo. Mas este acesso não é direto. A ligação passado/presente é mediada por um conjunto de imagens, por fotografias digitalizadas em que o passado se torna auto-referente. Para além do resgate histórico/cultural, do patrimônio ou de memórias passadas, o que se observa é um processo de objetivação/essencialização de uma identidade local – aquela que contribui para o

⁵⁴ GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais Além da “Cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 34.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.amavi.org.br/phinventariomunicipal>. Acesso em 13/08/08.

fortalecimento das relações de regionalidade criadoras da idéia de Região do Alto Vale do Itajaí e para o sentimento de pertença por ela suscitado – via apelo imagético. Em outras palavras, lembrando do vetor central do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico, é possível dizer que o que está em questão é a construção de uma identidade que visa o mercado, um produto a ser consumido, uma oferta da e para a indústria do turismo.

Figurando entre os intelectuais cuja obra se volta para as questões relativas à cultura contemporânea e o chamado pós-modernismo, Fredric Jameson utiliza-se dos termos “pastiche” ou “simulacro” para designar características do que ele considera uma forma pós-moderna de cultura do chamado “capitalismo tardio”. Do ponto de vista deste autor, o pós-modernismo seria marcado pelo pastiche da historicidade, ou seja, pela falta de profundidade, pela superficialidade e o achatamento da percepção da história e uma cultura da imagem e do simulacro. Decorre daí que o próprio passado é transformado em uma grande coleção de imagens, em um “simulacro fotográfico”, o que nos faz viver uma “forma cultural de vício da imagem que, ao transformar o passado em uma miragem visual, em esteriótipos, ou textos, abole, efetivamente, qualquer sentido prático de futuro e de um projeto coletivo.”⁵⁶ Como corolário, sublinha o autor, “não se trata mais de ver a cultura como expressão relativamente autônoma da organização social, mas sim de entender que neste novo estágio do capital a lógica do sistema é cultural.”⁵⁷

Essa formulação é importante para interpretar algumas das iniciativas do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico levado a cabo pela AMAVI, como no que se refere a uma imagem presente no inventário do patrimônio histórico do município de Vidal Ramos. Visando a representação do “Sport Club Ypiranga”, fundado em 1932 numa localidade que possui grande concentração de descendentes de alemães residentes no município, e possivelmente devido à falta de um registro de época, optou-se pela confecção de uma imagem configurada de acordo com as necessidades do presente. A foto é a única da listagem com imagem em preto e branco:

⁵⁶ Embora guardem certa diferença, os conceitos de pastiche e de simulacro têm como núcleo comum a idéia de “estar em lugar de”. Para Jameson, o pastiche, assim como a paródia, “é o imitar de um estilo único, peculiar ou idiossincrático, é o colocar de uma máscara lingüística, é falar em uma linguagem morta. Mas é uma prática neutralizada de tal imitação, sem nenhum dos motivos inconfessos da paródia, sem o riso e sem a convicção de que, ao lado dessa linguagem anormal que se empresta por um momento, ainda existe a saudável normalidade lingüística”. O simulacro, Jameson concebe-o como “a cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu”. Ver JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2007, p. 44-45.

⁵⁷ *Ibid.* p. 05.



Figura 2 - Tradição: Sport Club Ypiranga

Fonte: <http://www.amavi.org.br/phlistar&ph=vidalramos&t=m>. Acesso em: 10/08/2008

A disposição dos “atletas” do clube – todos atuais moradores do município – segue um padrão muito comum em fotografias desse tipo produzidas ao longo da primeira metade do século passado. A própria indumentária dos personagens – excetuando-se os relógios (com pulseira de nylon, borracha, ou materiais dessa natureza, usados apenas em décadas recentes) – tem por objetivo transmitir ao observador uma aura de autenticidade, de originalidade. No conjunto dos personagens a quase total ausência de calçados funciona como um indício auto-evidente das dificuldades econômicas dos tempos passados.

Levando-se em consideração que o Sport Club Ypiranga não possui mais sua antiga sede, uma construção de madeira que deu lugar a um novo salão (pouco condizente com a arquitetura “típica” do início do século passado) – tanto que a foto foi tirada em uma das instalações do parque municipal de eventos, local que não pertence ao Sport Club Ypiranga – é possível entender o porquê da opção pela imagem pastiche. O que se extrai disso é a expectativa de construção de uma identidade objetivada, cujo processo de formação só é possível mediante o pastiche da historicidade, ou seja, pedaços desconexos e imagens recortadas (quando não maquiadas) de um passado nostálgico são ajustados como material constituinte para essa mesma identidade. Ressalta-se que tais pedaços são, da mesma forma, imagens vazias, desprovidas de profundidade histórica, motivo pelo qual se apela para um bombardeio visual que induz à perda da noção de que essas imagens são apenas a representação idealizada de um passado, e não o passado em si.

Uma vez que a construção de uma identidade local se assenta sobre tal representação, pode-se falar, sem maiores problemas, também em uma identidade pastiche, subsídio para uma identidade regional cuja *raison d'être* tem por escopo a indústria do turismo. E exemplos

como este do Sport Club Ypiranga aparecem nos inventários dos vinte e oito municípios que compõem a Região do Alto Vale do Itajaí: em todos os casos, a escolha minuciosa dos bens culturais, assim como das imagens que os representam, deixa clara a expectativa de articulação entre uma identidade local e o ideal de região que se quer dar a crer.

A seleção de elementos para fornecer as bases para uma identidade para o Alto Vale pode se configurar como uma atitude a princípio paradoxal, pois boa parte destes se estende a todo o “Vale Europeu”. Certamente a arquitetura em estilo enxaimel, as barragens e represas, os chaminés, moinhos, rodas d'água, pontes, carvoeiras e alambiques; algumas partes da arquitetura ferroviária, máquinas e equipamentos rodantes, trilhos, dormentes, assim como a chamada “arquitetura especial” (hospitalar, industrial, religiosa), a gastronomia típica, o folclore e as tradições (os símbolos selecionados para configurarem neste enquadramento: grupos de dança, música, teatro, corais, artesanato típico, etc.), enfim, todo o conjunto de elementos materiais (e imateriais) elevados a condição de determinantes da cultura local, não são encontrados apenas no Alto Vale do Itajaí.

Num primeiro momento, a explicação para esta aparente incoerência pode ser encontrada na utilização de um conceito reducionista de cultura como referido por Menezes e na desconsideração da relação problemática entre identidade e lugar. Mas há outra questão não menos importante que merece ser analisada, motivo pelo qual remeto uma vez mais ao estudo efetuado por Flores e Campos. Conforme eles afirmam, a identidade germânica outorgada à cidade de Blumenau nada tinha de pura, original: ela foi construída no interior de representações simbólicas que, ao atenderem ao apelo do mercado (no caso, a indústria do turismo), conferiram à cidade uma determinada identificação (a germânica).

Lançando esta assertiva para um plano mais amplo, passível de englobar também a Região do Alto Vale do Itajaí, é plausível afirmar que nesta Região a AMAVI projetou a imagem de que tanto o Médio Vale, quanto a região da Foz do Rio Itajaí, também integravam o “Vale Europeu”, utilizando esta referência como um capital simbólico, como um elemento de uma identificação que lhe rende dividendos simbólicos, políticos e econômicos. Em meio às disputas do mundo globalizado, identificar-se com o “Vale Europeu”, com seus (outros) Vales, não significa abrir mão de uma “originalidade local” (a base da identidade regional), mas sim jogar com os elementos disponíveis para promover uma potencialização das forças locais.

No caminho até aqui percorrido procurei demonstrar como a construção de uma identidade regional ou, usando termos mais condizentes com a linha de raciocínio que venho

desenvolvendo, como as *relações de regionalidade* que instituem a idéia de Região do Alto Vale do Itajaí são levadas a cabo pelas iniciativas da AMAVI. A busca por subsídios para uma idéia de região me conduz a um caminho diferente, e ao mesmo tempo complementar, que passa pela compreensão da maneira como este ideal de região é produzido através de outro meio no âmbito de cada município.

Histórias locais: raízes e legitimidade para um ideal de região

Numa outra ordem de registro, entre os anos de 1985 e 2007 foram produzidas no contexto da Região do Alto Vale do Itajaí várias obras de história local, em sua maioria resultado do trabalho de historiadores não profissionais. No conjunto dos vinte e oito municípios que compõem a Região do Alto Vale do Itajaí, contatando as respectivas Secretarias Municipais de Educação e Cultura, verifiquei que em Agrolândia, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Vidal Ramos e Vitor Meireles existem obras de história local que se apresentam como guardadoras da memória local, algumas, inclusive, com a pretensão de contar “toda a história do município”, desde os seus primórdios até os dias atuais⁵⁸. Ao todo fui informado da existência de vinte obras. Levando em consideração aspectos de ordem metodológica – a exemplo da escolha apenas dos trabalhos publicados no recorte temporal sobre o qual minha pesquisa se processa (1985-2007) –, selecionei um total de dezesseis obras para analisar.

Dentre as características comuns que norteiam a escrita dessas obras, constatei que é recorrente a menção ao processo de colonização, sempre vinculada à qualificação dos colonizadores. O apego à religião e ao trabalho; suas tradições, seus costumes, seus valores; enfim, todo um conjunto de características, idealizadas ou não, passa a ser marca indelével da nobreza de seu caráter. Europeus ou descendentes de europeus (salvo exceções), os assim chamados “desbravadores” compõem o arquétipo sobre o qual se assenta a identidade da cidade, identidade esta que fornece bases locais para o enraizamento de uma idéia de região.

Numa breve digressão, cabe lembrar que Jacques Revel já alertou sobre a maneira

⁵⁸ Com o objetivo de formalizar os procedimentos relativos à minha atividade de pesquisa, deixo aqui registrado que meu último contato com as Secretarias Municipais de Educação e Cultura da região do Alto Vale do Itajaí foi efetuado em fevereiro de 2007. Do município de Ibirama recebi a informação de que estava no prelo uma obra intitulada “Terra da Fartura: história da colonização de Ibirama”, de Harry Wiese. Na prefeitura de Laurentino soube da existência de pequeno livro intitulado “Laurentino: perfil histórico – jubileu de prata”, de Valdemiro Avi. No caso das cidades de Agrolândia e Rio do Oeste, que possuem duas obras cada uma, escolhi aquelas cuja edição é mais recente. Citarei os nomes dos autores, das obras e respectivas cidades as quais se referem na medida em que estas informações forem acionadas. Lembro ainda que, do município de Ituporanga utilizei duas obras e do município de Rio do Sul também duas obras.

como a história é usada para sustentar uma caracterização do regional. Discorrendo sobre a relação entre o nacional e o regional, ele considera ter havido na França, ao longo da década de 1970 e 1980, uma recrudescência da sensibilidade regionalista, processo este que conduziu a novos apelos à história para encontrar nela os percursos que teriam conduzido às configurações atuais do território francês:

Exploram-se de maneira útil as formas e expressões das identidades regionais através das transformações de uma série de pontos-chave: as tradições etnográficas e as produções letradas, as relações entre a língua nacional e as línguas locais, dialetos ou *patois*. Os comportamentos religiosos, políticos ou sociais foram assim trazidos a lume por historiadores, profissionais ou não, que tomaram em mão a tarefa de reconstruir e reabilitar o passado plural de uma França perdida.⁵⁹

Para Revel, “França perdida” se refere ao período anterior ao processo de centralização e uniformização cultural, que teria sido levado a cabo a partir da Revolução Francesa, obliterando especificidades regionais⁶⁰. Com efeito, ele comenta que num período recente, tal como já ocorrera no Antigo Regime, médicos e outros profissionais liberais de maneira geral, assim como funcionários administrativos de nível médio, escreveram histórias cujo objetivo era a caracterização de regiões que se pretendiam distintas. Embora esta não seja a preocupação central do autor, seu estudo faz menção à existência de obras de caráter histórico que possuem uma intencionalidade explícita, a saber: o interesse pela caracterização de uma identidade regional.

Seria temerário afirmar que este é o caso das obras de história local que utilizo como evidências empíricas. Contudo, devido a um quadro de similitudes e aproximações na maneira como essas obras são escritas, assim como ao conjunto de elementos por elas apresentados, algumas questões podem ser objeto de reflexão. Senão, vejamos: escrevendo sobre o município de Pouso Redondo, Evacir Renato Cristofoline nomeia de “Pré-história de Pouso Redondo” o primeiro capítulo de sua obra. Para o autor,

Pode parecer um tanto vago falar de pré-história em se tratando de um relato histórico de Pouso Redondo. Se nosso entendimento de pré-história é aquele que está ligado aos tempos anteriores à descoberta da escrita, fato que se deu aproximadamente em 3.600a.C., e a tudo o que caracteriza aquele grande período, nosso escrito será estranho. Porém, aqui o entendimento deverá estar na linha do tempo que precede o início da nossa história, da nossa colonização. Assim, ao falarmos dos nossos primeiros habitantes dos séculos

⁵⁹ REVEL, Jacques. Do Antigo Regime ao Império: a identidade regional, inevitável e impensável. In: REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Trad. de Vanda Anastácio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 160.

⁶⁰ Michel de Certeau sustenta que neste momento, em fins do século XVIII, ocorre a luta de uma racionalidade escriturária – “esclarecida”, revolucionária e jacobina – contra as flutuações idiomáticas das oralidades regionalizantes. Ver CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. *op. cit.* p. 10.

XVII, XVIII e grande parte do XIX, estaremos abordando os nossos tempos pré-históricos.⁶¹

Para além da utilização do termo pré-história da maneira como este foi concebido no século XIX – a velha fórmula segundo a qual a invenção da escrita é condição *sine qua non* para o surgimento da história –, o que me chama a atenção no fragmento acima diz menos respeito às concepções teórico-conceituais defendidas pelo autor do que a um procedimento de cunho metodológico. No livro de Evacir, assim como em outras obras relativas aos municípios da Região do Alto Vale do Itajaí, a história se processa via estabelecimento de um “corte” que institui um antes e um depois. A partir de um marco, uma origem (entendida aqui como princípio, causa, motivo), um mito fundante, “toda a história do município” se desenvolve. O corte resulta, portanto, na constituição de uma realidade à parte: (“a história local”) cujo corolário é o entendimento do *antes* (o nada? – a Europa) como algo que, se não desprovido de relevância histórica, é no mínimo dispensável para a compreensão do *depois* (fez-se a luz! – a Colônia).

A idéia de “corte”, eu a tomo emprestada de Michel de Certeau, para quem “o corte é o postulado da interpretação (que se constrói a partir do presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas).”⁶² O corte imputa uma separação entre o presente (o tempo em que a escrita se realiza) e o passado (o tempo que a escrita pretende representar). Em linhas gerais este procedimento, como Certeau o concebe, é o *modus operandi* da historiografia ocidental e, portanto, não se trata de uma exclusividade dessas obras de história local. Contudo, o contexto ao qual elas se referem e a maneira como elas são escritas me permitem detectar certo grau de singularidade na representação sobre o passado que lhes é comum.

Não há nas fontes utilizadas pelos autores, produzidas quase todas na primeira metade do século XX, qualquer menção ao termo Alto Vale. Quando surgem referências e este espaço os termos utilizados são, por exemplo, “braços do Rio Itajaí”. Embora a existência do Alto Vale da forma como ele é hoje concebido esteja intrinsecamente ligada à sua representação na escrita – vale lembrar, que na primeira metade do século passado boa parte dos municípios que o compõe ainda nem haviam sido criados – causa estranheza o fato dos autores tratem tal região como se ela já existisse há um século ou mais. Por outro lado, tal atitude explica o porquê destes trabalhos apresentarem uma busca por origens.

⁶¹ CRISTOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo. op. cit.*, p. 17.

⁶² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história. op. cit.* p. 15.

Dante Bonin, no livro “Rio do Campo e Sua História”, em capítulo intitulado “De Blumenau ao Alto Vale”, após algumas linhas com retórica poética, afirma que “assim é a história de todas as terras, de todos os lugares e também do Alto Vale do Itajaí (...) um vale que nasceu com o mundo e, para a civilização humana no século XX.”⁶³ Citações como esta, que remetem a um nascimento são, aliás, lugar comum nessas obras de história local, conforme o atesta um escrito como “O começo foi assim” (capítulo do livro sobre a história do município de Dona Emma)⁶⁴. Decorrem daí algumas perguntas interessantes: nesta ordem discursiva, o que se seleciona? Quais são os símbolos criados ou apropriados para a construção da inteligibilidade deste começo e do desenrolar dessa história? O que desse passado merece ser lembrado? Nas linhas a seguir apresentarei algumas possíveis respostas.

Há, nas obras de história local produzidas na Região do Alto Vale do Itajaí, um interesse em evidenciar as etnias formadoras da população local. Não se trata de uma análise feita sobre o presente, de uma descrição pormenorizada da variedade étnica que compõe o conjunto da população atual. Pelo contrário, como mencionei em momento anterior, a história local confunde-se com a história da colonização. O escopo dos autores é, então, a descrição das etnias consideradas promotoras da colonização local. Este procedimento pode ser exemplificado numa descrição de Fiorelo Zanella.

Em nossa opinião, conforme estudo que realizamos, a vinda de migrantes para o Alto Vale se processou por etnias. Na verdade, os historiadores até hoje registram a vinda dos imigrantes para o Alto Vale sem a preocupação com a sua nacionalidade e apenas fazendo o registro nominal dos primeiros moradores. A vinda dos colonizadores foi um processo migratório de alemães, de italianos, e de luso-brasileiros, que deixaram suas sedes de origem no Médio Vale e foram em busca de novas terras, geralmente em lavas. As colonizadoras ofereciam as novas terras a colonos de núcleos coloniais alemães e italianos do Médio Vale e fixavam os primeiros numa lavada e os segundos em outra lavada, compreendendo-se assim que a colonização foi feita por grupos étnicos. Nesta **nova visão**, há necessidade de se fazer um estudo apurado da vinda desses migrantes para o Alto Vale, conforme sua etnia. (...) A primeira etnia foi a dos imigrantes italianos, quando o Dr. Blumenau resolveu instalar 50 famílias lombardas no atual município de Lontras (*grifo meu*).⁶⁵

O texto de Zanella possui algumas afirmações que merecem um olhar mais atento. Em

⁶³ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e Sua História: vidas no tempo*. Taió: Editora Jornal Gazeta do Alto Vale, 1992, p. 02.

⁶⁴ DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma: história do município*. Florianópolis: Edição do Autor, 1996.

⁶⁵ ZANELLA, Fiorelo. *Das Clareiras da Barra do Tayó*. *op. cit.* p. 59. Há uma particularidade nesta obra que merece ser registrada: é nela que se encontra a mais clara vinculação entre a construção de uma identidade local e a expectativa de capitalizar dividendos econômicos com o turismo, pois o autor abre um espaço específico para discorrer sobre o potencial turístico local e, inclusive, apresenta um inventário dos patrimônios existentes.

primeiro lugar, este autor é o único, dentre aqueles que analisei, que confere o pioneirismo na Região do Alto Vale aos “italianos”⁶⁶. Embora a menção a este fato seja periférica, pois o autor não a desenvolve (procurando antes sustentá-la a partir de uma menção escrita por ele mesmo em obra organizada por Walter Piazza)⁶⁷, ela merece ser lembrada porque transita na contramão das informações presentes nas outras obras, cujo enfoque é dado à etnia “alemã”. Em segundo lugar, penso que autor se equivoca ao afirmar que “os historiadores até hoje registram a vinda dos imigrantes para o Alto Vale sem a preocupação com a sua nacionalidade e apenas fazendo o registro nominal dos primeiros moradores”⁶⁸; pelo contrário, a maioria deles procura enfatizar estes dados, dispendo uma atenção especial para a descrição das “etnias pioneiras”⁶⁹ e sua distribuição no território de cada um dos municípios.

De fato, com exceção da obra “Rio do Oeste: a história oficial e outras histórias”⁷⁰ cujo texto enfatiza a atuação de colonos descendentes de imigrantes de língua e/ou dialetos italianos e o próprio livro de Fiorelo Zanella, na maioria das demais obras os “alemães” ou, mais especificamente, imigrantes ou descendentes de imigrantes de língua ou dialetos alemães aparecem como pioneiros e como ocupantes das áreas centrais dos municípios após o início da colonização. Este procedimento é especialmente marcante no livro intitulado “De Neu-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso”, em que o autor afirma:

Em 1º de julho de 1904, nasceu uma nova colônia, no Vale do Itajaí do Norte, ou Vale de Rio Hercílio. Os primeiros imigrantes, na sua maioria, eram suíços. O lugar foi denominado de *Neu-Zürich*. A nova colônia era ligada a Hammonia, colônia alemã, pertencente, na época, ao município de Blumenau. Deu-se, assim, o primeiro impulso na colonização desta generosa

⁶⁶ Assim como Zanella, a maioria dos autores que analisei, agindo por conta própria ou respondendo por certa tradição, confere aos imigrantes e/ou seus descendentes a condição de “alemães”, “italianos”, “poloneses”, etc., *tout court*. Tal postura deve ser objeto de reflexão, pois normalmente os autores usam apenas a língua falada como referência, e não outros fatores tais como a nacionalidade. Por este motivo apresento estes termos entre aspas.

⁶⁷ Na citação em questão ele afirma que “tem-se a certeza de que o Alto Vale deve ser considerado como um dos núcleos da imigração italiana no Estado de Santa Catarina, mesmo que estes imigrantes tenham retornado ao Médio Vale”, ou seja, apesar de comentar sobre a presença, não faz menção alguma sobre o *pioneirismo* italiano. A obra do qual ele retira a citação discorre sobre a colonização italiana em Santa Catarina (PIAZZA, Walter (org.) *Italianos em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 2001. p. 530).

⁶⁸ ZANELLA, Fiorelo. *Das Clareiras da Barra do Tayó*. op. cit. p. 59.

⁶⁹ Este é o caso dos livros sobre Pouso Redondo (CRISTOFOLINE, Evacir. *Pouso Redondo*. op. cit. p. 28), Dona Emma (DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma*. op. cit. p. 46), Presidente Getúlio (WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio*. op. cit. p. 13), Ituporanga (KOCH, Dorvalino; MOMM, João. *Famílias Pioneiras de Salto Grande*: Ituporanga SC. Ituporanga: Edição do Autor, 1985. p. 11), Imbuia (ADAMI, Saulo Luiz; ROSA, Tina. *Alto Rio dos Bugres*: As origens do município de Imbuia. Blumenau: Odorizzi, 2004. p. 20), Vidal Ramos (ADAMI, Saulo Luiz; ROSA, Tina. *Paisagens da Memória*: A criação do município de Vidal Ramos. Itajaí: S&T Editores, 2004. p. 74), exemplos em que se destaca a etnia alemã. Em Rio do Oeste (ADAMI, Saulo Luiz; ROSA, Tina. *Rio do Oeste*: A história oficial e outras histórias. Itajaí: S&T Editores, 2004. p.32.) o procedimento é o mesmo, mas o destaque é dado aos italianos.

⁷⁰ ADAMI, Saulo Luiz; ROSA, Tina. *Rio do Oeste*. op. cit.

terra. Com o passar do tempo, além de suíços e alemães, vieram também os italianos e os russos. Outras etnias foram insignificantes em número de imigrantes, mas igualmente importantes para o desenvolvimento da colônia. (...) Aos suíços coube o registro e o reconhecimento de terem sido os fundadores. Alguns anos depois deixaram a colônia que denominaram de *Neu-Zürich* e procuraram estabelecer-se em outras paragens. (...) À colonização alemã coube o domínio posterior, mas principalmente nas localidades que hoje formam a sede do município. Nas periferias, principalmente nas localidades de Rio Ferro, Ribeirão Tucano e Mirador, houve o predomínio da imigração italiana.⁷¹

Nesta narrativa sobre os primórdios da colonização de Presidente Getúlio, o autor ressalta o pioneirismo “suíço” e discorre também sobre a presença de “italianos”. Mas, no texto que se desenrola a partir de então, o que se vê é uma história intrinsecamente ligada com a saga dos colonizadores “alemães”. Ao discorrer sobre tradições locais, costumes, valores, etc., o escopo da narrativa é a etnia alemã. Aos comentários sobre o pioneirismo suíço o autor não deixa de acrescentar informações sobre a forte ligação que eles tinham com a cultura alemã (principalmente no que tange ao aspecto lingüístico). Porém, o fator diferencial, o que torna a obra de Wiese singular é a distribuição dos blocos temáticos: o livro inteiro é uma ode aos colonizadores alemães onde, após a leitura de 293 de suas 301 páginas com conteúdo textual, o leitor se depara com os anexos em que o autor comenta sobre a presença “italiana” na formação do município.

O que procuro mostrar com minha análise não é qualquer grandeza de natureza quantitativa (como, a exemplo do que alguns autores pretendem demonstrar, porcentagens de colonos desta ou daquela etnia), nem tampouco a inexistência de menção a outras etnias que não a alemã. Em realidade, o que me chama a atenção é a opção dos autores em elaborar um texto que, para além da mera apresentação genérica das etnias fundadoras e, principalmente, do destaque dado aos germânicos, conduz à constituição (um resgate?) de uma identidade local relacionada à qualificação desses pioneiros. A concepção de um *continuum* passado/presente – produto da narrativa, mas dado a crer como vetor de um processo natural – segundo o qual uma identidade originária existente nos primórdios do processo de colonização guardaria sua inteireza nos dias atuais, leva os autores a traçarem os contornos de uma identidade étnica que reverbera no entendimento que se tem sobre o município no presente.

Não quero aqui afirmar que os elementos agenciados pelos autores apareçam em sua escrita via “geração espontânea”. O que ocorre é a veiculação não problemática de um

⁷¹ WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio*. op. cit. p. 13.

discurso cristalizado, discurso este usado, inicialmente, para legitimar e justificar a vinda de imigrantes (principalmente alemães) para o solo brasileiro, mas que acabou resultando em idéias generalizantes definidoras de critérios de diferenciação e enaltecimento de grupos étnicos específicos. Assim, por exemplo, no contexto das políticas imigratórias do século XIX o Visconde de Abrantes sustentava que

A aptidão dos colonos alemães para o trabalho da agricultura e para os ofícios e artes, e o seu espírito pacífico e conservador acham-se provados por testemunhos os mais autênticos. Em mensagem do Presidente dos Estados Unidos, principal teatro da colonização moderna, tem-se feito o elogio da moralidade dos alemães e do seu préstimo para a colonização (...). Amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação e respeito às autoridades são qualidades que distinguem os colonos alemães em geral, dos colonos de outras origens.⁷²

As palavras do Visconde de Abrantes, num primeiro momento, apenas indicam à opção do governo brasileiro, no século XIX, em relação à política de imigração. Mas o que chama a atenção é um outro contexto no qual elas aparecem. Este mesmo fragmento é usado por Evacir Cristofolini quando, em sua obra sobre o município de Pouso Redondo⁷³, ao discorrer sobre a confluência de fatores que resultou na vinda de imigrantes europeus, no caso os alemães, para o Vale do Itajaí, enaltece também o que considera serem as *qualidades superiores* daqueles que viriam a ser os pioneiros da história local. Essas qualidades, mergulhadas em uma atmosfera *a-histórica* e supra-contextual, chegam intactas ao presente no qual o autor escreve e do qual ele emite juízos sobre identidade local. Procedimento semelhante, aliás, é efetuado por Dante Bonin ao escrever sobre Rio do Campo, embora este autor seja mais metafórico: para ele, a vinda de alemães para o Vale do Itajaí foi “o sangue azul brotando das veias do Vale”, uma realização dos desígnios divinos, pois “o Vale do Itajaí tinha que ser colonizado. Assim Deus tinha dito, assim tinha que ser. Deveria, um dia, ser um Vale cheio de gente, progressista, cheio de indústrias e com muita agricultura.”⁷⁴

O tom profético com o qual Dante Bonin descreve a epopéia colonizadora é bastante sintomático. A impressão que se tem é a de que não havia outro caminho a ser seguido senão o que conduziu a vinda dos imigrantes europeus para o Vale do Itajaí ou, mais especificamente, para o Alto Vale. O leitor é então levado a crer que certamente esta foi a

⁷² Fragmento do discurso proferido pelo Visconde de Abrantes por ocasião da visita diplomática a capital do Reino da Prússia, em 1846, momento em que o Império brasileiro criava condições para incrementar a imigração alemã para o Brasil: Apud SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Povoamento-Imigração-Colonização*. Joinville: Edição do Autor, 1983. p. 160.

⁷³ CRISTOFOLINI, Evacir. *Pouso Redondo*. op. cit. p. 30.

⁷⁴ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e Sua História*. op. cit. p. 04.

escolha mais acertada. Isto também aparece no livro de Dorvalino Koch, autor que, escrevendo sobre Ituporanga, rechaça a comparação entre a atuação dos imigrantes (ou seus descendentes) e aquela pretérita dos bandeirantes paulistas. Segundo suas palavras

Nossas famílias não foram bandeirantes. Pois não saíram em busca de ouro e de esmeraldas. Nem migraram à caça interesseira e cruel de bugres. A nosso ver, deve preferir-se o termo “pioneiro”, que vem de “peão”, que vem a “pé”, por alusão ao soldado de infantaria que vai à frente da tropa a fim de inspecionar o terreno, e designado, no presente caso, os primeiros colonizadores de terra. Gente ordeira e trabalhadora.⁷⁵

Utilizo-me da comparação com o bandeirismo apresentada por Dorvalino Koch por considerá-la um diacrítico a mais relativo à escrita laudatória efetuada pelos autores que analisei. Contudo, vale lembrar que, partindo de um outro ponto de vista, nem todos os autores concordam com isso: Dante Bonin, por exemplo, ao comentar sobre a atuação de Emil Odebrecht e seus comandados, sobre as intempéries e agruras que tiveram que enfrentar, afirma que “o que os levava a diante era o fato de serem bandeirantes, isto é, a glória de serem os primeiros a pisarem o solo do Alto Vale do Itajaí.”⁷⁶ Seja como for, e para além desta ou daquela visão, o que fica claro é a expectativa de conferir distinções para a atuação dos precursores da história local, sendo a primeira delas decorrente do valor dado à noção de *pioneirismo*.

No texto de Dorvalino aparecem duas palavras que, além de evidenciar que o Vale foi entregue em boas mãos, acionam uma importante significação não só de sua obra, mas de quase todas as outras: *ordem e trabalho*. Entendida como característica imanente aos colonizadores, a idéia de povo ordeiro, trabalhador e respeitador das leis funcionou como critério de diferenciação no passado, para justificar a preferência dada à vinda de imigrantes europeus para o Vale do Itajaí, mas também aparece como sustentáculo de uma identidade no presente (para o povo, para o município, para a região). Por este motivo, tais adjetivos são frequentemente acionados⁷⁷.

⁷⁵ KOCH, Dorvalino; MOMM, João. *Famílias Pioneiras de Salto Grande*. op. cit. p. 07.

⁷⁶ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e Sua História*. op. cit. p. 06.

⁷⁷ Refiro-me ao trabalho e a ordem por serem estes os dois principais elementos usados como critério de identificação dos colonos, principalmente dos alemães. Evidentemente a adjetivação não para por aí. Dois outros exemplos dizem respeito ao apego pela educação (instrução nas letras e saberes) e a religiosidade. Harry Wiese comenta que “muitos imigrantes eram intelectuais” e, por este motivo, o apego à educação era um dos fatores responsáveis por sua moral elevada, característica esta reforçada por práticas religiosas inicialmente desenvolvidas nas *Hausgemeinden* (comunidades domiciliares). Segundo Wiese “estas comunidades do lar, ou domiciliares, eram verdadeiras células vivas de uma espiritualidade ativa” a partir das quais se formavam grandes laços de solidariedade. Ver WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio*. op. cit. p. 36, 117-118. Embora comentem de maneira saudosa sobre a ação degradante do tempo que conduz a um enfraquecimento dessas características, os autores as tomam como símbolos da identidade local.

Em realidade, no conjunto de documentos de época (das mais diversas naturezas) utilizados como fontes pelos autores, o discurso da superioridade étnica é lugar comum, principalmente no que se refere aos germânicos, cuja propensão para o trabalho, por exemplo, era “um dos argumentos para combater casamentos interétnicos nas colônias alemãs.”⁷⁸ O fator preocupante nessas obras de história local é a veiculação não problemática deste discurso. Neste sentido, às escolhas feitas no passado, em pleno curso do processo de colonização, acrescentam-se aquelas feitas no presente, via constituição de narrativas históricas responsáveis pela disseminação de clichês que obliteram o entendimento da multiplicidade de identificações possíveis para os municípios e, conseqüentemente, para a Região do Alto Vale do Itajaí.

Para Eric Landowski, por exemplo, tanto no plano da vivência individual como no da consciência coletiva, “a emergência do sentimento de ‘identidade’ parece passar necessariamente pela intermediação de uma ‘alteridade’ a ser construída.”⁷⁹ Neste processo – que envolve procedimentos comparativos/valorativos – a identidade tende a se constituir como sendo diversa da sua alteridade, o que significa dizer aquilo que a alteridade não é. Em outras palavras, identidade e alteridade são mutuamente objetivadas naquilo que apresentam, reconhecidamente, como diferente, exclusivo.

Tomando por base a dependência intrínseca entre identidade e alteridade, para se entender o processo de materialização identitária é necessário levar em consideração as condições de possibilidade em que ocorre esta materialização, ou seja, sob quais tensões inter-relacionais identidade e alteridade passam a ter um significado e, principalmente, quais os contornos que o olhar da identidade confere à alteridade⁸⁰. Por outro lado, analisando-se este mesmo procedimento – o olhar da identidade sobre a alteridade – projetado no âmbito das obras de história local que fazem parte do meu estudo, é possível revelar traços das escolhas,

⁷⁸ FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e trabalho alemão. op. cit.* p. 05.

⁷⁹ LANDOWSKI, Eric. *Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica*. Trad. de Mary Amazonas L. de Barros. São Paulo: Perspectivas, 2002. p. 04.

⁸⁰ Um exemplo pode ser esclarecedor. Em meio à situação de calamidade pública gerada pelas enchentes que assolaram o Vale do Itajaí nos anos de 1983 e 1984, a construção de uma identidade para o Vale (estendida a todo o Estado) se apresentou como uma arma na luta por verbas federais necessárias à recuperação das áreas atingidas. Segundo Méri Frotscher, naquele momento o discurso étnico emergiu com todo o seu ímpeto. O “outro”, o contraponto utilizado na forja de uma identidade foi buscado no Nordeste brasileiro, assolado por uma seca que perdurava por cinco anos e, portanto, concorrente direto pelas verbas federais. Nos entrecosques motivados por discursos acalorados, políticos do Sul e do Nordeste muniam-se de argumentos diversos, produzindo estereótipos sociais. Naquele momento, o trabalho, ou a cultura do trabalho, interpretada como elemento catalisador da identidade local e supostamente alheia à realidade do Nordeste, foi usada como critério de diferenciação e justificativa para a delação dos interesses nordestinos (FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e trabalho alemão. op. cit.* p. 40-41). Embora não tenha sido idealizado por elas, as lideranças locais na Região do Alto Vale souberam se apropriar deste discurso.

omissões e encobrimentos efetuados ou legitimados pelos autores na seleção dos elementos passíveis de representar a identidade local.

Embora existam nítidas diferenças na forma como os autores das obras de história local que me serviram como fontes expressam sua visão sobre a história e constroem seu texto, o que me interessa no momento são as semelhanças, os traços recorrentes, os lugares comuns que conferem coerência para uma determinada idéia de região. Com efeito, ao longo de várias das páginas anteriores venho insistindo na maneira como a identidade local, conforme ela é concebida pelos autores, reverbera em um contexto mais amplo, definido por uma identidade regional. O que importa agora é saber como se dá a articulação da relação identidade/alteridade no plano intramunicipal. Ou seja, é necessário entender quais procedimentos discursivos/comparativos/valorativos representativos da história local são utilizados pelos autores para produzir uma identidade e, em contrapartida, para promover uma obliteração/sub-valorização da alteridade que lhe é correlata. O primeiro passo neste sentido é perceber quem é o “outro” ao qual a imagem idealizada do imigrante/migrante, branco, colono, pioneiro, desbravador, trabalhador, temente a Deus e civilizado se contrapõe.

A resposta mais imediata conduz ao indígena. Porém, uma vez que a colonização levada a cabo no Alto Vale (não só, decerto) promoveu o extermínio quase total deste personagem, cujos remanescentes, “pacificados” e “catequizados”, permanecem isolados em Reservas, não é adequada a função de contraponto. Assim, este elemento deve ser buscado entre aqueles que, anônimos, ajudam a compor a heterogeneidade étnica, social e cultural negada à Região do Alto Vale. Para tanto, ao comentar sobre os primórdios da colonização de Rio do Oeste (que resultou na colonização de Rio do Campo), Dante Bonin oferece algumas indicações.

A nova terra, as chances de progresso e o desejo de melhorar despertou entusiasmo na turma. Observando isso, o chefe, Luiz Bertoli, foi a Blumenau em busca de um agrimensor que iniciaria os trabalhos de demarcação dos lotes para os pioneiros, na próxima viagem que seria feita ao Rio do Oeste (...). Na época residia na região o **tal Catarina**⁸¹ – que participou como orientador na primeira expedição – Candinho Porto, José Periquito, José da Bernardina, Ferdinando Bussi, Crispim, João Basílio (...) e outras famílias. Estes eram na verdade os desbravadores da região. Contudo, devido à falta de conhecimento, acabaram vendendo suas posses aos novos colonos, acabando por se tornarem empregados destes últimos. Mas a história é assim mesmo: o maior engole o menor. Na verdade, os primeiros colonizadores, não apenas do Rio do Oeste, mas de todo o Brasil foram os caboclos.

⁸¹ Bonin não deixa claro em seu texto o que significa este termo. Embora empregado no singular, aparentemente ele remete ao conjunto de pessoas que já residia na região antes da chegada de Luiz Bertoli.

Contudo, apesar desse esforço, pela falta de instrução, sempre acabaram relegados ao esquecimento (*grifo meu*).⁸²

A menção feita ao “tal catarina”, termo genérico provavelmente usado para definir os brasileiros natos ou caboclos⁸³, um “pioneiro” anterior, assim como o alerta para o olvido a que ele está relegado, não é suficientemente capaz de fazer com que o próprio autor lhe dedique uma atenção maior. E não há aqui uma exceção. Em Rio do Oeste, Taió, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete, Vitor Meireles, que são alguns dos locais cuja presença de luso-brasileiros (caboclos) é registrada nas obras de história local⁸⁴, as menções são periféricas (comentários tangenciais sobre um “pioneirismo menor”) e, geralmente, a descrição que deles é feita serve como a contra-imagem necessária para idealização do colono europeu (ou seus descendentes). O interessante é notar que, embora a identidade local se consubstancie via incorporação de traços tidos por característicos de mais de uma etnia, mesmo que prevaleçam aqueles relativos à alemã, os autores não esboçam movimento para incluir os traços marcadamente caboclos.

Pelo contrário, os caboclos, quando surgem, fazem-no como indivíduos indesejados. Esta constatação fica bastante evidente na obra sobre Vitor Meireles. O autor, Alexandre Avancine, é um antigo morador local e mescla sua escrita com muitas de suas próprias memórias. Em certa altura do seu livro, discorrendo sobre a ocupação de algumas das comunidades interioranas do município, ele se refere a um encontro entre pioneiros e

gente vinda a maioria de Canoinhas, da Região do Contestado, com descendência de cafuzos, mamelucos ou brasileiros natos. Estes moradores consideravam-se donos das terras pelo simples fato de as terem ocupado, achavam-se donos sem precisar pagar, ou por aliciamento de alguém ou outros motivos desconhecidos, o fato é que qualquer um que tentasse se instalar ou entrar para caçar, investigar e no caso medir, eram perseguidos pois desconfiavam que o plano era se apoderar do que eles julgavam que fosse deles.⁸⁵

O modo como os caboclos são descritos no relato possivelmente é motivado por seu

⁸² BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e sua história*. op. cit. p 24.

⁸³ O termo caboclo possui um caráter ambíguo. Ora ele é usado de maneira genérica para definir os “brasileiros natos”, ora ele recebe contornos mais específicos, fazendo alusão ao que Victor Lucas denomina de “bandoleiros fanatizados pertencentes a um movimento sedicioso conhecido como Guerra do Contestado”. Ver LUCAS, Victor. *Olhos Azuis*. op. cit. p. 178.

⁸⁴ Nestes municípios, localizados mais ao norte/noroeste do Alto Vale, cuja divisa se estabelece com a Região do Planalto Serrano, antigos moradores e remanescentes da Guerra do Contestado (1912-1916), desceram a serra em busca de novas terras, sendo que parte significativa dessas pessoas não solicitou certificado legal que legitimasse a posse das terras nas quais se estabeleceram. Com a chegada na região dos colonos de origem ou ascendência européia a terra passou a ser motivo de disputa entre empresas privadas que agenciavam a colonização e os caboclos. Em menor grau, a disputa foi travada diretamente entre colonos e caboclos.

⁸⁵ AVANCINI, Alexandre. *Vitor Meireles: um mergulho no passado*. Florianópolis: Papa do Livro, 1996. p. 22.

não enquadramento no arquétipo identitário concebido como unificador das características locais. Ou seja, do ponto de vista dos valores elevados concernentes aos colonos, não há possibilidade de acolhimento para o *modus vivendi* caboclo. Isto se deve, em grande medida, a erros que supostamente os caboclos cometiam, como o descaso com o trabalho. Procurando explicar “a situação do brasileiro”, Dante Bonin, em tom didático, diz que

(...) o índio e descendentes de índios não tinham instrução, não tinham tecnologia, não tinham sequer mentalidades progressistas. Sua vida estava ligada à natureza e neste aspecto ele não tinha culpa de ser assim. O negro, como descendente de escravo, havia sido acostumado a trabalhar à força. Quando se viu livre, diminuiu seu ritmo de trabalho fazendo somente o indispensável para viver. O português, há mais de cem anos vivendo neste meio, acabou se acostumando porque não via uma maneira diferente de proceder. Aos poucos foi perdendo, inclusive, a instrução que possuía, acabou se igualando aos outros. Às vezes se destacava um pouco mais que os outros.⁸⁶

Do trecho acima emerge, uma vez mais, o mito da capacidade superior de trabalho dos colonos, principalmente dos alemães, cujas bases se fincam na crença de que apenas estes grupos trabalhavam com afinco e munidos de uma mentalidade ordeira e progressista, que os impedia de se entregarem a devastação das áreas sob seu domínio. Dorvalino Koch, por exemplo, é enfático ao dizer, referindo-se aos colonos “alemães”, que “o arrojado pioneirismo nosso não se liga a devastações. Mas à colonização ordenada e continuada. Reina o espírito de trabalho. Um quase culto do trabalho. Por qualquer trabalho, para qualquer idade, para ambos os sexos.”⁸⁷ Dante Bonin, após páginas comentando atritos entre os caboclos e um grande proprietário de terras (agente colonizador), motivado pela reivindicação de posse reclamada pelos primeiros, afirma satisfeito:

Como Luiz Bertoli ganhou a questão, a coisa mudou. Sua preferência era por famílias de origem européia, principalmente italianos e alemães, que se identificavam com seu próprio pensamento. Ele queria o progresso, queria gente trabalhadora, queria ver crescimento rápido das vilas que formava. E só estes povos respondiam à altura, com muito trabalho, muita organização.⁸⁸

Acompanhando esta ode aos desbravadores, aos pioneiros pretéritos, nas obras de história local, eis que surge um acorde desafinado, um pequeno tom dissonante na mais “alemã das narrativas”. Harry Wiese é o maestro.

Mesmo com todas as dificuldades (menção à colonização), o trabalho

⁸⁶ *Ibid.* p. 146.

⁸⁷ KOCH, Dorvalino; MOMM, João. *Famílias Pioneiras de Salto Grande. op. cit.* p. 13. Nesta obra, escrita em 1985, logo após as enchentes de 1983 e 1984 que assolaram o Vale do Itajaí, é bastante sintomática a maneira como a palavra trabalho e o discurso moral a ela associado são reincidentemente acionados pelo autor.

⁸⁸ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e sua história. op. cit.* p 194.

prosseguiu em ritmo acelerado. Os imigrantes que possuíam condições financeiras contrataram trabalhadores nativos que entendiam melhor do trabalho e tinham maior resistência. *Os trabalhos decorreram num ritmo acelerado, pois a maioria dos imigrantes possuía algum dinheiro e assim tinha condições em contratar nativos que entendiam bem mais dos trabalhos de roças a serem executados.*⁸⁹

No texto acima, escrito na parte da obra destinada a descrever as primeiras atividades e dificuldades enfrentadas pelos colonos pioneiros em Presidente Getúlio, Wiese utiliza-se de uma citação (a parte em itálico) retirada da tradução de um texto escrito em alemão, por Victor Schleiff, em 1928, por ocasião da comemoração dos 25 anos da fundação de Nova Breslau (Presidente Getúlio), e publicado posteriormente na revista Blumenau em Cadernos⁹⁰. Nas páginas seguintes aonde consta esta citação, Wiese não especifica quem são os “trabalhadores nativos” (lendo o artigo de Schleiff constatei que ele também não o faz). Contudo, não há como imaginar que os tais “trabalhadores nativos” sejam imigrantes europeus ou mesmo seus descendentes. Levando-se em consideração que Schleiff escreve sobre o contexto do início do século XX, momento em que as terras do Alto Vale do Itajaí começam a ser colonizadas, é muito provável que a descrição diz respeito aos chamados “brasileiros natos” ou, ainda, luso-brasileiros, considerados por Bonin como os primeiros colonizadores da região.

Partindo do princípio de que realmente se trata de uma descrição feita sobre os brasileiros natos, elevá-los à condição de “gente que entendia melhor do trabalho e tinha maior resistência”, é uma atitude pouco condizente com a imagem que, *grosso modo*, lhes é imputada. Penso que, num primeiro momento, duas são as possíveis explicações para este aparente incoerência: ou o relato de Schleiff (complementado pelas palavras de Harry Wiese) tem como referente um caso absolutamente isolado, ou seja, “nativos” que formavam uma ilha de exceção em meio à apatia e ao desprezo pelo trabalho, ou o que se configura é um indício de falha no discurso homogeneizador imputado tanto aos colonos quanto aos brasileiros natos. Levando-se em consideração que as obras de história local, além de se constituírem como um discurso sobre o passado, carregam também a expectativa de constituição (ou resgate) de uma identidade local, procedimento este associado a opções e escolhas, acredito que a segunda explicação é a que melhor corresponde àquela situação.

Enfim, e reiterando o que vem sendo apresentado nas páginas precedentes, cabe

⁸⁹ WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio. op. cit.* p. 36, 117-118.

⁹⁰ SCHLEIFF, Victor. Comemoração dos 25 anos de fundação de Nova Breslau. (Tradução de Curt Wiese), In: *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n°. 3/4, Março/Abril, 2004, p.09.

refletir sobre as palavras registradas por Nodji Enéas Pellizetti, prefeito municipal de Rio do Sul no período de 1997 a 2000, em sua apresentação da obra “Rio do Sul: uma história”, quando afirma que ela oferece “informações vitais para o conhecimento de nossa identidade, sem a qual não poderemos, jamais, falar em liberdade e autonomia. E, essa identidade de Rio do Sul, é a identidade do Alto Vale do Itajaí e de sua gente.”⁹¹ Ressalvando-se o olhar do prefeito, que projeta em Rio do Sul um modelo de identidade para todo o Alto Vale, há que se levar em consideração que suas preocupações se misturam com idéias que já haviam sido implementadas anteriormente.

Com efeito, selecionando informações, coletando fontes, vestígios; omitindo o impensável e o indesejável, cooptando depoimentos e os enquadrando em uma narrativa; construindo ou disseminando arquétipos e estereótipos sociais, em sua proposta de inteligibilidade para o passado, outros autores também tomaram para si a responsabilidade de apresentar às populações locais sua história, sua identidade. Neste processo, via escrita ou apelo imagético – um amontoado de fotos que indicam ao leitor o que “realmente foi” e o que deve ser lembrado do passado – sobre os escombros, traços latentes e vestígios de identificações possíveis, constroem-se uma imagem de cidade, um modelo de lugar, uma identidade para o povo e um ideal de região. No alto desta construção destaca-se a ação daqueles que, vozes autorizadas, versão contemporânea do *regere fines*, indicam, circunscrevem e delimitam o que representa ou não a Região do Alto Vale do Itajaí.

⁹¹ KLUG, João; DIRKSEN, Valberto (Org). *Rio do Sul. op. cit.* p. 09.

CAPÍTULO II

Histórias Locais e Produtores de História: reflexões sobre um regime de produção do passado

Estamos quase todos convencidos de que a história não é uma ciência como as outras – sem contar aqueles que não a consideram uma ciência. Falar de história não é fácil, mas estas dificuldades de linguagem introduzem-nos ao próprio âmago das ambigüidades da história.

(Jacques Le Goff, *História e Memória*).

A meu ver, é somente reconhecendo e identificando os códigos através dos quais a história foi mediada, e ligando-os aos atos criadores de indivíduos em determinadas circunstâncias históricas, que podemos ter a esperança de evitar uma separação definitiva entre o mundo circunscrito do historiador profissional e a generalizada moda de espetáculo na qual todas as formas de representação popular se arriscam a ser assimiladas.

(Stephen Bann, *As invenções da história*).

Em livro recente, Durval M. de Albuquerque Júnior apresenta um pequeno artigo, publicado originalmente em 1994, cujo título é bastante sugestivo: “Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil.”⁹² O objetivo do artigo é propor uma reflexão sobre a relação entre história e memória, principalmente no que diz respeito aos caminhos de uma escrita da história.

Segundo Albuquerque Júnior, principalmente no campo da chamada *História Oral*, observa-se uma “total falta de discussão quanto aos aspectos teóricos e metodológicos que envolvem trabalhar com memórias no campo historiográfico”. Sem dúvida, em se tratando de um artigo escrito na primeira metade da década de 1990, momento em que a História Oral passou a ter maior dimensão no Brasil – em grande parte devido à realização de inúmeros seminários e cursos que procuraram discutir este tema e também através de intercâmbios com

⁹² ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007.

pesquisadores do exterior –, realmente é possível falar numa relativa debilidade na forma como grande parte dos historiadores apropriava-se dos depoimentos orais. Contudo, quatorze anos depois, após o reconhecimento e institucionalização da História Oral, ocorrida também ao longo dos anos 1990, defender uma “total falta de discussão quanto aos aspectos teóricos e metodológicos associados ao trabalho com memórias” é uma atitude problemática.

Um exemplo claro dos avanços relativos ao trato com a História Oral pode ser encontrado nos trabalhos de historiadores envolvidos com a História do Tempo Presente. A própria legitimidade da História do Tempo Presente, campo que vem se afirmando ao longo dos últimos anos, caminha lado a lado com um refinamento das discussões teóricas e metodológicas que envolvem a História Oral e, num sentido complementar, com o trato das memórias. Neste sentido, os historiadores do tempo presente procuram evitar a reificação das memórias dos entrevistados, fugindo da compreensão dos depoimentos como uma realidade individual ou como a história em si. Ou seja, concebendo a história como uma operação intelectual passível de significações e (re)significações múltiplas, o historiador do tempo presente, não só ele, evidentemente, toma o cuidado de entender os depoimentos orais e as memórias a eles associadas como um ponto de vista sobre o real, ponto de vista este moldado por uma narrativa que lhe confere inteligibilidade. Por este motivo seria possível afirmar que a produção do conhecimento histórico associa-se à violação das memórias. Mas, para além dos condicionamentos impostos a produção do conhecimento histórico de corte acadêmico, existe toda uma gama de narrativas que se dispõe a “resgatar o passado” ou, ainda, “salvaguardar memórias”. Direcionada a este tipo de produção, mesmo nos dias atuais, a crítica feita por Albuquerque Júnior é bastante coerente.

Beatriz Sarlo, em sua obra “Tempo Passado”, afirma que “as operações com a história entraram no mercado simbólico do capitalismo tardio com tanta eficiência como quando foram objeto privilegiado das instituições escolares desde o fim do século XIX”, sendo que, boa parte desta produção é confeccionada fora do âmbito acadêmico. Atentas a um tipo especial de demanda, libertas dos rigores de um método e das diretrizes do saber acadêmico, todos os anos pululam novas obras de caráter histórico, memorialista, genealógico, dispostas a oferecer aquilo que é agradável aos olhos do leitor leigo: unidade sobre as discontinuidades, certezas no lugar de dúvidas, um princípio teleológico organizador e uma relação de causalidade “aplicável a todos e qualquer fragmento do passado, independentemente da

pertinência que demonstre com cada um deles em concreto.”⁹³

Como é possível notar, Sarlo se utiliza do termo “operações com a história”, ou seja, seu olhar se dirige para um amplo espectro de produções. De fato, ao longo das duas últimas décadas, a preocupação com a perda de sentido do passado e com o acelerado processo de esquecimento tem gerado uma preocupação maior com os assuntos relacionados com a memória e com a história. Este processo se tornou bastante evidente nos últimos vinte ou trinta anos, momento em que se observa uma busca desenfreada por *origens*, sejam elas familiares, institucionais ou setoriais. Um exemplo pode ser observado na proliferação do acesso à rede mundial de computadores e na criação de espaços virtuais de sociabilidade tais como o *Orkut*, cujo estabelecimento de contatos, alguns voltados à recuperação de uma história ou genealogia familiar, alcança parentes muito distantes e até então desconhecidos.

No conjunto dessas iniciativas, a confecção de obras de história local direcionadas à narração ou “resgate” da história de um município, de uma cidade ou de uma região apresenta-se como um tipo específico de ação. Produções dessa natureza certamente não são um fenômeno recente. Contudo, nas últimas décadas, para além de um incremento no número de obras produzidas, tem havido um contorno mais nítido numa das principais características desses trabalhos: a confusão entre história e memória e entre o que é ser historiador e o que é ser *history maker*, termo que, segundo Marieta Ferreira, é usado para denominar os “autores que escrevem sobre o passado sem fazer uso das regras estabelecidas pela comunidade acadêmica, ou que recolhem depoimentos orais carregando a crença em que o relato individual expressa em si mesmo a história.”⁹⁴ Tendo por base estas premissas, meu trabalho toma um novo rumo.

No capítulo anterior procurei demonstrar a maneira como obras de história local e os elementos aos quais se outorgou a condição de patrimônio histórico fornecem os subsídios para a criação de um ideal de região. O momento agora é outro. Ao longo deste capítulo, assim como daquele que o seguirá, dirijo o olhar para um conjunto específico de evidências empíricas, empreendendo uma análise voltada apenas para obras de história local relativas a municípios da Região do Alto Vale do Itajaí⁹⁵. Trata-se de um conjunto de dezesseis obras, quinze livros e um pequeno livreto com trinta e oito páginas produzido pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu com o objetivo de traçar o “perfil do município”. Em linhas

⁹³ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. op. cit.* p. 11-14.

⁹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, 2002, vol.1. p. 65.

⁹⁵ Os nomes dos municípios cujas obras de história local me serviram como fontes constam na página 41.

gerais, o ponto de Arquimedes do presente capítulo se constituirá como uma interpretação de elementos envolvidos na confecção desses registros da história local.

Histórias locais no contexto da produção historiográfica catarinense

O trabalho com conceitos, definições e classificações, além de problemático, pode ser muito ingrato. Em momento anterior apresentei algumas idéias de Michel Foucault, cuja inspiração é confessadamente nietzschiana, relativas a natureza arbitrária das classificações. O mesmo entendimento se estende a elaboração de conceitos. Para Nietzsche, conceituar significa igualar o não-igual. Nova arbitrariedade, “a desconsideração do individual e do efetivo nos dá o conceito, assim como nos dá também a forma, enquanto que a natureza não conhece nem formas nem conceitos, portanto também não conhece espécies, mas somente um X, para nós inacessível e indefinível.”⁹⁶ Das palavras de Nietzsche emergem duas constatações. Primeira: o conceito é estático, enquanto que o referente ao qual se vincula pulsa. Atitude problemática, conceituar, definir, resulta no congelamento ou obliteração do dinamismo da realidade. Segunda: entregar-se à atividade de conceituação é abraçar os problemas advindos da tentativa de encobrimento de diferenças que não se pode encobrir, pois, latentes, estas sempre retornam para abalar a coerência construída sobre o seu ocultamento.

Possivelmente interessado em munir seus leitores com alguns conceitos/definições fundamentais para a compreensão do livro intitulado “Vitor Meireles: um mergulho no passado”, o autor, Alexandre Avancine, inicia a introdução respondendo à pergunta “o que é história?”. Eis a resposta:

História é **relatar um fato**, ou muitos fatos ocorridos em algum tempo passado. Por exemplo: a vida de uma pessoa, um passeio, a queda de um avião, a invenção do avião, ou do automóvel, bem como a fundação de um lugar, que crescendo torna-se povoado, vila, cidade. **Os fatos que se sucederam formam a história** daquela cidade. (...) A história se divide em **verdadeira**, concreta, por exemplo: a história de Santa Catarina; e história **inventada**, que chamamos de lendas, fábulas. Por exemplo: a lenda do chapeuzinho vermelho, a raposa e o tucano, a raposa e a onça (*grifo meu*).⁹⁷

Morador antigo do município de Vitor Meireles, professor do ensino fundamental durante trinta e três anos, ao escrever sobre o local em que passou a maior parte da vida, Avancine não abre mão da postura didática. Por este motivo, a exemplo da citação acima, em

⁹⁶ NIETZSCHE, Friedrich W. Sobre a Verdade e a Mentira no Sentido Extra-Moral. In: NIETZSCHE, Friedrich W. *Obras incompletas*. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). p. 48.

⁹⁷ AVANCINI, Alexandre. *Vitor Meireles. op. cit.*, 09.

diversos momentos de sua obra ele apresenta explicações que permitam ao leitor compreender não apenas sua narrativa, mas também “a história” do município sobre o qual escreve. Longe de se configurar como exceção, a maneira como Avancine concebe a história e expressa suas intenções em narrá-la facilmente encontra ressonância. Logo nas primeiras páginas do livro “Rio do Oeste: a história oficial e outras histórias”⁹⁸, apontamentos do então prefeito municipal de Rio do Oeste fazem menção a expectativa de legar à população uma obra que *resgate* a sua história e que sirva como uma ferramenta a ser usada na sala de aula pelos educadores. Em situação semelhante, contudo alhures, o prefeito municipal de Vidal Ramos comenta que o livro “Paisagens da Memória: a criação do Município de Vidal Ramos”⁹⁹, é um trabalho destinando-se a todas as faixas etárias, mas sobretudo aos vidalramenses de berço ou de coração, pois resgata feitos da gente local e “revela segredos” do passado que irão ajudar a compreender o presente, possibilitando um auxílio para uma projeção mais clara do futuro.

Três obras, três autores, dois comentadores. Entre a escrita, os escritores e os comentários, há um elo moldado por três concepções afins: a idéia da existência de uma “história verdadeira”, passível de ser resgatada; o entendimento da história como fonte de ensinamentos e, portanto, uma ferramenta pedagógica; a concepção da história como baliza para ações futuras¹⁰⁰. Somando-se a esses elementos os recortes espaciais sobre os quais discorrem – pequenos municípios da Região do Alto Vale do Itajaí – seria possível, num primeiro momento, interpretar estas obras como exemplos de “história tradicional local”, uma proposta de enquadramento resultante dos diálogos e estudos estabelecidos por pesquisadores durante vários anos, que situa estes trabalhos no contexto da produção historiográfica catarinense. Sigamos o caminho que levou a este entendimento.

Em 1970 o historiador Walter F. Piazza publicou um artigo intitulado “Elementos Básicos da História Catarinense”. Em seu texto – um dos cinco presentes numa coletânea cujo objetivo era discorrer sobre “Os Fundamentos da Cultura Catarinense” – como o próprio título indica, Piazza tomou para si à responsabilidade de tecer algumas considerações sobre a história e sobre os escritos históricos relativos a Santa Catarina. Lapidando um pouco os conceitos que compõem o título, o autor afirmou que por “elementos básicos” ele entendia aqueles a partir dos quais o estudioso parte para novas arrancadas. Neste sentido, nas palavras de Piazza, “o elemento básico inicial para o estudioso da História Catarinense deve ser,

⁹⁸ ADAME, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Rio do Oeste. op. cit.* p. 11.

⁹⁹ ADAME, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Paisagens da Memória. op. cit.* p. 09.

¹⁰⁰ Dedicarei uma atenção maior a estas características das obras de história local no próximo capítulo.

efetivamente, um primeiro contato com a bibliografia.”¹⁰¹

Partindo deste pressuposto o autor forneceu aos leitores um quadro geral das obras por ele consideradas marcos da historiografia catarinense, uma produção que, do seu ponto de vista, teria se iniciado com os relatos dos viajantes e cronistas que aportaram em Santa Catarina já no século da “Descoberta” ou nos períodos subsequentes. No artigo, Piazza não se preocupa com uma análise aprofundada sobre os trabalhos historiográficos aos quais se refere: seu objetivo gravita em torno da apresentação de autores e de suas respectivas obras. Desconheço a existência de estudos, produzidos em data anterior a esta em que Piazza escreve, que comentem sobre a produção historiográfica catarinense. Mas mesmo que exista algum trabalho desta natureza, o artigo de Piazza mantém a posição de pioneiro pelo menos em um aspecto: encontra-se nele o primeiro esboço de análise sobre a produção historiográfica catarinense produzido por um historiador de ofício, cujo discurso é proferido de dentro da academia¹⁰².

Na década de 1980, mais precisamente em 1985, Valter Manoel Gomes, aluno do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, sob orientação de Walter Piazza defendeu sua dissertação de mestrado intitulada “Formas do pensamento histórico catarinense”¹⁰³. Diferentemente do que se encontra no supracitado artigo de Piazza, o trabalho de Gomes, por se tratar de uma dissertação, apresenta uma discussão mais aprofundada sobre os delineamentos da historiografia catarinense. Segundo a historiadora Janice Gonçalves, “Valter Gomes associa os diferentes momentos da historiografia catarinense à ‘evolução lítero-científica de Santa Catarina’, sua proposta de periodização seguindo de perto as fases da literatura catarinense conforme estudiosos como Osvaldo F. Melo e Celestino Sachet.”¹⁰⁴

Celestino Sachet, por exemplo, afirmava que os estudos históricos em Santa Catarina dividiam-se em três etapas: 1º) apresentação do fato histórico como simples acontecimento provocado pelo indivíduo, até fins do século XIX; 2º) preocupação com os aspectos sociológicos e culturais da colonização, até a década de 1960; 3º) presença de estudos setorializados, com o rigor da pesquisa científica na coleta de dados e respectiva

¹⁰¹ PIAZZA, Walter F. Elementos Básicos da História Catarinense. In: SILVA, Jaldyr B. Faustino da *et al.* *Fundamentos da Cultura Catarinense*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p. 23.

¹⁰² Egresso do curso de História da Faculdade Catarinense de Filosofia (que mais tarde foi transformada em Universidade Federal), Walter Piazza ingressou no quadro de professores desta instituição. Na década de 1970, momento em que escreve o artigo em questão, ele é um dos professores efetivos do curso de História da UFSC.

¹⁰³ GOMES, Valter Manoel. *Formas do pensamento histórico catarinense*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis.

¹⁰⁴ GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo. p. 32.

interpretação, nos últimos vinte anos. Uma vez que o texto é de 1985, há que se considerar que ele se refere também aos trabalhos produzidos no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação em História da UFSC, sendo que na última das três etapas Sachet faz menção “a grande presença de autodidatas, distribuídos por todo o Estado”, uma atividade que, segundo o autor, “presta preciosa colaboração no levantamento de fontes primárias.”¹⁰⁵

Voltando a Valter Gomes, ainda que ele tenha tomado por base para sua proposta de periodização da historiografia a periodização da literatura catarinense, seu entendimento difere daquele apresentado pelo escritor Celestino Sachet. Havia, no entendimento de Gomes, cinco fases (ou períodos) para a historiografia catarinense. Não considero pertinente deter-me na apresentação de cada um desses períodos. Meu interesse recai apenas sobre aquele que Gomes considera ser o quinto período, a partir de 1948, momento em que teria nascido a historiografia catarinense e com ela “[...] uma comunidade científica, controladora, inovadora, incentivadora; o historiador passou a cultivar uma severa autocrítica, tanto em relação à seriedade da pesquisa, quanto à utilização de conceitos e a adoção de valores [...]”¹⁰⁶

Lembrando que Gomes defende sua dissertação em 1985 e remetendo o leitor para o recorte temporal de minha pesquisa (1985-2007), gostaria de chamar a atenção para o fato de que as obras de história local que me serviram com evidências empíricas foram produzidas no momento em que a historiografia catarinense já estaria na “maioridade”. De fato, captando genericamente as idéias de Gomes, a partir da década de 1980 houve um aumento significativo da preocupação em relação aos aspectos teórico-conceituais, metodológicos e narrativos do fazer historiográfico. Esta maior preocupação trouxe consigo também o interesse pela constituição de uma identidade própria para os historiadores, identidade esta que, mesmo não agindo como critério de homogeneização, foi acionada visando à diferenciação entre uma produção pretérita e aquela mais recente. E, na interpretação de Gonçalves, isso fica mais claro em meados dos anos 1990, pois, a partir de então

[...] é possível detectar o esforço em caracterizar um determinado tipo de produção historiográfica, genericamente entendida como “tradicional”, que teria prevalecido até recentemente em Santa Catarina. Em linhas gerais, seria uma produção que adotaria uma perspectiva linear, factual, acrítica, excludente, “positivista”. A produção da “nova geração” de historiadores catarinenses, por sua vez, realizaria quase que uma inversão das características do modelo tradicional – portanto, proporia uma história não-linear, não-factual, problematizadora, crítica, valorizadora dos grupos e sujeitos tradicionalmente excluídos dos discursos sobre a história

¹⁰⁵ SACHET, Celestino. *A literatura catarinense*. Florianópolis: Lunardelli, 1985. p. 306.

¹⁰⁶ GOMES, Valter. *Formas do pensamento histórico catarinense*. *op. cit.* p. 38.

catarinense.¹⁰⁷

Embora sua análise tenha aproveitado várias outras fontes, a autora parte principalmente da leitura das idéias contidas em dois artigos e em uma trilogia. Esta última iniciou-se com a obra “Santa Catarina: estudos contemporâneos”¹⁰⁸, lançada em 1999, a qual se seguiram-se “História de Santa Catarina no século XIX”¹⁰⁹ e “História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX”¹¹⁰. Compostas por coletâneas de artigos, em sua maioria escritos por historiadores apresentados como pertencentes “a nova geração”, estas três obras, dentre outras características, assemelham-se devido ao fato de comporem-se como exemplos da chamada “história-problema”. Os três volumes totalizam vinte e sete autores. Dois desses “novos”, historiadores de ofício, antes de marcarem presença nesta trilogia escreveram os artigos usados por Gonçalves em sua pesquisa: Cristina Scheibe Wolff e Norberto Dallabrida. Ambos constroem outras propostas de classificação e periodização da historiografia catarinense. Em um dos casos encontrei informações que vão ao encontro das questões que me são caras.

Escritos em meados da década de 1990, num período em que boa parte dos “novos” historiadores estava acessando ou já havia acessado o quadro de professores efetivos dos cursos de história das universidades públicas do estado, os artigos de Cristina Scheibe Wolff¹¹¹ e de Norberto Dallabrida¹¹², respectivamente, apresentam alguns indicativos sobre a forma como esses autores concebem o itinerário da produção historiográfica no Estado de Santa Catarina. A leitura desses textos, principalmente o de Wolff, deixa claro que a intenção dos autores não é estabelecer qualquer tipo de conceituação estanque, mas incitar uma provocação que fomente um maior debate sobre o tema¹¹³.

¹⁰⁷ GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor. op. cit.* p. 24. Na primeira das três partes em que dividiu sua tese de doutorado, Gonçalves focaliza a historiografia sobre Santa Catarina, problematizando as tensões entre “a nova geração” (muito identificada com o meio universitário), e os representantes da “história tradicional” (em geral associados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina), abordando as condições e locais de produção de trabalhos históricos, bem como as formas de disseminação.

¹⁰⁸ BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

¹⁰⁹ BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 2001.

¹¹⁰ BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Florianópolis: UFSC, 2004.

¹¹¹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate*. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 5-15, 1994.

¹¹² DALLABRIDA, Norberto. *A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto*. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 4, p. 9-19, 1996.

¹¹³ Na parte inicial de seu texto, Wolff comenta que os motivos que suscitaram a elaboração do artigo foram as situações com as quais se envolveu como professora da UFSC, assim como nos cursos para professores da rede estadual de ensino, que a teriam colocado frente ao quase absoluto desconhecimento, por parte desse público, da existência de várias produções historiográficas, de diversas tendências teórico-metodológicas, sobre Santa

Segundo Wolff, a produção historiográfica recente (desenvolvida a partir de 1940) pode ser subdividida em três grupos principais, divisão esta pautada na delimitação do objeto de estudo de cada historiador. O primeiro grupo seria formado por obras que se pretendem estaduais e que geralmente priorizam a exposição de eventos políticos de âmbito estadual. O segundo grupo engloba trabalhos que enfocam os âmbitos municipais, locais. O terceiro grupo, por sua vez, denominado de “história temática”, foge de qualquer expectativa de enclausuramento em conceitos estanques, sendo possível afirmar apenas que o termo oferece a possibilidade de inserção da noção de perspectivismo no trabalho historiográfico. É a partir de problemas de pesquisa que o historiador compõe sua escritura.

As obras que se pautam na chamada “abordagem estadual tradicional”¹¹⁴ guardam entre si semelhanças expressas pela preocupação com personagens ilustres, políticos, empresários, religiosos e com biografias e cronologias referentes a estes personagens. Detecta-se nelas a chamada “história vista de cima” e uma defesa da objetividade legitimada pela utilização de fontes oficiais. Traçando um paralelo com o segundo artigo, de acordo com Dallabrida os grandes representantes dessa forma de se escrever a história teriam sido Lucas Alexandre Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza. Dallabrida afirma também que apesar das diferenças relativas às especificidades próprias do tempo em que viveram, assim como de formação intelectual, a obra desses três autores pertence ao mesmo momento historiográfico da chamada História Tradicional. Marcadas pela narração dos acontecimentos, dos “fatos”, é comum nestas obras a omissão das fontes utilizadas para a sua confecção, mas o que chama a atenção é a frequência com que esses trabalhos são utilizados como referência na produção historiográfica de âmbito local¹¹⁵.

De maneira geral, os estudos sobre a historiografia constroem-se numa perspectiva dialógica. O pesquisador, ao tratar sobre determinado tipo de produção historiográfica, estabelece um diálogo virtual com estudiosos que lhe precederam. Este diálogo pode se

Catarina. Por este motivo, seu objetivo nada mais era do que apresentar uma “espécie de *classificação* provisória da historiografia catarinense recente”. A autora conclui afirmando que a classificação foi elaborada também como um *instrumento didático*. Ver WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia Catarinense. op cit.* p. 06.

¹¹⁴ Wolff afirma que “foi bastante difícil encontrar um termo para descrever esta tendência historiográfica tão significativa em nosso Estado”. Por este motivo, a autora diz que adotou este termo tomando por referência as contribuições de Peter Burke na abertura do livro “A Escrita da História”. Ver WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia Catarinense. op cit.* p. 08. Para maiores informações sobre a forma como Peter Burke concebe o termo “história tradicional” ver BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.

¹¹⁵ A grande maioria das obras que compõe o escopo da análise empreendida nesta dissertação, desde os livros que contam a história dos municípios até obras de caráter genealógico, inclui os trabalhos de Cabral e Piazza nas referências bibliográficas. Contudo, como procurei demonstrar mais a frente, no corpo das obras dificilmente aparece indicado o que de fato foi captado dos escritos desses autores.

processar tanto com aqueles que construíram um discurso sobre a história (uma produção historiográfica), quanto com aqueles que efetuaram estudos sobre este discurso (neste caso, na perspectiva dos estudos sobre a historiografia). Venho apresentando um exemplo deste argumento ao longo das últimas páginas. Senão vejamos.

Do ponto de vista dos estudos acadêmicos, Walter Piazza foi o primeiro pesquisador a propor uma análise sobre a produção historiográfica catarinense. Sua proposta foi um dos motes pelos quais Valter Gomes conduziu suas próprias considerações. Entre estes dois pesquisadores e a sugestão seguinte, suscitada por Cristina Wolff em 1994, há um hiato, pois Wolff não faz menção nem ao trabalho de Gomes, nem à proposta de Piazza. Dois anos depois Norberto Dallabrida efetua suas próprias considerações, utilizando parte das indicações de sua antecessora. Na seqüência dessas produções surge aquele que pode ser considerado, ao menos provisoriamente, o mais completo trabalho relativo à historiografia sobre Santa Catarina: a tese de doutorado de Janice Gonçalves (2006). Esta historiadora estabelece um diálogo com todos os estudos, comentários e expectativas de classificação comuns aos pesquisadores que até então citei. Contudo, possivelmente por não se tratar de uma preocupação da autora, em sua escrita não há uma análise mais aprofundada sobre o tipo de produção historiográfica que, excetuando-se os livros didáticos, arrisco afirmar ser a que mais facilmente pode ser encontrada em residências de leitores leigos: as obras de história local.

Retornando ao artigo de Wolff, no segundo grupo de sua classificação aparecem as obras pautadas numa “abordagem local tradicional”¹¹⁶. Encontrar-se-iam associados sob esse título uma quantidade significativa de trabalhos produzidos a nível municipal, alavancados pelo esforço solitário de historiadores, muitas vezes amadores, que pretendem “resgatar” o passado. Herdeira de muitas características daquelas do primeiro grupo, a exemplo do viés laudatório a personagens ilustres, a abordagem efetuada por este tipo de obra desvincula a história local de um contexto mais amplo, como se esta fosse auto-suficiente e gravitasse em torno de um centro próprio¹¹⁷.

A análise de Wolff é importante na medida em que aborda um tipo de produção historiográfica que normalmente permanece à margem das discussões realizadas no âmbito acadêmico. Contudo, embora seja possível entender as motivações didáticas que resultaram nesta classificação, o plano genérico e a utilização do rótulo “história local tradicional” não

¹¹⁶ WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia Catarinense. op cit.* p. 08.

¹¹⁷ Wolff atribui esta característica às obras de história local baseada em um escrito de Raphael Samuel. Ver SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. (Trad. de Zena Winoma Eisenberg), In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.9, n.19, set.89/fev.90. p. 227.

favorecem uma compreensão mais nítida sobre o que vem a ser estes trabalhos. Uma vez que todas as obras de história local são colocadas no mesmo plano, não se explicita particularidades passíveis de serem detectadas nesses escritos. Embora Wolff cite exemplos para fundamentar suas afirmações¹¹⁸, há que se levar em consideração que autores das mais diversas formações intelectuais, com variados motivos e interesses escrevem obras de história local, fato este que justifica um olhar mais atento sobre o produto do seu trabalho.

Análise historiográfica? História Local?

A certa altura da elaboração desta dissertação – projetada inicialmente para ser apenas uma análise historiográfica sobre obras de história local –, durante o período de pesquisa, leituras e conversas com meus pares, foi-me apresentado um questionamento. Na ocasião perguntaram-me sobre a pertinência de uma “análise historiográfica” sobre obras de história local cujos autores, em sua maioria, não são historiadores de ofício. Aparentemente esta não é uma pergunta coerente, pois tem como pressuposto a idéia de que a historiografia só existe como resultado do trabalho de historiadores de ofício, aqueles pertencentes a um grupo específico: uma comunidade disciplinar com suas regras próprias. Todavia, para além da simples invalidação do seu fundamento, um pouco mais de atenção sobre esta pergunta induz à reflexão sobre o próprio conceito de historiografia e, como um desdobramento possível, sobre uma possível conceituação para “história local”.

A coletânea “A história escrita: teoria e história da historiografia”, por exemplo, reúne o que seu organizador, Jurandir Malerba, afirma não se tratar de mera “coletânea de textos perdidos em revistas espalhadas pelo mundo, mas um produto intelectual, fruto de inquietações e problemas presentes no trabalho dos historiadores.”¹¹⁹ Para tanto, nela encontram-se escritos que procuram empreender uma reflexão teórica acerca do conceito de historiografia e uma reflexão crítica sobre a epistemologia da história, redigidos por autores das mais distintas tradições nacionais e simpatias teóricas.

Em quatro dos dez artigos presentes na obra a preocupação central dos autores gravita em torno do conceito de historiografia e do estatuto teórico do texto historiográfico. Nesses artigos há contribuições para a ampliação e oxigenação do termo historiografia, mas não se chega a um conceito final, síntese de possibilidades múltiplas. Em verdade, não há por parte

¹¹⁸ Em seu artigo, Wolff comenta sobre algumas obras de Licurgo Costa, relativos à região da cidade de Lages, e de Oswaldo Cabral, autor que, mesmo figurando como um dos grandes nomes da chamada “abordagem tradicional estadual”, também escreveu obras sobre história local.

¹¹⁹ MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 07.

dos autores qualquer expectativa de fechar esta questão, mas sim de apresentar idéias que sirvam como balizas para uma reflexão sobre alguns caminhos pelos quais transita a escrita da história. Assim, para o próprio Malerba, em meio a um reino de práticas culturais de narração histórica e de diferentes manifestações do construto mental chamado história,

“historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da *escrita*, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a existência social de um historiógrafo, caracterizado por um certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social (*grifo do autor*).¹²⁰

Ainda segundo Malerba, a historiografia se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica: este sentido remete às elaborações discursivas sobre eventos pretéritos (uma história escrita); aquele ao processo reflexivo sobre os diversos elementos envolvidos na construção dessas elaborações discursivas (no sentido de uma análise sobre a história escrita). Além disso, mais do que uma narrativa sobre os feitos passados, a historiografia é também o produto de práticas culturais necessárias de orientação social: em sua tessitura abrigam-se traços de vivências, experiências e visões de mundo da sociedade na qual ela é produzida e sobre a qual ela pretende discorrer. Levando em consideração a questão que me é cara e tomando por base a proposta de Malerba é possível sustentar uma hipótese: mesmo sendo limitada ao meio da escrita, a historiografia não se limita ao âmbito dos “historiografos profissionais”, ou “historiadores de ofício”. Assim sendo, uma “análise historiográfica” pode tomar por objeto um conjunto de escritos mais amplo do que aquele produzido por profissionais com formação específica na área de história. Antes de tomar esta hipótese como válida, de imediato, vejamos primeiro o que diz Michel de Certeau a esse respeito.

Em seu “A Escrita da História”, publicado originalmente em 1975, Certeau encara a historiografia como uma operação que envolve “a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura).”¹²¹ Tratando a historiografia como uma operação, como uma construção datada e entregue a remodelações, Certeau postula que o texto historiográfico, ou seu referente, a escrita sobre o passado, adquire uma forma associada aos saberes que norteiam o trabalho do historiador, às relações de poder que o induzem a escolher este ou aquele material e a uma carga inextirpável de subjetividade.

¹²⁰ *Ibid.* p. 22.

¹²¹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história. op. cit.* p. 66.

Do meu ponto de vista considero que há, porém, na interpretação que Certeau faz da historiografia, uma forte inclinação em associá-la ao trabalho de profissionais cuja atuação é regida pelas diretrizes de um saber instituído (neste sentido, uma disciplina)¹²². Decorre daí que, pelo menos em tese, a proposta de Certeau seria mais apropriada quando utilizada como uma ferramenta para a análise de obras resultantes do trabalho de historiadores de ofício. Contudo, esta suposta inclinação não impede que eu me aproprie das idéias de Certeau como um suporte para o estudo de obras não adstritas a um saber institucionalizado, a fim de inserir minhas evidências empíricas (as obras de história local) no espectro de discussões de uma “análise historiográfica”. Resta saber em que consiste, ou melhor, como conceber o termo “história local”.

Em uma interpretação possível, história local seria concebida como uma história que tem como objeto um território circunscrito e conformado por semelhanças, sejam elas geográficas, administrativas, de formação histórica ou de experiências socioculturais. Mais ainda, ela é, sobretudo, compreendida como local por emprestar relevo a fenômenos, episódios, relações, práticas e representações peculiares em contraste com fenômenos, episódios, relações, práticas e representações exibidos ou reconhecidos como gerais e, portanto, objetos de uma história mais ampla, nacional ou mundial, ou mesmo por silenciar ou menosprezar as relações entre uns e outros, entre o local e o geral, nacional ou mundial. Claro está que, muitas vezes, isso não é resultado de uma simples escolha quanto à escala, dimensão ou alcance do objeto de pesquisa, mas sim de um jogo de forças travado para definir quem tem a primazia de aparecer e ser reconhecido como geral, ou seja, um centro produtor e regulador de periferias, e quem tem de se contentar em ser peculiar, ou seja, um espaço e tempo em que, para além das reverberações do centro, acontecem manifestações particulares.

Optando por uma concepção mais flexível para o estatuto do texto historiográfico e encarando as obras de história local – interpretadas de acordo com a sugestão anterior – na perspectiva proposta por Certeau, como uma operação que envolve um *lugar social de produção, procedimentos de análise* e uma *escrita*, tentarei apresentar – considerando os dois primeiros elementos da tríade *lugar, análise, escrita* –, possibilidades de respostas para as seguintes questões: quem escreve estas obras? Quais são suas vinculações sociais, políticas, profissionais, institucionais? Quem financia seu trabalho? Qual a relação que mantêm com a

¹²² Ao comentar sobre a proliferação de trabalhos históricos romanescos, ou legendários, Certeau sustenta que estes não produzem transformações no campo da cultura. Por este motivo, Certeau afirma que em história (historiografia) é científica a operação que transforma o meio, que confere ao passado a posição de produto, e não de um dado em si. Ver CERTEAU, Michel de. *A escrita da história. op. cit.* p. 80.

cidade sobre a qual escrevem? Como distinguir, via conceitos exploratórios, os autores entre si? Qual a concepção de história por eles defendida abertamente ou subentendida em suas escritas? Quais são as fontes utilizadas e como trabalham com elas?

Partindo do princípio de que a função exercida pelos autores (sejam eles amadores ou “de ofício”) na ordem política e social reverbera no discurso que eles proferem sobre o passado, o que não significa necessariamente dizer que eles são presas dóceis de um conjunto de determinações que lhes são alheias ou, ainda, que suas escritas sejam um mero reflexo de tais determinações, há que se levar em consideração certo grau de dependência em relação a fatores externos que, por vezes, longe de serem entraves, conferem legitimidade para os seus trabalhos. Um desses fatores, ponto de partida em minha busca por possíveis respostas às indagações anteriores, pode ser apontado de imediato: a instituição/nomeação de um autor como uma voz autorizada para apresentar a um determinado público um discurso sobre o passado (resultado de um processo de pesquisa, seleção e articulação de evidências empíricas moldadas por uma narrativa).

Vozes autorizadas: autores, lugares de fala e uma convocação

Levando-se em consideração apenas imperativos locais e deixando de lado, por hora, um plano cultural mais amplo (discorrerei sobre este plano no próximo capítulo), não há como apontar um único motivo como sendo o responsável pela disseminação de escritos de história local. Poder-se-ia afirmar que a preocupação com o “resgate da história” e/ou com a preservação de depoimentos de pessoas idosas – sustentáculos de uma identidade local (ou de uma genealogia familiar) – age como um catalisador para iniciativas dessa natureza. Por outro lado, é necessário levar em consideração ações pontuais que induzem, dão suporte ou orientam alguém a escrever sobre o passado local. Conforme comentei no primeiro capítulo, existem vinte e oito municípios na Região do Alto Vale do Itajaí, mas nem todos possuem obras de história local. Entre aqueles que possuem, e cujas obras me serviram como fontes, encontrei três caminhos que conduzem à escrita da história local: a contratação efetuada por parte do poder público; a iniciativa privada de algum antigo morador local; e, por fim, os trabalhos de caráter genealógico. Apresentarei cada um deles de maneira mais detalhada.

Iniciando a obra intitulada “História de Salete: terra do Ribeirão Grande”, Dante Bonin diz que

O prefeito Janir Brandt, homem de visão, pediu-me para escrever um livro sobre a história de Salete. Uma obra que perpetuasse o heróico esforço dos pioneiros, que desbravaram as matas e assentaram as bases de um novo

município catarinense.

No entender de Janir, a realização deste livro era uma tarefa urgentíssima, na medida em que, muitos pioneiros, que viveram os fatos desta terra, ainda podiam prestar depoimentos valiosos.¹²³

Em seu registro, Bonin apresenta tanto as motivações mais gerais (preservação de depoimentos e busca pelas “bases históricas da realidade local”), quanto àquele que pode ser considerado o principal impulso para a realização das obras de história local alvo de minha análise: a ação do poder público municipal. Ocorre que, dentre as dezesseis obras, nove estão diretamente relacionadas com a atuação/solicitação de algum prefeito. Neste processo chama a atenção o fato de que a relação entre o autor da obra e poder público não é feita de maneira impessoal, ou seja, as honrarias e os agradecimentos propostos pelo autor em sua maioria são dirigidos à pessoa do prefeito. O primeiro exemplo, supracitado, refere-se ao município de Salete. Acrescentam-se a ele as obras relativas aos municípios de Rio do Campo, Presidente Nereu, Vidal Ramos, Imbuia, Rio do Oeste, Agrolândia, Dona Emma e Rio do Sul. Excetuando-se esta última, cujos autores se referem genericamente à administração municipal, nos demais casos a menção é específica.

Tais informações, por si só, são pouco relevantes, pois há que se considerar a importância da atuação do poder público, personalizado ou não, na mobilização de recursos materiais e humanos para a concretização de trabalhos dessa natureza. Refiro-me a parte logística, que envolve o levantamento de evidências empíricas, o subsídio às pesquisas e à escrita, assim como o financiamento das publicações. Contudo não há como deixar de mencionar que neste processo mobilizam-se interesses mais amplos do que o mero desejo de resgate de uma história local. Sustento esta afirmação utilizando-me do livro “Paisagens da Memória: a criação do município de Vidal Ramos”. Heinz Stoltenberg, principal idealizador da obra e prefeito reeleito de Vidal Ramos à época de sua confecção, afirma que já no seu primeiro mandato aspirava a elaboração de um livro que contasse e preservasse a história do município para a sua população. Diz o então chefe do executivo que

Sem que esperássemos durante as gostosas e tradicionais audiências públicas aos cidadãos vidalramenses, numa manhã de 2003, um casal de jornalistas e escritores de Brusque colocou diante de meus olhos a proposta mais aguardada: o compromisso de pesquisar, redigir, organizar e editar o primeiro livro contando a história de nossa cidade (...).

A proposta de Luiz Saulo Adami e Tina Rosa nos falou sobre a missão de

¹²³BONIN, Dante. *História de Salete: terra do Ribeirão Grande*. Taió:ed. Jornal Gazeta do Alto Vale, 1992. p. 07.

escrever um livro **sem vínculos com grupos sociais, ideológicos, religiosos ou políticos**, um livro que contasse a história o mais completa possível de Vidal Ramos, em todas as suas áreas (...).

A sua abrangência [do livro] – **um conjunto de fatos e fotos históricas relevantes para nossa comunidade** – impõe certa postura didática à obra, e vai interessar a todos os segmentos de nossa sociedade, por sua importância e maneira séria com que os autores trabalharam.

A sua publicação, **um presente da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos (Administração 2001-2004) para sua comunidade**, também é resultado de uma soma de esforços e colaborações da comunidade, que compreendeu a importância de ter sua história contada nestas páginas (*grifos meus*).¹²⁴

A obra do acaso que resultou no estabelecimento do profícuo contato entre o prefeito e os escritores merece um olhar mais atento. Inicialmente, um ponto passível de análise diz respeito à expectativa de construção de uma obra que visa à neutralidade, que seja imune ao contágio de vinculações subjetivas. Ocorre que, no próprio texto do prefeito, surgem alguns indícios de que essa tarefa era mais complexa. Aparentemente, fica difícil negar os interesses políticos intrínsecos à vinculação entre o “presente da Prefeitura” e o fato de ele ser o prefeito em exercício. Mais ainda, a escolha do “conjunto de fatos e fotos históricas relevantes para [a] comunidade” associa-se a um “conceder-se a si próprio” o direito de falar em nome da coletividade, o que certamente demanda um grau de subjetividade do qual não há como fugir. Por outro lado, para além da análise de conteúdo da apresentação escrita por ele, a constatação de que na obra existe um capítulo dedicado aos grandes feitos de sua família – “Os Stoltenberg e o Comércio” – sugere algo mais do que um simples resgate do passado.¹²⁵

O caso do município de Vidal Ramos é emblemático porque permite propor uma associação entre a escrita da história ou, em outras palavras, uma história escrita – aquela contratada pelo prefeito – e a expectativa de escrever o seu nome na história local como o prefeito que apresentou à cidade “a sua história”, salvando-a do esquecimento. Além disso, não se trata apenas de um resgate da história que visa trazer à tona as raízes da identidade local, mas uma proposta de ligação do prefeito e sua família com esta mesma identidade.

A primeira edição do livro “Paisagens da Memória: a criação do município de Vidal Ramos” (2004), com mil exemplares, foi distribuída gratuitamente para a população local – um exemplar por família – em dezembro de 2004, último mês do segundo mandato do

¹²⁴ ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Paisagens da Memória*. *op. cit.* p. 08-09.

¹²⁵ *Ibid.* p. 105-115. Some-se a isso o fato de o prefeito ter distribuído aos funcionários públicos municipais, no encerramento das atividades do ano de 2004, cestas de natal em cujo interior foram colocados esses livros e que, contrariando a convenção, não havia neles autógrafos dos autores, apenas um autógrafo e uma dedicatória escritos pelo próprio prefeito.

prefeito. Devido à expectativa de entregar a obra à população antes do término do seu mandato, a correção da parte textual não conseguiu dirimir todos os equívocos. Dentre os erros ortográficos e equívocos nas informações, um merece especial destaque: na apresentação do prefeito faz-se menção ao seu primeiro mandato, mas o recorte temporal do livro não condiz com sua primeira atuação à frente do poder executivo municipal. Por este motivo, em todos os mil exemplares foram coladas sobre esta parte do texto, manualmente, pequenas tarjetas contendo o recorte temporal adequado.

Entre a obra “Paisagens da Memória: a criação do município de Vidal Ramos” e aquelas relativas aos outros municípios onde a atuação dos prefeitos, direta ou indiretamente, age como o grande impulso para elaboração desses trabalhos, há um denominador comum: a contratação de vozes autorizadas a discorrer sobre o passado local. O que eu quero dizer é que seria um equívoco pensar que qualquer pessoa pode escrever a história local ou ser porta voz das memórias contidas nos relatos orais. Há que se levar em consideração que o estatuto de veracidade dessa história liga-se intrinsecamente à legitimidade concedida a quem toma para si a tarefa de escrevê-la. Dando seqüência ao meu raciocínio tecerei, em primeiro lugar, alguns comentários sobre os autores do livro sobre o município de Vidal Ramos.

Luiz Saulo Adami, nascido em Brusque, na Região do Médio Vale do Itajaí, apresenta-se como jornalista, escritor (com publicações de artigos, contos e poesias na América do Norte e na Europa), dramaturgo e roteirista de documentários de vídeo. No texto em que descreve suas atividades profissionais¹²⁶ afirma ter recebido prêmios em concursos literários nas áreas de poesia, conto e crônica. Foi repórter e editor de jornais, e atualmente é membro de academias literárias do Brasil e de Portugal. Maria Cristina Rosa Adami (Tina Rosa), por sua vez, nasceu em Itajaí, na Região da Foz do Itajaí, e se apresenta como graduada em Pedagogia e Artes Práticas. Fotojornalista, poetisa e escritora com poemas publicados no Brasil e nos Estados Unidos, é também produtora e diretora de teatro, roteirista, produtora e apresentadora de programas de rádio e membro correspondente da Academia Petropolitana de Poesia Raul Leoni, de Petrópolis, Rio de Janeiro.

Mesmo apresentando seus currículos profissionais e itinerários intelectuais de maneira genérica, supõe-se que tais atributos renderam aos autores um capital simbólico significativo. Seja como for, no espaço de aproximadamente um ano (2004), após serem contratados por prefeituras (ou prefeitos) da Região do Alto Vale do Itajaí, Luiz Adami e Tina Rosa

¹²⁶ ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Paisagens da Memória*. op. cit. p. 255. Nesta mesma página consta o texto de apresentação de Tina Rosa.

publicaram quatro livros de história local: além da obra sobre Vidal Ramos, “Alto Rio dos Bugres: as origens do município de Imbuia”¹²⁷, com dois mil exemplares editados; “Rio do Oeste: a história oficial e outras histórias”¹²⁸, com mil exemplares; e “Agrolândia: de Trombudo Alto aos nossos tempos”¹²⁹, com mil exemplares da primeira edição (2004) e mil exemplares da segunda (revista e ampliada – 2005). Embora em Vidal Ramos a existência de interesses políticos seja mais evidente, não é difícil supor a presença de tais interesses na confecção das obras sobre os outros três municípios (Imbuia, Rio do Oeste e Agrolândia).

O livro sobre Vidal Ramos, conforme comentei, foi lançado em dezembro de 2004, término do segundo mandato do prefeito Heinz Stoltenberg. “Rio do Oeste: a história oficial e outras histórias” também foi lançado em dezembro de 2004, término do segundo mandato do prefeito Valcir Leopoldo Nardelli. Nas duas obras constam, respectivamente, informações específicas sobre a administração desses prefeitos. Poder-se-ia dizer que, em pleno término do mandato, era no mínimo conveniente a esses chefes do executivo marcarem suas administrações com a elaboração desses monumentos à história local, ambos devidamente apresentados com textos dos próprios prefeitos.

Em Imbuia e em Agrolândia o elo data/publicação é também eloqüente. No caso de Agrolândia as duas edições foram publicizadas, respectivamente, no último ano do primeiro mandato do prefeito Paulo César Schlichting da Silva (2004, em julho, portanto, quatro meses antes das eleições municipais) e em maio de 2005, no início de seu segundo mandato, após sua vitória nas eleições de outubro de 2004. Em Imbuia, a publicação deu-se em setembro de 2004, um mês antes das eleições. Antônio Oscar Laurindo não concorreu à reeleição, mas seu vice, Neri Fermino, tornou-se o novo prefeito municipal. Dado o conteúdo extremamente precário de informações presentes nessa obra (inclusive aquelas relativas à administração Laurindo/Fermino) não ousou dizer que sua publicação influenciou no resultado da eleição, mas acredito que a data do seu lançamento não tenha sido escolhida ao acaso.

O segundo exemplo do que se poderia chamar de uma escrita contratada refere-se aos livros sobre os municípios de Rio do Campo e Saleté. A obra sobre Rio do Campo foi redigida por Dante Bonin, residente em Ibirama, historiador amador, formado em 1978 em Comunicação Social pela Universidade Católica do Paraná, com atuação em veículos de comunicação como rádios e jornais dos municípios da Região do Alto Vale, juntamente com

¹²⁷ ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Alto Rio dos Bugre. op. cit.*

¹²⁸ ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Rio do Oeste. op. cit.*

¹²⁹ ADAME, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Agrolândia: de Trombudo Alto aos nossos tempos. 2. ed. Itajaí: S&T Editores, 2005.*

Victor Butzke, secretário da prefeitura de Taió (município do qual Rio do Campo se emancipou) à época de confecção do livro, e em seu prefácio afirma-se que Ernesto Bernardino, prefeito de Rio do Campo na gestão 1989-1992, foi seu grande idealizador:

Entende o prefeito Ernesto Bernardino que “a memória das lutas de um povo é muito preciosa e não deve acabar esquecida”. (...) Reconhecendo esta verdade e tendo consciência da necessidade de deixar escrita esta história para o conhecimento por parte da geração presente e também das futuras gerações, e também por ser amigo de Ernesto, prontifiquei-me, junto com Victor Butzke, a escrever este livro, apesar de estar ciente dos sacrifícios que esta tarefa iria me exigir.¹³⁰

O livro, cuja edição contou com mil exemplares, é quase que integralmente redigido por Dante Bonin. Numa pequena parte, ao final do livro, Victor Butzke escreve alguns dados sobre o que foi nomeado de “História Recente”, um apanhado de atos institucionais, administrativos, aspectos fisiográficos, demográficos e dados estatísticos relativos principalmente ao período do mandato do prefeito Bernardino¹³¹. Ao contrário do que acontece nos livros de Luiz Adami e Tina Rosa, tanto em “Rio do Campo e Sua História”, quanto em “História de Salete”, este último também com mil exemplares, não há no texto um espaço destinado a uma apresentação escrita pelos próprios prefeitos, embora Bonin se encarregue de tecer elogios à iniciativa dos chefes do executivo, por seu louvável interesse em contratar seus serviços para o resgate da história local. Outra diferença entre as obras de Bonin e aquelas escritas por Luiz Adami e Tina Rosa diz respeito ao espaço de tempo em que foram elaboradas: enquanto que as obras destes últimos (quatro livros) foram escritas ao longo de aproximadamente doze meses, Bonin afirma que seus livros demandaram dedicação e pesquisas que se estenderam por vários anos. Contudo, para além dessas diferenças, não há como deixar de notar o fato de que as duas obras de Bonin também foram editadas no último ano de mandato dos prefeitos de Rio do Campo e de Salete, em 1992.

Os exemplos que apresentei até então aludem à instituição de profissionais não vinculados ao ofício de historiador como portadores de um saber passível de conferir legitimidade aos escritos sobre a história local. Numa atitude um tanto diferenciada, os prefeitos dos municípios de Dona Emma e Rio do Sul lançaram seus olhares para o âmbito acadêmico, visando à contratação de historiadores de formação para realizar pesquisas e redigir livros sobre a história de seus municípios. Em “Dona Emma: história do município”, a tarefa foi solicitada a Valberto Dirksen, que em 1996, ano de publicação da obra, era

¹³⁰ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e Sua História*. op. cit. p. 01.

¹³¹ *Ibid.* p. 212-250.

professor do Departamento de História da UFSC. Juntamente com alunos do curso de história desta Universidade, Dirksen montou uma equipe de trabalho para a realização de pesquisas e edição da obra, sendo que a idéia de escrever um livro sobre a história do município de Dona Emma partiu, segundo ele, do prefeito Aloísio Gesser (e de sua esposa), que “proporcionou também as condições necessárias para a concretização da idéia colocando à disposição recursos financeiros, condução para deslocamentos na realização das pesquisas, contatando pessoas para as entrevistas, etc.”¹³²

Contando com mil exemplares publicados, o livro sobre o município de Dona Emma apresenta um novo flagrante da expectativa de vinculação do nome do prefeito – via descrição de suas ações administrativas – à história do município. Neste sentido, Dirksen é bastante claro:

Este livro foi escrito às pressas. É resultado da iniciativa do prefeito municipal Aluísio Gesser que em julho de 1996 se apresentou no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina com a proposta de encomendar uma pesquisa sobre a história do município de Dona Emma. **Num primeiro momento hesitou-se em aceitar tal proposta, pois o trabalho, com início em agosto, teria que estar pronto, sob forma de livro, o mais tardar em dezembro.** Hesitou-se porque o tempo seria exíguo, tendo em vista que um trabalho desta natureza implicaria em deslocamentos para aquele município para entrevistas, levantamento de dados e busca de documentos. No entanto, aceitamos o desafio porque entendemos que a universidade deve dar um retorno à sociedade mediante prestação de serviços (*grifo meu*).¹³³

Concordo com Dirksen. Cabe à universidade, principalmente a pública, dentre as mais variadas atribuições que lhe são afins, fazer com que o conhecimento nela produzido não fique circunscrito ao âmbito acadêmico. Por outro lado, cabe também a universidade, como espaço privilegiado de promoção do senso crítico, estar atenta para as condições de produção do conhecimento e para as redes de interesses que lhe são correlatas. A esse respeito, ao elevar à condição de objeto de estudo os usos e apropriações do passado como uma forma de atender às demandas do presente, a História do Tempo Presente tem muito a oferecer.

Quatro anos depois, em 2000, Dirksen foi convocado a participar de um trabalho semelhante ao produzido sobre o município de Dona Emma. Desta vez quem tomou a frente do projeto foi João Klug, também professor do Departamento de História da UFSC, a quem

¹³² DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma. op. cit.* p. 07. No livro constam dois artigos escritos por alunos de graduação em história: o primeiro, escrito por André Werle, discorre sobre o desenvolvimento econômico do município; o segundo, dedicado à “História Religiosa”, é de autoria de André Voigt. À graduanda Anelore Siewert coube a realização de entrevistas com pessoas ligadas à vida política. A publicação teve mil exemplares.

¹³³ DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma. op. cit.* p. 11. A data definida para a conclusão do livro coincidia com o término do mandato do prefeito.

Dirksen se juntou. Contratados pela prefeitura municipal de Rio do Sul, eles organizaram a obra “Rio do Sul: uma história”, sendo que, também neste caso, formou-se uma equipe de trabalho que contou com a participação de graduandos e de professores¹³⁴. Consta no livro uma pequena apresentação feita pelo então prefeito municipal, Nodji Enéas Pellizzetti, mas ao contrário do que acontece nas obras citadas anteriormente, os autores, via menção indireta, apenas elogiam a “administração municipal” por “colaborar significativamente no sentido de fazer avançar o conhecimento da história regional e da história catarinense.”¹³⁵ Contudo, esta pequena singularidade não é suficiente para ofuscar a expectativa de capitalização, por parte do prefeito Nodji Pellizzetti, dos dividendos políticos associados à publicação de uma obra dessa natureza, não por coincidência apresentada ao público no último ano de seu mandato.

O ano 2000 marcou também a publicação da obra “De Neu-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso”, um trabalho que, como indica o título, discorre sobre a história do município de Presidente Getúlio. No último ano do seu primeiro mandato, visando à execução desta atividade, Jaci José Bortolon, o então prefeito municipal, contratou os serviços de Harry Wiese. Nascido em Presidente Getúlio, professor de língua portuguesa com graduação em letras e mestrado em educação, Wiese se apresenta como pesquisador da história da colonização do Vale do Itajaí¹³⁶ e é autor de três livros sobre o assunto. É de se imaginar que, o fato de ser natural de Presidente Getúlio, possuir formação no ensino superior, ter experiências anteriores com atividades de pesquisa e, aparentemente, ser uma personalidade de destaque na comunidade local, foram razões suficientes para conferir a Wiese a legitimidade necessária para sua contratação.

A novidade presente em “De Neu-Zürich a Presidente Getúlio” fica por conta da constatação de que suas duas edições foram produzidas nos anos do término dos dois mandatos do prefeito Jaci Bortolon: a primeira, em 2000¹³⁷, com mil exemplares, além do dossiê histórico, apresenta informações relativas às ações administrativas do primeiro mandato; a segunda, em 2004, com dois mil exemplares, cuja realização já era prevista no livro editado em 2000, contém um texto revisado e ampliado, assim como informações sobre

¹³⁴ Além de João Klug e Valberto Dirksen, participaram da elaboração da obra os professores Ana Lúcia Vulfé Nötzold, Thais Luzia Colaço e Marcos Vinícios de Almeida Saul, do Departamento de História da UFSC e os(as) alunos(as) Edna Elza Vieira, Jó Klanovicz, Daniel Tomasi, Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhnn e Suzana Cesco. Convidado a participar, André Voigt, ex-aluno da UFSC e na ocasião professor da Universidade Regional de Blumenau – FURB, escreveu um dos artigos presentes no livro.

¹³⁵ KLUG, João; DIRKSEN, Valberto (orgs.). *Rio do Sul. op. cit.* p. 12.

¹³⁶ Informações disponíveis em: www.harrywiese.pro.br. Acesso em 15/11/2008.

¹³⁷ WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso*. Rio do Sul: Editora Jornal Nova Era, 2000.

ações administrativas do segundo mandato. Levando em consideração que em ambas as obras o prefeito insere suas palavras de apresentação, considero pouco provável que os anos escolhidos para edição tenham sido aleatórios.

Encerrando o grupo de obras produzidas por solicitação de prefeitos ou, de maneira indireta, por administrações municipais, surge um pequeno livreto relativo ao município de Presidente Nereu. Encadernado em formato de revista, ao longo das trinta e oito páginas dos quinhentos exemplares de “Perfil de Presidente Nereu” o texto discorre principalmente sobre as ações da administração municipal do prefeito Antônio Francisco Comandoli. O espaço destinado ao inventário da história do município, intitulado “72 anos de história”¹³⁸, restringe-se a cinco páginas, sendo que, a partir destas, o que se oferece ao leitor é um conjunto de informações que dizem respeito aos quatro anos de mandato do prefeito Comandoli. Abrindo mão da contratação de uma “voz autorizada” alheia ao quadro de funcionários públicos municipais, a obra aparece como de responsabilidade do Conselho Municipal de Turismo e é redigida na primeira pessoa do plural. A marca indelével presente em “Perfil de Presidente Nereu”, cujos contornos ficam nítidos em sua última página, onde consta a “mensagem do prefeito e vice-prefeito ao povo Nereuense”, fica por conta da maneira explícita com que o dinheiro público é empregado na auto-promoção dos chefes do executivo municipal.

Respondendo por uma escrita em certa medida também dependente de subsídios financeiros públicos (ou mesmo privados), surgem quatro obras produzidas entre 1996 e 2007. Mas, ao contrário das obras até então analisadas, fica difícil estabelecer uma ligação direta entre interesses políticos e a mobilização de recursos para a realização desses trabalhos. A semelhança entre estas obras e aquelas comentadas anteriormente está na instituição de uma “voz autorizada” a pronunciar um discurso sobre o passado local. Pontuarei melhor a justificativa para tal afirmação.

Tomando por objeto o município de Vitor Meireles, a obra “Vitor Meireles: um mergulho no passado”, com quinhentos exemplares, lançada em 1996, ano do término do mandato do prefeito municipal, mesmo sendo tributária de subsídios da prefeitura municipal, apresenta características que lhes são singulares. Alexandre Avancini, o autor, morador de Vitor Meireles desde os seis anos de idade, após dois anos de instrução no Seminário Nossa Senhora da Salete, no qual ingressou com vinte e dois anos de idade, passou a exercer o magistério na rede municipal de educação durante trinta e três anos. A forte ligação que

¹³⁸ PERFIL DE PRESIDENTE NEREU. Prefeitura Municipal de Presidente Nereu. Conselho Municipal de Turismo. [S.I.: s.n.], 2000. p. 07-11.

estabeleceu com a população durante o período de prática docente conferiu a Avancini o posto de pessoa indicada a redigir um livro sobre a história do município. Segundo o autor, desde a emancipação política de Vitor Meireles, ocorrida em 1989, havia o interesse, por parte de membros da coletividade local, em produzir uma obra sobre a história do município. No entanto, Avancini afirma que o trabalho só se concretizou a partir do momento em que:

O padre Hans, vigário na época [final da década de 1980], e grande amigo meu, sugeriu-me: “Alexandre você trabalhou tanto, e teu nome não é lembrado, você deveria iniciar a fazer a história do município, para que o teu nome fique na memória”. Hesitei, com medo de não conseguir, pois reconhecia muita fraqueza gramatical. Ele tornou a incentivar-me dizendo que já havia gente fazendo entrevista, e que já havia fita gravada. O senhor José Fistarol já tinha um rascunho feito, mas via-se sem condições de continuar o trabalho. O padre incentivou-me a procurá-lo. Resolvi procurá-lo. Ele entregou-me o que tinha e eu iniciei os trabalhos, é claro sem pensar em honras, mas por vocação.¹³⁹

Avancini segue seu relato dizendo que, durante os anos de pesquisa, em diversas situações, por um motivo ou por outro, o trabalho teve que ser interrompido. Mesmo tendo escrito uma boa parte do texto já nos primeiros anos da década de 1990, a obra só foi concluída a partir do momento em que recebeu apoio do poder público para a realização de entrevistas (via cessão de transporte) e de alguns materiais básicos como papel e fotocópias. Todavia, esse auxílio da prefeitura não resultou na elaboração de um discurso enaltecendo da administração municipal. Em verdade, os elogios proferidos pelo autor têm como destinatários o padre que lhe fez a convocação e o senhor José Fistarol, precursor na busca por fontes. Para além do vetor convocação/escrita, considero estas informações importantes porque ampliam as possibilidades de significação conferida às obras de história local e ao trabalho dos seus autores. Num primeiro momento há que se considerar os diferentes planos em que se estabelece o “lugar social de produção” – à maneira como Certeau o concebe – assim como a escrita que lhe é correlata. Além disso, a obra sobre Vitor Meireles chama a atenção para a importância do trabalho de pesquisadores locais, não raro depreciado pelo discurso acadêmico, um tipo específico de produção historiográfica que não pode ser julgada apenas segundo os padrões caros aos historiadores de ofício.

Na mesma linha da obra de Avancini, foi publicado em 2000 o livro “Pouso Redondo: nossa história, nossa gente”, com mil exemplares, resultado das pesquisas realizadas por Evacir Renato Cristofolini, um morador do município de Pouso Redondo. Neste caso, porém,

¹³⁹ AVANCINI, Alexandre. *Vitor Meireles. op. cit.* p. 05. Não quero desmerecer a obra de Avancini, mas a “fraqueza gramatical” é uma tônica em seu texto. Em algumas partes fica difícil entender qual é a informação que o autor quer transmitir.

existem algumas características que diferenciam o trabalho de Cristofolini daquele produzido por Avancini. Em primeiro lugar, ao contrário deste último, Cristofolini é formado em História (1972) pela Faculdade de Filosofia, Ciências de Letras de Sorocaba (atual Universidade de Sorocaba), tendo cursado também uma especialização denominada “Tendências Atuais da Historiografia Brasileira”, realizada pela Universidade do Vale do Itajaí. Em consonância à sua formação, Cristofolini atuou no magistério público estadual durante muitos anos, tendo iniciado suas atividades como docente em 1973.

Por outro lado, muito provavelmente devido ao seu contato com aspectos relativos aos conhecimentos afins ao *metier* do historiador, Cristofolini esboça alguns cuidados que conferem a sua obra de história local um lugar de destaque dentre aquelas que até então comentei. Embora também seja um exemplo de trabalho subsidiado pelo poder público, tendo, inclusive, sido apresentado à população local no último ano do mandato do prefeito que cedeu recursos para sua confecção, a obra de Evacir não abre espaço para a propaganda de ações administrativas pontuais e, pelo que o autor dá a entender em seus agradecimentos, não foi confeccionada sob pressão de imperativos alheios aqueles impostos por ele mesmo.

Por sua vez, “Olhos Azuis: a história de um Rio...”, é um livro que, em tese, teria por objeto o município de Rio do Sul, mas que apresenta um texto que engloba questões muito mais amplas que aquelas associadas apenas à história municipal¹⁴⁰. Seu autor, Victor Lucas, nasceu em 1909. Formado em economia, durante muitos anos exerceu atividades ligadas ao setor bancário e, mais tarde, à administração de empresas. Paralelamente a isso, esteve vinculado a órgãos culturais: foi membro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, primeiro Presidente da Associação Catarinense de Ensino de Línguas, colaborador de jornais com circulação em Rio do Sul e municípios vizinhos, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina desde 1973. A obra “Olhos azuis: a história de um rio...”, inclusive consta no catálogo de publicações do IHGSC, no espaço destinado ao anúncio de livros e publicações de seus colaboradores¹⁴¹.

A palavra contratação certamente não é a mais adequada para descrever o impulso dado à confecção do livro de Victor Lucas. O trabalho não resultou da solicitação de nenhuma administração municipal, nem tampouco recebeu subsídios públicos. O auxílio financeiro,

¹⁴⁰ Segundo informações do editor contidas na contracapa da obra, o livro seria o primeiro volume de “uma saga editorial” prevista para conter aproximadamente mil e duzentas páginas narrando a história da colonização não só de Rio do Sul, mas de todo o Vale do Itajaí. Até o momento do término da minha dissertação não obtive informações relativas à continuidade deste projeto.

¹⁴¹ Disponível em: <http://www.ihgsc.org.br/boletlivros.htm>. Acesso em 26/11/2008.

neste caso, teve origem de capital privado, uma iniciativa que, nas palavras de Jaime João Pasqualini, reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, foi resultado do total apoio que a instituição decidiu dar para a obra cuja edição contou com mil exemplares. Comenta ainda o reitor, no prefácio do livro, que ele "foi escrito ao longo de setenta anos ou mais, pois, alheio aos interesses financeiros ou a busca pela fama, o autor estava interessado em publicar uma obra que suscitasse ao leitor "a profundidade da pesquisa, o acuro, o detalhamento, o acabamento."¹⁴² Decorre deste cuidado, segundo Pasqualini, um aspecto diferencial na obra de Victor Lucas: trata-se de uma historiografia romanesca, onde o resgate do passado é executado com exímia técnica e maestria, numa viagem pelas palavras que suscita a emoção.

Lendo essas palavras fiquei tocado pela incitação efetuada por Pasqualini. Ao longo das primeiras páginas impressionou-me a maneira como Victor Lucas elaborou o seu texto. Contudo, a partir de certo momento, fui levado a crer que residia exatamente nos excessos com o refinamento textual e com o rebuscado das frases poéticas a fragilidade deste registro, pois estes elementos tomam um terreno que poderia ser ocupado por interpretações históricas mais consistentes (o que será comentado mais em detalhe no terceiro capítulo).

O cuidado com a escrita e, mais que isso, com a parte estética (encadernação, composição e diagramação), são elementos que não se pode deixar de notar na obra "Das Clareiras da Barra do Tayó: um registro da oralidade histórica", cuja edição contou com uma tiragem de duas mil e duzentas cópias. Além do número elevado de exemplares e da grandeza de suas dimensões materiais (enorme quando comparado aos seus pares), esta obra chama a atenção devido ao conjunto extremamente amplo de informações distribuídas ao longo de seiscentas e vinte e quatro páginas impressas em material de primeira qualidade. O escopo do trabalho é o município de Taió e sua realização é fruto dos esforços de Fiorelo Zanella, autor cujas credencias possibilitaram-lhe a aquisição de patrocínios (para o livro) oriundos de trinta e três diferentes fontes públicas e privadas (pessoas físicas e jurídicas).

Zanella, natural de Taió, possui graduação em letras e mestrado em lingüística. Dentre outras atividades, foi docente na rede estadual de educação e em duas instituições de ensino superior: a Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI e a Universidade Regional de Blumenau – FURB, vindo a exercer também a função de membro do Conselho Estadual de Educação. Por definição própria, considera-se um mestiço de

¹⁴² LUCAS, Vitor. *Olhos Azuis. op. cit.* p. 06.

escritor e historiador, o que lhe rendeu a nomeação, em 1988, como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Após a realização de alguns outros trabalhos versando principalmente sobre a colonização italiana no Vale do Itajaí Zanella concluiu, em 2007, a pesquisa que teve início em 1991, quando resolveu registrar o primeiro conjunto de informações documentais e depoimentos orais que mais tarde viriam a compor a obra sobre Taió. O trabalho, desenvolvido ao longo de dezesseis anos, que segundo Zanella só pode ser concluído a partir do momento em que foram “juntados, pedaços por pedaços, todas as linhas escritas na ponta do lápis dos colonizadores, das entrevistas de muitos que acompanharam a estrada da História, dos mapas e dos documentos feitos ao longo dos anos”¹⁴³, pode facilmente, acredito que sem dolo ao autor, ser elevado a condição de “obra de uma vida”.

Contratação/convocação efetuada pelo poder público; iniciativa privada de algum morador local associada a patrocínio(s). Embora estas ações formem a linha de frente do processo de confecção das obras de história local que analisei, surge ainda outra possibilidade que também merece atenção. Ao contrário das obras e dos respectivos autores já comentados, trago a tona dois livros cujo trabalho de pesquisa, confecção e edição não recebeu subsídios externos. Trata-se da iniciativa de pesquisadores cuja intenção principal era escrever um caderno de apontamentos genealógicos de recordações familiares. Ambas se referem ao município de Ituporanga.

A primeira obra foi escrita a duas mãos em 1985. Em “Famílias Pioneiras de Salto Grande”, Eloy Dorvalino Koch e João Momm iniciaram seus trabalhos visando escrever um caderno de apontamentos genealógicos e de recordações referentes às famílias Koch e Momm. No entanto, o projeto inicial foi redirecionado porque, nas palavras dos autores, “feito para inteireza, o espírito humano pouco se compraz com o fragmentário. No caso, prefere o texto em seu contexto, situando as duas famílias num conjunto de famílias.”¹⁴⁴ Decorre daí que o texto, antes de adentrar as especificidades relativas às genealogias familiares, discorre sobre os primórdios da colonização em Salto Grande, nome da localidade a partir da qual se desenvolveu o município de Ituporanga.

Eloy Dorvalino Koch, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina desde 1980, padre da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, é também doutor em

¹⁴³ ZANELLA, Fiorelo. *Das clareiras da barra do Tayó*. op. cit.. p. 06.

¹⁴⁴ KOCH, Dorvalino; MOMM, João. *Famílias Pioneiras de Salto Grande*. op. cit. p. 07.

Educação pela USP. Apresentando-se como professor, historiador e escritor, ele desenvolveu durante muitos anos pesquisas sobre a temática indígena na Região do Vale do Itajaí, atividade que lhe rendeu a publicação de “Tragédia Euro-Xokleng e Contexto”¹⁴⁵, livro onde discorre sobre os embates entre colonizadores europeus e grupos indígenas no Vale do Itajaí. Em “Famílias Pioneiras de Salto Grande” Koch é o responsável pela escrita da maior parte do texto, inclusive a composição da árvore genealógica de sua família. Coube a João Momm, advogado e professor, descendente de uma das famílias pioneiras de Salto Grande, construir e inserir no texto a árvore genealógica da família Momm. De acordo com os objetivos descritos pelos próprios autores, apresenta-se no livro um texto voltado à descrição dos grandes feitos das famílias Koch e Momm, havendo apenas um espaço exíguo destinado aos comentários sobre o que se poderia chamar de “mito fundante” do município de Ituporanga ou, mais especificamente, à atuação de pioneiros da primeira hora.

Talvez por isso, e pela inexistência em Ituporanga de uma obra de história local não restrita à descrição de genealogias familiares específicas, foi lançado, vinte anos depois, o livro “Família Sens: uma história para contar”. Escrita por João Nicolau Sens, político local nascido em 1920 no município (exerceu o cargo de prefeito) e descendente de uma das famílias pioneiras, a obra procura identificar a descendência do patriarca da família Sens e inclui também, segundo o autor, “informações sobre alguns ciclos econômicos do município de Ituporanga dando, assim, um painel do contexto em que esteve e está inserida a família Sens.”¹⁴⁶

Tomando por base as informações presentes na obra de Eloy Dorvalino Koch e João Momm, assim como aquelas presentes na obra de João Nicolau Sens, acredito que há nesses registros genealógicos/historiográficos uma luta velada em nome da maior projeção simbólica de cada uma das respectivas famílias. Se esta não era a intenção de Koch e Momm, o mesmo não se pode dizer dos escritos de Sens: a ênfase dada aos grandes feitos, descrição das posses materiais e militância política dos membros de sua família apresenta-se com um elemento absolutamente sintomático. Qualquer dúvida se dissipa quando da leitura do capítulo destinado a discorrer sobre a biografia do autor, momento em que o leitor é conduzido a um itinerário balizado pela sua vida política e pelos seus grandes feitos administrativos.

Tendo sido apresentados os autores e o lugar social a partir do qual efetuam o seu trabalho e emitem um discurso sobre o passado local, a partir deste ponto cabe uma reflexão

¹⁴⁵ KOCH, Dorvalino Eloy. *Tragédias Euro-Xokleng e Contexto*. Brusque/SC: Ed. do Autor, 2002.

¹⁴⁶ SENS, João Nicolau. *Família Sens: Uma história para se contar*. Ituporanga: Ed. do Autor, 2005 (contracapa).

mais atenta sobre uma proposta de distinção entre eles. De outra parte, cabe também uma análise sobre como os autores, condicionados por seus respectivos lugares de fala, agenciam e organizam elementos para a confecção de suas narrativas.

“Produtores de história” e outros conceitos exploratórios

Em momento anterior comentei que a historiografia ou, a elaboração de um estatuto para o texto historiográfico, não é algo simples. Dentre outras questões, uma reflexão sobre o assunto implica na necessidade de se lançar clareza sobre as expressões que revestem os sujeitos envolvidos com a escrita da história. Dada à variedade extremamente ampla desses sujeitos, tal atitude torna-se igualmente complicada. Para o caso específico do meu trabalho, considerando apenas minhas evidências empíricas e as informações nelas contidas, acredito que seja prudente não me ater à expectativa de elaboração de conceitos estanques, mas sim propor alguns “conceitos exploratórios” que, agindo em favor da perspectiva na qual se desenvolve minha análise, sirvam como guias para o pensar. Ao tomar este caminho procurarei demonstrar que meu ponto de partida será, inevitavelmente, meu ponto de chegada.

No momento em que apresentei uma caracterização para “história local” acredito ter criado as condições para o estabelecimento de um elo entre seus autores, pois os objetos sobre os quais empreendem suas análises têm contornos semelhantes. Mas, do ponto de vista conceitual, penso que a única maneira de colocar todos sob o mesmo teto seria considerá-los como “produtores de história”. De fato, independente da formação intelectual, vinculações institucionais, inclinações idiossincráticas, todos os autores de história local são produtores de história. Certamente, a partir dessa categoria ampla surgem especificações representadas, por exemplo, pelos termos “historiador de ofício”, “historiador amador”, “memorialista” ou, ainda, “*history maker*”. Como vimos, Marieta Ferreira interpreta este último como sendo o autor que escreve sobre o passado sem fazer uso das regras estabelecidas pela comunidade acadêmica e que concebe os relatos orais como sendo a própria história. Mantendo a caracterização nestes termos, seria de se supor que o historiador de ofício, o profissional, além de relativizar os relatos orais, efetua seu trabalho sob o rígido controle de imperativos acadêmicos, sejam eles quais forem. Mas quem é ou pode ser considerado um historiador de ofício?

Bom, em primeiro lugar, do ponto de vista legal, não existe em nosso país o reconhecimento da profissão “historiador”, o que implica na não existência de um estatuto formal que defina o que é ser ou não um historiador. Nesta seara, as deliberações existentes dizem respeito apenas à prática docente e não a atividade de pesquisa. Por este motivo, uma

caracterização para o termo deve ser construída sobre outras bases e premissas. Uma delas diz respeito ao fato de que uma “identidade” para o historiador depende tanto da existência de uma autoconsciência, ou seja, de uma intenção deliberada de se produzir um texto de história, quanto do reconhecimento externo de que tal texto seja um trabalho de história. Ambas as situações remetem, direta ou indiretamente, para outro diacrítico: a formação específica na área de história (uma disciplina).

Não quero aprofundar muito esta discussão, pois meu objetivo é apenas desenvolver um conceito exploratório. Mas, levando-se em consideração a existência de muitos trabalhos de história de excelente qualidade produzidos por autores que não possuem formação específica nesta área, assim como a existência de trabalhos de qualidade duvidosa de autoria de “historiadores formados”, creio que imputar a um historiador a condição de “profissional”, “de ofício”, baseando-se apenas no critério “formação acadêmica” seria no mínimo temerário. Uma possível saída para este impasse seria buscar uma caracterização para o historiador de ofício (ou para o seu trabalho) tomando por base alguns elementos e atitudes que surgiram ou tornaram-se explícitos a partir das discussões empreendidas por várias gerações de historiadores que se dedicaram à reflexão sobre o ofício do historiador. Dentre estes elementos e atitudes alguns são particularmente importantes: a reflexão sobre cada etapa e implicação deste ofício; o reconhecimento por parte de seus pares (uma comunidade científica); a elaboração de pressupostos teóricos e metodológicos e de problemas de pesquisa; a articulação de hipóteses; a organização e a crítica de uma massa documental; o cruzamento de informações; a compreensão do caráter parcial e fragmentário de cada um dos discursos que são elaborados sobre o passado. Além disso, mais do que narrar o passado o historiador de ofício procura compreender os mais variados aspectos relacionados com seu objeto de estudo, visando entender e explicar os eventos históricos em suas dimensões sincrônicas e diacrônicas.

É interessante notar que mesmo que a formação acadêmica não seja um critério suficientemente eficaz para definir um historiador profissional, sua ausência, pelo menos na atualidade, em meio à existência de um elevado número de instituições de Ensino Superior nas quais cursos de História são oferecidos, certamente é um elemento usado na caracterização dos historiadores amadores. Certo está que este elemento não é exclusivo nem absoluto (não tenho dúvidas de que há um elevado número de historiadores formados na academia que escrevem como amadores). A ele seria possível ajuntar, para citar apenas indicações presentes em algumas dentre às minhas evidências empíricas, a ausência de

discussão, por parte dos autores, sobre o caráter parcial de suas versões sobre a história local, a ausência de problematização das fontes e o caráter meramente descritivo de suas narrativas.

Embora nutram grande afinidade com os historiadores amadores, podendo, inclusive, serem reconhecidos como tal, os “memorialistas” apresentam características que lhes são próprias. Em primeiro lugar, há em seus trabalhos um nítido vínculo afetivo com o local sobre o qual escrevem. Por este motivo, não é raro ocorrer uma idealização exacerbada dos eventos passados, tanto aqueles por eles presenciados, quanto aqueles sobre os quais tomaram conhecimento através da memória coletiva. Utilizadas, em grande medida, com o intuito de destacar o local ao qual se referem, as memórias (pessoais ou fragmentos da memória coletiva) tendem a salientar as melhores qualidades do local e, conseqüentemente, dos seus moradores, obliterando máculas associadas a certos eventos passados. Vale lembrar que não considero memorialista apenas o autor que escreve sobre o passado local utilizando-se tão somente de relatos de memória: o que os caracterizaria seria a importância que tais relatos teriam no conjunto das evidências empíricas passíveis de uso na representação do passado local.

Tomando por válida a maneira como Marieta Ferreira interpreta os “*history maker*” é possível concluir que tanto os historiadores amadores quanto os memorialistas enquadram-se nesta classificação, pois há em seus escritos uma relação de equivalência entre os relatos orais e a história, assim como um desprendimento em relação aos condicionamentos acadêmicos. Por este motivo, nas condições em que é retratado, o termo “*history makers*” não seria mais do que um neologismo que, do meu ponto de vista, cresceria em relevância caso pudesse ser resignificado à luz de uma questão levantada por Beatriz Sarlo.

As considerações desta intelectual argentina sobre a entrada das operações com a história no mercado de bens simbólicos abrem um espaço à reflexão sobre os tipos de estratégias utilizadas por autores em sua busca por respaldo junto a um público leitor. Não tendo por alvo o restrito círculo acadêmico,

A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende as crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isto não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas impressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite.¹⁴⁷

Claro está que Sarlo nem sequer menciona o termo “*history maker*”. Por outro lado,

¹⁴⁷ SARLO, Beatriz. *Tempo passado. op. cit.* p. 13.

em suas palavras é possível captar as condições para a emergência de uma categoria mais aberta e muito mais ligada à atualidade, algo que, sem maiores problemas, poderia facilmente ser classificado como “*history merchant*”. A preocupação com um público composto em sua maioria por leigos, aos quais seria necessário oferecer mais repostas prontas do que um conjunto de hipóteses, é um dos motes pelos quais se constituiria a narrativa do tipo de história produzida pelos “*history merchants*”. Sarlo comenta também que seria incoerente estabelecer uma hierarquização pautada na qualidade ou veracidade do que é produzido entre uma história de circulação massiva e uma história vinculada aos condicionamentos acadêmicos, pois se tratam de regimes distintos de produção do passado. Isto significa afirmar que em meio à coexistência de diferentes passados, produzidos como uma resposta à demanda de diferentes públicos, elaboram-se estratégias diferenciadas de escrita sobre os eventos pretéritos. Neste sentido, não há como sustentar, por exemplo, uma concepção reducionista que embase a diferenciação entre o historiador de ofício e o *history merchant* no critério “formação acadêmica” – o que permitiria, na maioria dos casos, conferir ao “comerciante de história” à condição de amador, diletante – pois tal atitude desconsideraria que um elemento central na elaboração dos trabalhos dos *history merchants* é aquilo que se poderia chamar de *estratégia de ação*.

Como exemplo, utilizo algumas palavras de João Klug e Valberto Dirksen que constam no texto introdutório de “Rio do Sul: uma história”:

Considerando o público alvo, evitamos propositalmente desdobramentos teóricos e discussões com as correntes historiográficas. Optamos por um texto de natureza mais narrativa, para proporcionar uma leitura mais fácil ao leitor não iniciado nos complexos meandros teóricos da história.¹⁴⁸

Interpretando esse argumento e as intenções para com o público como diacríticos – sem que seja necessário desconsiderar o fato de que Klug e Dirksen são historiadores de ofício –, uma vez que estes autores foram contratados para escrever e em seus textos abrem mão da adoção dos “complexos meandros teóricos [e metodológicos] da história” como balizas, entendo ser pertinente associar o seu trabalho à atuação de *history merchants*. Neste mesmo enquadramento poderia constar Harry Wiese, Luiz Adami e Tina Rosa, embora que nenhum desses três últimos seja historiador de ofício. Isto, decerto, não significa dizer que a

¹⁴⁸ KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. *Rio do Sul. op. cit.* p. 11-12. No mesmo sentido, mas com uma preocupação mais específica (a linguagem), Harry Wiese sustenta um zelo especial com relação aos leitores: “sabendo que haverá entre eles estudantes em todos os níveis, pessoas idosas, agentes ativos ou não da história narrada”, houve a necessidade de adequar a linguagem, não permitindo que ela fosse demasiadamente acadêmica, nem simples em demasia. Ver WIESE, Harry. *De Nue-Zürich a Presidente Getúlio. op. cit.* p. 10.

obra de Klug e Dirksen tenha menor ou maior valor ou, ainda, que ela seja igual às aquelas produzidas pelos outros autores. Diferenças existem. Ao contrário do que se apresenta nos livros de Adami e Rosa, por exemplo, Klug e Dirksen tecem comentários sobre o caráter parcial, fragmentário e incompleto de “suas histórias”, um indício do entendimento que compartilham acerca da natureza do conhecimento histórico. Isto fica evidente na introdução de “Rio do Sul: uma história”, momento em que os autores comentam que a existência de informações contraditórias sobre determinados assuntos, associada à falta de fontes mais fidedignas, impediu o cruzamento de informações. Sendo assim, o texto entregue à população não é “e nem pretende ser *a história* de Rio do Sul. É apenas *uma história*.”¹⁴⁹

Jornalistas, escritores autodidatas, professores, advogado; funcionários públicos; político local; mestres em letras e/ou educação; doutor em educação; especialista em história; doutores em história: eis as ocupações/formações dos autores das obras sobre as quais lanço o meu olhar. Uma análise superficial imputaria ao especialista e aos doutores em história a condição singular de “historiador de ofício”, afinal, não seriam eles os únicos iniciados nos meandros do *metier* historiográfico? Não caberia a eles a elaboração de textos escritos sob a tutela dos condicionamentos acadêmicos associados à disciplina História? Partindo das palavras de Klug e Dirksen procurei demonstrar que esses autores não podem ser interpretados à luz de uma única classificação. Evacir Cristofolini, historiador de ofício, não pode ser considerado um *history merchant*, mas carrega traços de um memorialista. Alexandre Avancini, embora seja um memorialista, não deixa de ser um historiador amador. Dante Bonin é um historiador amador, mas foi pago para escrever duas obras. Fiorelo Zanella, sem formação na área de história, põe em suspeição o amadorismo, pois procura escrever como um historiador profissional. Dorvalino Koch, João Momm e João Nicolau Sens, historiadores amadores, não deixam de ser memorialistas, mas sua preocupação é construir genealogias familiares. As associações poderiam prosseguir, mas penso ter conseguido chegar onde eu queria.

Não há como negar que, ao longo das últimas páginas, inevitavelmente suscitei a lembrança da enciclopédia de Borges, mas esta atitude se explica. Por mais arbitrárias que sejam as classificações, elas são, sem dúvida, indispensáveis à compreensão de vários

¹⁴⁹ KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. *Rio do Sul. op. cit.* p. 11. Dirksen, na obra pretérita “Dona Emma: história do município”, em equívoco conceitual, afirma que o texto trata-se de um “ensaio de micro-história”, ou seja, ao invés de conceber a micro-história como um estudo cujo recorte e o trato com indícios remetem para uma realidade mais ampla, imputa ao termo à condição de “estudo do micro”, de uma realidade a parte: a história local. Ver DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma. op. cit.* p. 12.

fenômenos e processos. No que diz respeito a minha análise sobre obras de história local, há que se considerar a necessidade de instrumentos analíticos condizentes com este objeto e com os questionamentos sobre ele lançados. Estabelecer a diferenciação entre os autores, o objetivo anterior, só foi viável a partir da utilização de critérios apropriados para fazê-lo. Penso ter alcançado êxito nesta atividade. Por outro lado, diante das fronteiras porosas de cada uma das classificações acima elencadas, o que permite que um mesmo autor, em seu trabalho, desempenhe funções distintas, sinto-me inclinado a concluir que, para uma análise restrita aos textos das obras de história local, fugir da polissemia discursiva associada à expectativa de definição dos autores (sem, contudo, desconsiderar suas especificidades) é a atitude mais coerente. Isto se torna possível caso todos os autores sejam mantidos sob o mesmo teto conceitual, ou seja, “produtores de história”. Nenhum deles perderá sua impressão digital: seus escritos os denunciarão.

Acredito que, num plano genérico, um denominador comum entre as obras de história local, criação dos produtores de história, possa ser encontrado na expectativa que os autores têm de escrever sobre os mais variados assuntos, procedimento que, em alguns casos, parte da crença na possibilidade de recuperação de “toda a história”. Isso me remete às discussões suscitadas pelos fundadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre, em seus combates por uma *Nouvelle Histoire*. Naquele contexto histórico, primeira metade do século XX, eles já atentavam para as incongruências relativas à expectativa de resgate de “toda a história”, pondo em questão a oposição entre o caráter narrativo de uma “história automática” e a elaboração não necessariamente narrativa de uma idéia de “história-problema”.

O lapso temporal decorrido entre o momento no qual Bloch e Febvre apresentam suas proposições e este no qual escrevo trouxe consigo a quase institucionalização da noção de história-problema na comunidade científica. O trato com o passado regido pela adoção de problemas de pesquisa induziu o universo acadêmico a uma maior preocupação com a elaboração de pressupostos e conceitos, com a formulação de metodologias adequadas ao tratamento de diferentes objetos, com a explicitação da atuação do próprio pesquisador, elemento ativo que aparece e indica a partir de qual ponto de vista emite sua interpretação. Seria incoerente afirmar que tais procedimentos não significaram avanços, aprimoramentos no trato com a “operação historiográfica”. Contudo, malgrados todos os esforços, não se pode dizer que os pressupostos de uma história-problema tenham se tornado lugar comum aos mais variados tipos de produção histórica. Minhas evidências empíricas reforçam esta hipótese.

A não consideração das escolhas feitas pelo escritor e a crença na possibilidade de

recuperar o passado em sua inteireza permite a boa parte dos produtores de história conceber o fruto do seu trabalho como sendo “a história local”. Por exemplo: Dante Bonin em seu “História de Salete: terra do Ribeirão Grande”, Alexandre Avancine em “Vitor Meireles: um mergulho no passado” ou, ainda, Luiz Adami e Tina Rosa em “Rio do Oeste: a história oficial e outras histórias”, entendem que há uma história a ser resgatada e apresentada à população como sendo “o passado em si”. Os comentários que estes autores efetuam sobre as fontes utilizadas em suas pesquisas não são articulados de maneira a oferecer ao leitor indicações sobre caráter parcial, fragmentário, datado e contextual de sua versão do passado. Pelo contrário, tais comentários são utilizados justamente para ratificar a crença de que em suas obras conseguiu-se “exaurir a matéria”¹⁵⁰.

Ao mencionar a expectativa de resgate do passado, de apresentação de “toda a história local”, não quero aqui trazer à tona os embates relativos à polissemia que se estabelece em torno da natureza do saber histórico. Meu objetivo é mais específico. Há que se considerar que a crença no resgate de “toda a história” pode ser usada como um argumento contra o trabalho de parte dos produtores de história, argumento este passível de ser utilizado também como um dos suportes para uma execução *tout court* de suas obras e uma redução destas à mera literatura. Tento contornar este problema guiado uma vez mais pelas contribuições de Michel de Certeau, que entende a História como uma operação intelectual mediante a qual se propõe uma inteligibilidade para o passado. A maneira do literato, o historiador (eu diria os produtores de história) utiliza-se de um aparato lingüístico para se expressar; mas ao contrário daquele, este não é possuidor de uma liberdade ilimitada (pressuposto da ficção), pois seu trabalho é guiado pela luminosidade que emana de suas fontes. O discurso sobre o passado, compreendido desta forma, não deixa de ser uma invenção do presente, mas esta invenção só se processa na medida em que o passado (ou os vestígios que a ele se referem) permite fazê-lo.

O fato é que mesmo partindo de uma concepção peculiar de história e desenvolvendo um raciocínio dissociado de um problema de pesquisa específico, o que permite uma margem de manobra maior, esses produtores de história também não conseguem fugir das restrições que lhes são impostas por suas fontes (embora estas nem sempre sejam referenciadas). Assim,

¹⁵⁰ Ivânio João Rosa, personalidade de destaque no município de Rio do Campo, convidado por Dante Bonin e Victor Butzke para escrever a apresentação de “Rio do Campo e Sua História: vidas no tempo”, afirma que os autores podem se considerar satisfeitos devido ao fato de terem “exaurido a matéria”, ou seja, terem escrito tudo que há para ser narrado sobre a história local. Ver BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e Sua História. op. cit.* p. 01.

embora os autores, sejam aqueles contratados ou os que escrevem por conta própria, enalteçam partes/fragmentos do passado local que lhes são convenientes, é pouco provável que as informações apresentadas tenham sido literalmente inventadas, ainda que possam ter sido manipuladas sem cuidado ou visando certos interesses. Se o historiador profissional relativiza suas fontes, contrasta informações, cria séries, visualiza o contexto, isto não quer dizer que os produtores de história, a sua maneira, também não o façam. Tomando por base as minhas evidências, apresentarei algumas indicações sobre como isso se processa.

O trabalho com as fontes

No início da década de 1990, a Revista Brasileira de História publicou um artigo de Raphael Samuel, intelectual inglês cujas incursões teóricas, dentre outros assuntos, adentraram o campo da história oral. No artigo em questão, “História Local e História Oral”, após tecer alguns comentários gerais sobre obras de história local, apresentando algumas características deste tipo de produção, Samuel comenta sobre a importância e a validade dos relatos orais para o enriquecimento e a oxigenação dos textos de história local. No que diz respeito às fontes utilizadas pelos autores de histórias locais, Samuel afirma que:

(...) uma vez que um projeto tenha se iniciado, são infinitamente variadas, incluindo tanto achados arqueológicos como restos literários, cultura material, manuscritos e arquivos, dialeto e fala ou a palavra impressa. Mas as fontes nunca são tão ilimitadas a ponto de o pesquisador perder-se nelas e boa parte do seu tempo será gasto para perseguir fatos fugidios, datando uma parede ou um prédio, mapeando o caminho do gado, completando uma árvore genealógica. A coleta, ao menos para o historiador dos tempos modernos, não é tanto a questão de separar o joio do trigo como a de ceifar a espiga solitária.¹⁵¹

Concordo com Samuel quando ele afirma que é grande a quantidade de fontes passíveis de utilização na confecção de histórias locais. Algumas delas, como é o caso dos relatos de “causos” pitorescos ocorridos em algum tempo remoto, talvez possam, de fato, tomar dos autores uma parte preciosa do seu tempo. Mas, lembrando uma vez mais que há um projeto que conduz a elaboração desses trabalhos – expectativa de resgate ou construção de uma identidade local –, é necessário levar em consideração que por mais exóticas que sejam as fontes, por mais pitorescos que sejam os “causos”, sua utilização depende da medida em que eles corroboram o modelo que se deseja esculpir.

As fontes escritas constituem a linha de frente das evidências empíricas apropriadas pelos produtores de história. Documentos coletados em cartórios tais como certidões,

¹⁵¹ RAPHAEL, Samuel. História Local e História Oral. *op. cit.* p. 220.

escrituras; atas de clubes esportivos, associações comunitárias, escolas; livros tombo; jornais, revistas; diários (em “Olhos azuis: a história de um rio...”, por exemplo, o vetor central da narrativa é dado pelas informações contidas em um diário), cartas escritas por antigos moradores (algumas delas apresentadas na íntegra, no idioma no qual foram escritas) e, de maneira mais específica, correspondências enviadas e recebidas por mandatários locais; leis municipais, estaduais ou federais; anotações das mais variadas naturezas, presentes principalmente em arquivos privados, cujas informações tornam-se relevantes para os autores, etc. Cabe aqui lembrar que estas fontes localizam-se, segundo os autores, em arquivos públicos e em numerosos arquivos privados¹⁵². Nesta mesma linha, um suporte de vital importância pode ser encontrado nas apropriações feitas de obras de outros autores. Aqui, dois caminhos se abrem.

Em primeiro lugar, o que é mais freqüente, aparecem obras que remetem a temas mais gerais, como por exemplo, textos de história produzidos por Osvaldo Rodrigues Cabral¹⁵³ e Walter Fernando Piazza¹⁵⁴. Presentes em praticamente todas as bibliotecas públicas do Estado, as obras desses autores são acionadas nos raros momentos em que se pretende inserir a história local num contexto mais amplo. Além disso, é muito comum os autores lançarem mão de textos de terceiros, alguns deles produzidos por seus pares e versando sobre a história de algum município vizinho, assim como a textos cujas temáticas são mais específicas, como, por exemplo, alguns artigos publicados na revista “Blumenau em Cadernos”¹⁵⁵.

Em segundo lugar, uma atitude menos freqüente, mas igualmente importante, diz respeito à utilização de obras locais pretéritas, livros de outros produtores de história, principalmente antigos moradores locais. Este caso é evidente em “Rio do Oeste: a história oficial e outras histórias”, pois seus autores, Luiz Adami e Tina Rosa, utilizaram-se da obra “Crônica à Margem da História de Rio do Oeste”¹⁵⁶, de Alice Bertoli Arns, neta do fundador da cidade, como sua principal referência, sendo que existem partes inteiras do livro de Arns presentes nesta obra mais recente. A mesma situação ocorre em “Agrolândia: de Trombudo

¹⁵² Boa parte dos autores, inclusive, ao comentar sobre as fontes utilizadas, convoca os moradores locais, destinatários por excelência das obras, a fornecerem quaisquer tipos de evidências, de materiais relativos ao passado do município para incorporação em edições futuras.

¹⁵³ CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1970.

¹⁵⁴ PIAZZA, Walter (org.) *Italianos em Santa Catarina. op. cit. e*, principalmente, PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização de Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

¹⁵⁵ “Blumenau em Cadernos”, lançada em 1957 e editada pela Fundação Cultural de Blumenau via Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”, tornou-se ao longo das décadas um veículo privilegiado de difusão do conhecimento histórico produzido em todo o Vale do Itajaí. Por este motivo sua utilização como fonte na elaboração de histórias locais na Região do Alto Vale é muito comum.

¹⁵⁶ ARNS, Alice Bertoli. *Crônica à Margem do Rio do Oeste*. Curitiba: Linarth, 1987.

Alto aos nossos tempos”, onde novamente Adami e Rosa tiveram seu trabalho facilitado devido à incorporação em seu texto das informações contidas em “Agrolândia: nossa terra, nossa gente”¹⁵⁷, fruto do trabalho de Ewald Kress, um farmacêutico que em 1990 publicou o resultado de suas pesquisas sobre a história local.

Os dois livros de Luiz Adami e Tina Rosa servem também como um exemplo para registrar outra característica marcante de boa parte das obras de história local que utilizo. Excetuando-se os livros produzidos por Harry Wiese, Evacir Cristofolini, João Klug, Valberto Dirksen e Fiorelo Zanella, nas obras de Adami e Rosa e em todas as demais há pouca ou nenhuma preocupação em explicitar a origem das informações contidas no texto. Salvo alguns lampejos momentâneos, páginas inteiras são apresentadas aos leitores sem que estes fiquem sabendo de onde são retiradas as informações dadas a ler. É possível imaginar que procedimentos dessa natureza decorram da falta de apego aos condicionamentos acadêmicos ou, como afirma Harry Wiese, da necessidade de considerar o público leitor e fugir de uma história “demasiadamente acadêmica”. Há, decerto, um fundo de coerência neste procedimento. Mas a questão pode ser interpretada de uma outra forma.

Não se trata apenas de escrever ou não para seus pares, nem tampouco de “tornar a obra mais acessível”. O que está em jogo nessas obras de história local é também um estatuto de verdade. Ao abrirem mão da indicação dos suportes utilizados na construção deste estatuto, além de não prestarem tributo a quem é de direito (todo um conjunto de outros pesquisadores), alguns autores de obras de história local dão a entender que prescindem de legitimação externa para sua narrativa. Entretanto, um cuidado maior com a citação da fonte ocorre quando os autores utilizam relatos de memória, sejam eles colhidos de terceiros ou mesmo oriundos de suas próprias lembranças. Juntamente com as fontes escritas, esses relatos formam os alicerces empíricos das obras de história local. Uma análise da maneira como os autores descrevem a apropriações feitas desse tipo de fonte revela algumas questões interessantes.

Evacir Cristofolini comenta que em “Pouso Redondo: nossa terra, nossa gente”, os

(...) relatos estão grandemente fundamentados nas entrevistas efetuadas com um sem-número de pessoas arazoadamente maduras, cuja idade lhes credita confiança. E mesmo inexistindo documentos que confirmem seus relatos, são eles por várias pessoas testemunhados, o que faculta ao historiador prestar inteira confiança e descrevê-los como fatos históricos.

¹⁵⁷ KRESS, Ewald. *Agrolândia: nossa terra, nossa gente*. Agrolândia: Prefeitura Municipal, 1990.

Seguindo esse raciocínio, ele complementa que

Para o historiador, resgatar a história do seu município tendo como pano de fundo a oralidade dos fatos, colhida em infindáveis conversas, entrevistas e gravações, chega a ser extremamente gratificante. Mas é evidente que além deste trabalho, sem o qual não seria possível reconstruirmos nossa história, as fontes documentais escritas é que irão dar credibilidade e cientificidade ao trabalho. Fontes essas que se constituíram no fundamento do resgate da História de Pouso Redondo.¹⁵⁸

Aparentemente, a preocupação com a cientificidade do trabalho ou, ainda, a expectativa de apresentação da verdade dos fatos, faz com que este pesquisador esboce certo prurido em relação à utilização de relatos orais. Esta mesma preocupação aparece de maneira mais clara em “Das Clareiras da Barra do Tayó: um registro da oralidade histórica”, obra em que o autor, logo na primeira página da introdução, aparentemente como uma espécie de contra-argumento dirigido às eventuais críticas, efetua uma das raras incursões teóricas presentes nas obras de história local.

Escrever a história de um pequeno município, como Taió, muitas vezes é um desafio ao pesquisador, porque a maioria dos dados são frutos da memória e das fontes orais, como se ressurgissem das cinzas a exemplo da mitológica Fênix. Mas, de repente, o historiador vai apostando nos dados coletados e, neles, vai obtendo a garantia da credibilidade histórica dos fatos. (...) Nessa conjuntura até que ponto a História Oral tem validade? Carlos Humberto Pederneiras Corrêa comprova que a História Oral vem sendo utilizada desde a antiguidade, reconhecendo que a coleta de vivências de pessoas como fonte histórica passa a ser “*uma história de vida*” e, nesta análise, esclarece que “*a preparação de um acervo de História Oral – paralelo ao acervo dos arquivos tradicionais de toda a ordem – constitui-se um material de excepcional validade para a reconstituição, no futuro, da verdadeira imagem da nossa sociedade*”.¹⁵⁹

Deixando de lado as considerações sobre a questionável possibilidade de reconstituição “da verdadeira imagem da sociedade” é possível notar que, tanto nos comentários de Cristofolini quanto nos de Zanella, a preocupação central gira em torno legitimidade do uso de depoimentos orais. Entretanto, em nenhum dos casos os autores efetuem uma relativização dos relatos orais colhidos ou, ainda, uma problematização das memórias a eles associadas: tais relatos expressariam uma vontade de memória dos entrevistados ou do autor/entrevistador? Embora as explicações sejam diferentes (Zanella inclusive utiliza-se de uma referência externa para sustentar seu ponto de vista), nas duas

¹⁵⁸ CRISTOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo. op. cit.* p. 12-13.

¹⁵⁹ ZANELLA, Fiorelo. *Das Clareiras da Barra do Tayó. op. cit.* p. 17. A parte grifada (grifos do autor) se refere às informações contidas em CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *História Oral (Teoria e Técnica)*. Florianópolis: UFSC, 1978. p. 89.

situações a conclusão é a mesma: os relatos orais equivalem a fatos históricos (ou, dito de outra maneira, remetem a fatos históricos). Acrescenta-se a isto a constatação de que esses autores, assim como todos os demais, esboçam pouca ou nenhuma preocupação em inteirar o leitor sobre a maneira como os relatos orais foram colhidos, sobre o tipo de instrumento empregado e sob quais circunstâncias as entrevistas foram realizadas¹⁶⁰.

Luiz Adami e Tina Rosa, por sua vez, também oferecem algumas informações dignas de comentários. Dentre todas as obras que analisei a que mais se embasa em relatos orais é “Alto Rio dos Bugres: as origens do município de Imbuia”. Dizem os autores que

(...) no caso específico de Imbuia, a dificuldade de acesso aos documentos históricos (destruídos pela ação do tempo, por enchentes ou incêndios) nos levou a investir mais nas fontes orais. Por isso, agendamos entrevistas com alguns de seus moradores mais antigos ou com descendentes de imigrantes que desbravaram suas várias localidades, nas primeiras décadas do século XX.¹⁶¹

O fato é que o texto contido nesta obra sobre o município de Imbuia apresenta-se como um amontoado de depoimentos colhidos pelos autores e conectados aleatoriamente (comentarei mais sobre esta questão no terceiro capítulo). A problematização de tais relatos nem de longe se configura como uma preocupação dos autores, que os acionam livremente à medida que estes se fazem necessário para corporificar seu texto. Tal liberdade não parece ter sido a tônica na confecção de “Agrolândia: de Trombudo Alto aos nossos tempos”.

O contrato estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Agrolândia e os autores previa que a obra seria submetida ao crivo da “Comissão de Acompanhamento e Avaliação”¹⁶², um grupo de indivíduos (voluntários) do município nomeados por decreto municipal. A comissão foi criada para auxiliar o processo de pesquisa e reunião de documentos e fatos considerados relevantes, de forma a promover uma maior participação da população no processo e garantir o resgate o mais fiel e abrangente possível da história local. Coube a ela também indicar as pessoas mais antigas de cada comunidade passíveis de serem entrevistadas pelos autores. Como critérios para a convocação dos membros da comissão foram apontados à afinidade que cada membro nutria em relação a temas específicos ou a participação, por

¹⁶⁰ Os cuidados para com as condições de produção das evidências orais como ponto de partida para a elaboração de um conhecimento histórico comprometido com a seriedade podem ser observados, por exemplo, em THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Por sua vez, suas implicações para uma História do Tempo Presente aparecem em CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Trad. de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

¹⁶¹ ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Alto Rio dos Bugres*. op. cit. p. 10.

¹⁶² ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Agrolândia*. op. cit. p. 11.

exemplo, em diretorias de clubes, associações comunitárias e de serviços, organização de eventos esportivos, bem como o conhecimento da história local e a capacidade de discernimento.

É difícil avaliar o trabalho de um grupo de tutores moldado para desempenhar tal função. Mas uma hipótese pode ser levantada: se, por um lado, o interesse era mesmo ampliar a capacidade da obra de se constituir como um retrato fiel da história local – levando em consideração esta concepção peculiar de história eu não questiono este dado – há que se considerar que a indicação dos indivíduos passíveis de falar em nome da comunidade (os *aedos* locais?) está longe de se configurar como uma atitude isenta de interesses. Segundo os autores, antes de serem encaminhadas para a impressão as duas edições da obra foram submetidas à avaliação final da Comissão de Acompanhamento e Avaliação. Como diria Caetano Veloso: “é que Narciso acha feio o que não é espelho”.

Aos relatos orais e às fontes escritas é necessário acrescentar um outro tipo de fonte absolutamente comum nas obras de história local: os registros fotográficos. Seja como mera ilustração de capa, seja como veículo de propaganda (no caso dos livros contratados, imagens dos prefeitos) ou, ainda, como uma forma de “reportar o leitor ao passado”, em todas as obras de história local, inclusive aquelas de caráter genealógico, as imagens fotográficas são acionadas. Ciente de minhas limitações no que tange à compreensão dos procedimentos analíticos relativos ao estudo deste tipo de registro, tecerei apenas alguns comentários gerais, resultado de minhas impressões como leitor.

Políticos locais (em alguns casos, posando com autoridades de âmbito Estadual); desfiles cívicos; casas, edifícios, igrejas, templos (arquitetura “tradicional” de maneira geral); moinhos, serrarias, oficinas, casas de comércio; belezas naturais, grutas com imagens de santos(as); índios e “bugreiros”; cheias, transbordamento dos rios (comuns em todo o Vale do Itajaí), ruas e casas alagadas; escolas (parte material), alunos, professores; anciãos; registros familiares; “os(as) primeiros(as)”: pontes, estradas, veículos, máquinas em geral. A lista prosseguiria caso meu objetivo fosse apontar cada uma das peculiaridades locais que os autores julgam coerente constar em suas obras. Porém, mais importante do que a descrição da variedade desses registros, acredito ser o conhecimento do tipo de apropriação que esses autores fazem desse material.

Seja em espaço destinado exclusivamente aos registros fotográficos, ou em situações esporádicas ao longo do texto, uma primeira constatação é que os autores não efetuam qualquer espécie de problematização desse tipo de registro. Salvo a existência de legendas (a

maioria delas descrevendo apenas a data e o local de elaboração da foto), não há qualquer informação relativa às condições de produção da imagem. Além disso, há que se considerar que, da maneira como são acionados, esses registros são elevados à condição de realidade em si. O passado, pretensamente íntegro e congelado nessas imagens, torna-se auto referente e independente das (re)significações que dele são feitas no presente. A ausência de preocupação com as condições de produção, dentre outras conseqüências, resulta, portanto, na utilização de uma espécie de “imagens curinga”. Senão vejamos.

Nas primeiras décadas do século passado, momento em que a maior parte das terras pertencentes à Região do Alto Vale estava sendo colonizada, os embates entre colonos e indígenas eram bastante freqüentes. Visando minimizar o problema mandatários da colônia de Blumenau contratavam caçadores ou, como ficaram conhecidos, bugreiros. Dentre eles, figura um cuja lembrança é constantemente acionada quando o assunto é a caça aos índios: Martinho Marcelino de Jesus – o Martinho (ou Martim) Bugreiro. Numa de suas incursões, ele e seus ajudantes retornaram da caçada trazendo consigo um grupo de indígenas composto por duas mulheres e oito crianças. Captada pela lente de algum fotografo, a imagem que registra os doze caçadores, de pé, tendo a sua frente, prostrados ao chão, o grupo de mulheres e as crianças, é um dos raros registros visuais que se tem sobre Martinho. Utilizo o termo “imagem curinga” porque esta foto aparece nos livros sobre os municípios de Vidal Ramos, Imbuia, Agrolândia e Pouso Redondo, sendo que, em nenhum dos casos são oferecidas informações sobre o local e a data em que o registro foi efetuado. Aparentemente, cada um dos autores quis dar a entender que o episódio aconteceu em terras pertencentes ao município sobre o qual escrevem.

Em algumas situações, a exemplo da apresentada em “Agrolândia: de Trombudo Alto aos nossos tempos”, o leitor é convocado a adentrar o “corredor da história”, uma galeria que se estende ao longo de várias páginas e cujo fio condutor é marcado por uma cronologia implícita no ordenamento das imagens – que remetem às transformações ocorridas no município ao longo do tempo. A impressão que se tem, neste caso, é que mais do que remeter o leitor ao passado, a maneira como as imagens fotográficas são acionadas visa corporificar o texto e suprir as deficiências da narrativa utilizada na construção da história local.

Historiadores profissionais, amadores, memorialistas, “genealogistas”, *history makers* ou *history merchants*: produtores de história, agentes da elaboração de histórias locais. Cada uma dessas denominações poderia ser associada ao que Sarlo, crítica literária, interpreta como sendo um regime distinto de produção do passado. Ainda segundo Sarlo, estabelecer uma

hierarquia valorativa baseada na qualidade ou veracidade do que é produzido entre este regime e aquele de corte acadêmico, seria incoerente. Concordo apenas em parte com estas idéias. Se, eventualmente, uma hierarquia valorativa for empreendida a partir de parâmetros díspares, como, por exemplo, a utilização apenas de instrumentos de análise reconhecidamente acadêmicos na exegese das obras desses produtores de história, certamente alguns problemas surgirão. Por outro lado, uma vez que tais instrumentos sejam acionados levando-se em consideração e interagindo com um conjunto de concepções e procedimentos próprios ao *trabalho* desses autores, existem sim condições de se empreender uma valoração de suas obras. Não se trata simplesmente de enaltecer ou depreciar tais trabalhos, mas de disputar com clareza e consciência o jogo da enunciação legítima, da voz autorizada. Tal atitude torna-se possível, dentre outras maneiras, confrontando-se narrativas ou, num sentido mais amplo, *escritas* da história. Esta é uma das questões que pretendo abordar no capítulo que seguirá.

CAPÍTULO III

A Escrita e a Monumentalização do Passado

Uma coisa é o fato acontecido, outra coisa é o escrito. O escrito tem que ser melhorado na escrita de forma melhor para que o povo creia no acontecido.
(Antônio Biá – personagem de José Dumont no filme *Narradores de Javé*)

*Si fingat, peccat in historiam; si non fingat, peccat in poesin*¹⁶³.
(J. H. Alsted, *Scientiarium Omnium Encyclopaedia*)

Com certeza, muitos dados preciosos como também acontecimentos dignos de serem relatados foram perdidos para todo o sempre pela falta de interesse, pelo descaso dos que podiam e deviam ter feito os registros e pela falta de preparo dos mais interessados.
(Evacir Cristofolini, *Pouso Redondo: nossa história, nossa gente*)

Cena inaugural: um rapaz com uma mochila nas costas corre em direção a uma pequena doca. Nela chega ao entardecer. Seu objetivo é pegar o último barco do dia, que o conduzirá não se sabe para onde. Alguns segundos o traem. A saída é esperar, num pequeno bar à beira do rio, o próximo barco, com horário marcado para as cinco horas do dia seguinte (ou as seis, ou quem sabe as sete... diria alguém mais tarde). Uma água de coco é o pedido que ele faz à senhora de idade que, atrás do balcão do bar, indiferente lê um livro. O filho da “balconista” é direto: “ô mãe: uma água de coco pro moço... fecha esse livro mãe!”. A indiferença continua, assim como a insistência do rapaz: “ô mãe, o coco do moço mãe. Fecha esse livro mãe! Depois de ‘véia’ resolveu aprender a ler”. O tom irônico, o desdém para com a postura da mãe, é sutilmente repreendido por um ouvinte e torna-se a razão para uma conversa:

- Às vezes é bom...

¹⁶³ “Aquele que inventa peca contra a história; aquele que não inventa peca contra a poesia”. Citação que Reinhard Kosseleck utiliza para a abertura do capítulo 12, Terror e sonho, da obra “Futuro Passado”. In: KOSSELECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 247.

- *Bom pra que Zaqueu?*
 - *A gente nunca sabe né... Eu mesmo, que não sou das leituras, posso contar o rebuliço que uma escritura foi capaz de fazer: um “causo”, o “causo” mais, mais... vocês não vão querer ouvir...*

A platéia, toda ouvidos, é enfática:

- *Conte logo Zaqueu!*
 - *Então, vão escutando: aconteceu no Vale de Javé...*

Partindo desse diálogo, Eliane Caffé dirige a trama que se desenrola em “Narradores de Javé”¹⁶⁴, filme que apresenta as desventuras dos moradores do Vale do Javé, uma pequena comunidade isolada no interior da Bahia.

Em Javé o tempo parou. O único sinal de mudança surge com a notícia de que as terras do povoado serão inundadas pelas águas de uma represa (a chegada do progresso?). Herdeiros de uma forte tradição oral, os moradores de Javé não possuem escrituras, certificados de posse de suas terras, o que não quer dizer que não saibam exatamente o quinhão que convém a cada um: neste local as extremas e os limites são “cantados” e as “estrofes” desse canto transmitidas de geração para geração. Mas o progresso, a civilização, exigem mais: sem escritura, sem direito à posse, sem direito à indenização.

Um dos moradores, Zaqueu, afirma, porém, que há uma maneira de salvar o povoado: é necessária a existência de algum bem passível de tombamento, algo que seja valioso e exclusivo do lugar. Na ausência de um bem material, há a possibilidade de se investir no patrimônio imaterial, o que para Zaqueu significa a história do lugar, os “grandes feitos passados”. A saída então é escrever “A Grande História de Javé”, um trabalho – de caráter científico – que dê conta da importância e singularidade do local. Como em terra de cego quem tem um olho é rei, esta peça do destino leva a comunidade, formada quase que inteiramente por analfabetos, a recorrer a um desafeto, Antônio Biá, antigo agente dos Correios que fora banido por haver escrito cartas “futriquentas” em nome dos moradores locais com o objetivo de movimentar a agência e salvar seu emprego. Convocado, Biá sai do seu isolamento e aceita a nobre tarefa.

Ninguém gosta de Biá, mas numa coisa todos concordam: o trato com as letras e a sua inventividade (nas cartas “futriquentas” ele mentiu, mas mentiu bem) decorrem de um saber que lhe é exclusivo e que o habilita a escrever “O Livro da Salvação”. Assim sendo, de posse de um livro em branco e com um lápis na mão, Biá sai à caça de depoimentos, de testemunhos

¹⁶⁴ NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Intérpretes: José Dumont; Nelson Dantas; Nelson Xanier; Rui Resende; Matheus Nachtergaele e outros. [S.I.]: Bananeira Filmes, 2003. (106 min).

de pessoas da comunidade. O problema, logo detectado pelo escrivão, é que cada morador descreve a sua maneira a odisséia de chegada dos primeiros moradores, dos pioneiros, e insere seus familiares e a si próprio nesta odisséia. Indalécio, o pioneiro, o homem que em tempos passados teria conduzido os primeiros moradores até o local onde ficam as terras de Javé é retratado de diferentes formas, de acordo com os interesses particulares de cada um dos narradores. Deodora, uma das depoentes, ao ser informada que parte da história que estava narrando já havia sido contada pelo depoente anterior afirma: “*contou, mas deve ter puxado pro lado dele.*”

Aos poucos, a história de Javé vai se mostrando um campo de disputas, tensões e lutas onde o passado e o presente se entrelaçam e fornecem o substrato em que germina cada um dos relatos. Tanto no plano individual (uma busca por maior projeção pessoal ou familiar), quanto no plano coletivo (expectativa de salvar o Vale do Javé), o passado é acionado para vir em socorro do presente. Em entrevista concedida à Revista *Época*, a diretora Eliane Caffé afirma que um dos objetivos do filme era “relativizar o caráter oficial do texto histórico e mostrar o jogo de interesses contidos nas versões oficiais.”¹⁶⁵ Para além deste objetivo, uma das questões mais evidentes apresentadas no filme diz respeito ao embate que se estabelece entre a memória/oralidade e a escrita.

Nos relatos individuais de cada um dos depoentes afloram memórias diversas e conflitantes. Maleáveis, moldados de acordo com as circunstâncias, os relatos precisam ser ajuntados em uma narrativa capaz de apresentar, de maneira científica, a história do Vale de Javé. Neste procedimento a escrita é convocada e sua função é aprisionar os relatos num enquadramento lógico, suprimir deles o inverossímil e construir a coerência. Contradição intransponível, o lápis na mão de Biá torna-se ao mesmo tempo o símbolo do seu poder – “*a história é de vocês*”, diz ele, “*mas a escrita é minha*” – e de sua impotência (passa-se o tempo e o livro é entregue aos moradores sem nada escrito): “*quanto às histórias, é melhor ficarem na boca do povo, porque no papel não tem quem lhe dê razão*”.

Início este capítulo com idéias captadas em “Os Narradores de Javé” não por um mero exercício retórico. Dando seqüência à análise do trabalho de um conjunto de produtores de história ou, mais especificamente, de suas obras de história local, meu objetivo nas linhas que seguirão é problematizar a escrita desses livros e a maneira como os autores conduzem a sua narrativa. Guardados os devidos distanciamentos e diferenças entre realidade e ficção, não há

¹⁶⁵ “Eliane Caffé fala do seu segundo longa, *Narradores de Javé*.”, In: *Revista Época*, Rio de Janeiro, Globo, ed. 296, 19 jan. 2004.

como deixar de traçar um paralelo entre a atuação de Antônio Biá e a dos autores de obras de história local: em grande medida também estes compilam múltiplos depoimentos orais (dentre outras fontes e vestígios do passado) e os inserem em uma narrativa que se pretende coerente. O que não se evidencia em seu trabalho é sob quais bases essa coerência é construída e à custa de quais recusas, omissões e inclusões voluntárias e involuntárias elaboram suas histórias. É evidente que, no caso da atuação dos produtores de história, o que está em questão não é a salvação literal de uma comunidade, de um município ou de uma família, mas há em seus escritos motivações próprias que reverberam na narrativa. Em grande medida, é sobre isto que pretendo discorrer ao longo das páginas que seguem.

Um lugar de memória

Nas primeiras páginas do capítulo anterior teci alguns comentários tangenciais sobre a relação entre história e memória apropriados para aquele momento. Para o contexto deste capítulo é conveniente certa reflexão sobre o assunto.

A relação entre história e memória, questão complexa e com muitos contornos, apresenta-se como um dos motes pelos quais se constitui a História do Tempo Presente. Falar em tempo presente, dentre outras coisas, é falar em memória. Para além das suas mais variadas acepções – história; elemento constitutivo de uma história dentre possíveis; inocência ou o ardil de um relato subjetivo; procedimento metodológico de uma escrita da história; fonte de pesquisa, etc. – seria possível apontar uma constante: em algum lugar, em determinado momento e por algum motivo *se produz um relato de memória*. Com efeito, um lugar de produção, um tempo (presente) e um motivo (consciente ou inconsciente) associam-se quando da constituição da memória, tenha ela a materialidade de um relato ou, ainda, a sutileza de um pensamento ao acaso. Como nos lembra Beatriz Sarlo, “propor-se não lembrar é como propor-se a não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada.”¹⁶⁶

Inquietante e ao mesmo tempo instigante, o debate acerca da relação entre história e memória percorre um amplo itinerário que não se restringe apenas às preocupações de historiadores. O estabelecimento de um diálogo multidisciplinar com outras áreas do saber como, por exemplo, a Psicologia, a Antropologia, a Filosofia, a Teoria Literária e a Sociologia, trouxe consigo a possibilidade de repensar oposições estanques tais como aquela que entende a história e a memória como conhecimentos absolutamente distintos e

¹⁶⁶ SARLO, Beatriz. *Tempo passado. op. cit.* p. 10.

excludentes. Memória e história são domínios distintos – ainda que não hierarquizados – sobre o passado. Mas uma reflexão mais atenta sobre estes domínios permite fugir ao entendimento que caracteriza a memória como um saber parcial, fragmentado, maleável, duvidoso, enquanto que a história seria elevada à condição de conhecimento verdadeiro e objetivo.

Ultrapassar este tipo de compreensão significa entender que a memória não pode ser vista simplesmente como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, mas sim como a construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais. Significa também relativizar à pretensão da história de estabelecer os fatos como realmente aconteceram. Embora esta última questão, referência inevitável a Leopold Von Ranke, tenha esmaecido no âmbito acadêmico, não é difícil encontrar, fora dele, quem a defenda.

Assim como a produção do conhecimento histórico é indissociável das escolhas do historiador e pode pretender, no seu limite, tangenciar a experiência vivida (nunca adentrá-la por completo), a memória é também ela uma construção realizada no presente e pelo presente, uma construção na qual nossos desejos e interesses se insinuam. David Lowenthal, referindo-se ao termo “função da memória”, afirma que esta

(...) não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. Longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las. Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo a nossa volta.¹⁶⁷

Considerando como válida a contribuição de Lowenthal, uma atitude coerente seria não lamentar a inexistência de uma memória real, pura, a-histórica, mas sim interpretar a maneira como a memória-construção produz efeitos de realidade. Além disso, sabendo que o caráter seletivo e performático da memória não é uma característica exclusiva de nossa contemporaneidade, ao invés de analisar os mecanismos pelos quais a memória se processa, seria interessante pensar a respeito das possíveis razões para presenciarmos, ao longo das últimas décadas e na atualidade, um aumento expressivo das preocupações com a memória e com o passado.

Conforme comentei no capítulo anterior, Beatriz Sarlo sustenta que as operações com

¹⁶⁷ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. (Trad. Lúcia Haddad), In: *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov, 1998. p. 103.

a história abriram e se aproveitaram de um filão mercadológico no capitalismo tardio. Esta possibilidade, o apelo mercadológico, é muito importante para ser desconsiderada, principalmente se levarmos em consideração que não há um espaço puro e íntegro fora da cultura de mercadoria. Mas, seria interessante saber por que o passado tornou-se uma mercadoria de valor a ponto de configurar-se como um excelente negócio. Em verdade, a intelectual argentina não resume sua análise sobre este surto de preocupação com a memória, com o passado, somente a aspectos relativos à lógica capitalista. Mas é em Andreas Huyssen que vejo maior consistência para tratar desta questão.

Para Huyssen, a emergência de uma cultura de memória e das políticas a ela associada é um dos fenômenos mais marcantes da contemporaneidade, momento em que ocorre “uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas do século XX.”¹⁶⁸ Esta reorientação temporal, do futuro para o passado, gerou uma nova sensibilidade em relação ao tempo e permitiu, a partir da década de 1980, falar na existência de passados presentes e não mais em futuros presentes, ou seja, diante de uma percepção de futuro cada vez mais nebulosa, sombria e incerta, o passado ganhou projeção e trouxe consigo um verdadeiro *boom* de memórias. Disseminada pelos quatro cantos do globo a cultura de memória passou a ser tão ampla quanto são amplos e variados os seus usos políticos.

Considerando muito fácil o caminho que leva compreensão da proeminência e dos usos do passado como resultado de maquinações da indústria da cultura e da proliferação das novas tecnologias de mídia, Huyssen insiste no fato de que presenciamos uma lenta mas palpável transformação da temporalidade nas nossas vidas, provocada pela complexa interação de mudanças tecnológicas, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global. Em meio a este processo, o apego e a não rara idealização do passado resultam de uma tentativa de lidar com a compressão do espaço-tempo e de garantir alguma continuidade dentro do próprio tempo, ampliando assim a extensão do espaço vivido para que “possamos respirar e nos mover.”¹⁶⁹ Nesta linha de ação as pesquisas sobre memória histórica (e também sobre o que ele chama de “processo de musealização”) operados pelas culturas contemporâneas desempenham um importante papel e alcançam escopo internacional. A esse respeito Huyssen sustenta a hipótese de que

(...) também nesta proeminência de mnemo-história, precisa-se da memória e

¹⁶⁸ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória. op. cit.* p. 09.

¹⁶⁹ *Ibid.* p. 30.

da musealização, juntas, para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço.¹⁷⁰

O argumento que Huyssen trás a tona diz respeito a um sentimento de instabilidade e insegurança e o leva a questionar se é possível, em meio às contrastantes e cada vez mais fragmentadas memórias políticas de grupos sociais e étnicos específicos, a existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural podem ser garantidas. Esta mesma preocupação aparece, guardadas suas especificidades, nas análises de Pierre Nora. Estudando os chamados *lugares de memória*, Nora discorre sobre a relação entre história e memória afirmando que, na contemporaneidade, nosso modo de percepção histórica, “com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade”. Em razão disso, não se pode mais falar de uma memória tal como vivida em sociedades que nos antecederam, voltada para a repetição, para a não diferenciação entre o passado e o presente e inscrita nos atos, nos mais simples gestos cotidianos. Devido ao abandono das formas tradicionais de memória, com o fim das “sociedades-memória” – aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão de valores, Igreja, Escola, Família ou Estado –, faz-se necessária à constituição de lugares de memória, sustentáculos de uma história reconstituída¹⁷¹.

Em suas análises, Huyssen comenta sobre os estudos de Nora, mas afirma que este concebe os lugares de memória como uma espécie de sensibilidade compensatória que reconhece uma perda da identidade nacional e comunitária, mas crê na possibilidade de compensá-la de algum jeito. No entanto, segundo Huyssen, a crença nesta possibilidade de compensação pelas destruições operadas na modernidade é simples e ideológica, pois não reconhece que qualquer senso seguro do passado está sendo desestabilizado pela indústria cultural e pela mídia. Não há dúvidas de que o raciocínio de Huyssen é consistente, mas sinto-

¹⁷⁰ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. *op. cit.* p. 28. Huyssen utiliza o termo musealização conforme concebido pelo filósofo alemão Hermann Lübe, para quem ela não está ligada à instituição de museus no sentido restrito, mas infiltrada em todas as áreas da vida cotidiana e representada, *lato sensu*, pela obsessão pelo passado.

¹⁷¹ NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. (Trad. Yara Aun Houry), In: *Projeto. História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993. p. 8. É importante lembrar que Pierre Nora defende uma oposição entre memória e história. Nas palavras desse autor “longe de serem sinônimos, tomamos consciência de que tudo opõe uma à outra. (...) A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.” (p. 09). Por seu turno, estudos desenvolvidos na perspectiva de uma História do Tempo Presente vêm tentando problematizar a memória através de sua inscrição na história. Desta forma, mais do que um simples objeto da história ou um saber que se opõe a esta, a memória passa a ser interpretada como uma de suas matrizes.

me inclinado a não concordar inteiramente com ele.

Enquanto historiador tenho consciência do caráter irremediavelmente parcial de cada uma das pesquisas que realizo, da escrita que elaboro, assim como da impossibilidade de recuperar o passado em sua inteireza. Sei também que meu discurso não resulta em uma verdade histórica, mas nem por isso deixo de escrever história e de tentar, com o apoio de evidências empíricas e do aparato metodológico-conceitual acionado para interpretá-las, aproximar-me o máximo possível de um aspecto do passado. De maneira semelhante, a constituição de lugares de memória, embora não consiga efetivamente produzir um senso seguro do passado (assim como a própria história não consegue), mantém sua importância devido à expectativa de produzir tal senso.

A maneira como Nora concebe o advento dos Lugares de Memória me faz lembrar um dos escritos de Walter Benjamin. Já na primeira metade do século passado, Benjamin afirmava que uma perda se apresentava à sociedade ocidental: a capacidade de narrar, ou, dito de outra forma, a capacidade de “trocar experiências”¹⁷². Com o conjunto de transformações promovido pelo sistema capitalista, a arte de contar a mesma história, de geração em geração, cedeu lugar às novidades, pois no mundo moderno o declínio da experiência (relacionada com a memória, com a tradição) corresponde a uma intensificação da vivência individual. Além disso, a arte de narrar revelava uma forma de pertencimento, de vínculo social e de experiência que se perdeu na modernidade. Saber contar e saber acolher a narração para, assim, contribuir para a produção de um novo saber que resulta do elo, do entrelaçamento de passado e presente, supõe que narrador e ouvinte possuam um mesmo referencial sócio-cultural que os integre numa coletividade. Estabelecendo uma ponte entre Benjamin e Nora é possível afirmar que é justamente devido à expectativa de criação/manutenção de referenciais que sustentem uma identidade coletiva, um reconhecimento recíproco e um elo de integração comunitária que são criados os lugares de memória.

O sentimento de que a memória não é mais algo espontâneo seria a razão, segundo Nora, pela qual somos impelidos a acumular religiosamente vestígios, testemunhos – “Como a maioria dessa *história*, no caso de Rio do Campo, estava na memória de pioneiros ainda vivos que em pouco tempo estariam impossibilitados de prestar essas informações, concluiu-

¹⁷² BENJAMIN, Valter. O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskov. Trad. M. Carone. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 57.

se que era urgente este trabalho”¹⁷³ – imagens, documentos, discursos, sinais visíveis do que foi, “como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história.”¹⁷⁴ Uma vez que tais ações resultam na instituição dos assim chamados “lugares de memória”, considero pertinente enquadrar minhas evidências empíricas nesta mesma denominação. Respondendo ao apelo exercido pelo temor do desenraizamento, pela angústia do não reconhecer-se a si próprio, pelo receio do abandono de referenciais coletivos, para além da expectativa de resgate dos feitos passados, estas obras oferecem os elementos para o estabelecimento de identificações no presente, apontam ao leitor um porto seguro, elaboram uma consagração da memória, outorgando o que lembrar e como lembrar.

Evidentemente, por se tratar de um lugar de memória de um tipo peculiar, há nessas obras de história local algumas características que merecem uma atenção especial. Num primeiro momento, seria interessante lembrar que a produção desses trabalhos é um indício de que os fenômenos culturais de grande amplitude, as políticas de memória e de patrimônio e as operações com a história não se restringem aos grandes centros, pois encontram respaldo também em locais como pequenos municípios do interior.

Por outro lado, interpretar os livros de história local como um lugar de memória é uma atitude que exige uma reflexão sobre o texto apresentado por estes trabalhos. Isto não significa afirmar que é necessário um estudo nos moldes de uma “análise de discurso” ou, ainda, de uma hermenêutica das entrelinhas, mas sim defender a importância de uma reflexão sobre a forma como a narrativa é construída e sobre os elementos que ela dá a ler. Levando-se em consideração que a existência de um lugar de memória depende de uma *intenção de memória*, acredito ser possível oferecer mais algumas possibilidades de respostas a duas perguntas que permaneceram latentes em meu texto e que não se calam diante das respostas até então apresentadas: por que as obras de história local são escritas? Qual o objetivo dos autores ou dos agentes que os contratam para escrever? Para além da expectativa de capitalização de dividendos políticos e de projeção de interesses privados, o apelo em relação ao passado aponta para fenômenos mais amplos.

O fato é que a intenção de memória apresentada direta ou indiretamente pelos autores, pelos indivíduos que os contratam ou, ainda, por aqueles que têm seus depoimentos ajuntados ao texto, é a expressão do ponto de vista de pessoas mais velhas (não encontrei em nenhuma

¹⁷³ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e Sua História*. *op. cit.* p. 01. Com o termo “história” o autor se refere “A memória das lutas de um povo [que] é muito preciosa e não deve ser esquecida”.

¹⁷⁴ NORA, Pierre. *Entre Memória e História*. *op. cit.* p. 15.

das obras de história local que me serviram como fonte depoimentos nos quais jovens expressem um desejo de memória). A estas pessoas, membros da coletividade ou não (caso de alguns autores), é dado o direito de falar em nome de toda uma coletividade. A proposta de Huyssen relativa ao desenvolvimento de uma nova sensibilidade temporal representada pelo aflorar de passados presentes entra em ressonância especialmente com a visão de mundo desse público, pessoas que, receosas diante do acelerado processo de mudanças do mundo material, das relações sociais, e incapazes, pouco interessadas ou em dificuldade para entender este novo mundo que as cerca, apegam-se a um passado idealizado e moldado de acordo com suas expectativas e necessidades presentes. A insegurança diante do presente e o receio em relação ao futuro conferem ao passado uma posição privilegiada, sendo que, em algumas situações, o acesso a este passado é feito exclusivamente através de memórias das quais as pessoas mais velhas são os porta-vozes privilegiados.

Sendo portadores de um saber que lhes é exclusivo (“você não estava lá, não viu o que eu vi, não viveu o que eu vivi,” diria alguém) os mais velhos se revestem de um poder que reverbera no presente. O saber associado às suas memórias é acionado como um instrumento pedagógico e é justamente por isso que os autores inserem esses depoimentos na narrativa textual para alcançar o desejo de estabilidade e o pretendido efeito pedagógico. O passado ou, a narrativa que o projeta, é usado como um espelho, como uma forma de promover um reconhecimento de si. Uma vez que o presente não oferece esta possibilidade, a saída é mirar o passado. Partindo destas premissas, uma atitude coerente seria empreender uma reflexão sobre a imagem dada a ver neste espelho. Voltarei a abordar esta questão mais a frente.

Monumento: *s.m.* 1. *Obra ou construção que se destina a transmitir à posteridade a memória de fato ou pessoa notável.* 2. *Edifício majestoso.* 3. *Sepulcro suntuoso; mausoléu.* 4. *Qualquer obra notável.* 5. *Memória, recordação, lembrança.* (Do latim *monumentu*). Refletido sobre a definição de monumento presente no Dicionário Aurélio¹⁷⁵ e cruzando esta informação com a noção de lugar de memória é possível inferir, tomando como referência a primeira acepção da palavra – obra para transmitir a memória de algo à posterioridade –, que os lugares de memória, independente da sua natureza, são monumentos. Este raciocínio abre uma nova possibilidade de interpretação para as obras de história local.

Relendo as anotações nas quais registrei minhas impressões sobre essas obras, deparei-me com uma pequena nota relativa ao livro sobre o município de Presidente Getúlio. Na

¹⁷⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999. p. 943.

página do livro que suscitou este registro consta o subtítulo “O Centenário de Presidente Getúlio”. Harry Wiese, o autor, descreve da seguinte maneira este acontecimento:

No dia 1º de junho de 2004, Presidente Getúlio festejou seu primeiro centenário de fundação e colonização. Esta foi uma data por muito tempo esperada e preparada com e para a comunidade getuliense e também para os milhares de visitantes que vieram compartilhar tão significativa efeméride. O dia do centenário foi antes de tudo uma data de reflexão e um olhar para o passado.¹⁷⁶

Wiese dá seqüência ao seu relato afirmando que no mesmo dia da comemoração do centenário foi inaugurado um monumento intitulado “A Cachoeira”, com nove metros de altura, localizado próximo à prefeitura municipal. Considerado o monumento mais significativo de Presidente Getúlio, “A Cachoeira” representa a vocação para o turismo e simboliza o marco do centenário da cidade. Por outro lado, seria de se imaginar que a escolha de um elemento representativo na natureza local como um símbolo para a cidade tem por objetivo propor uma ligação entre o presente e a memória dos tempos pretéritos, situações nas quais os primeiros colonizadores se depararam com a dureza da vida em meio à mata virgem. Lembrando uma vez mais que em 2004 foi publicada a segunda edição de “De New-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso”, e que há nesta obra o mesmo objetivo – resguardar a memória local do esquecimento – não há como deixar de considerá-la (assim como todas as outras obras de história local) um monumento. Esta questão já foi problematizada por Jacques Le Goff e, antes dele, por Michel Foucault.

As obras de história local e, de maneira geral, todos os outros tipos de registros historiográficos, são elaboradas tomando-se por base “uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.)” que lhe serve como referência. Analisando esta operação Foucault defende que “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa.”¹⁷⁷ Em outras palavras, o documento não é nem representa o passado em si: sua confecção é produto de imperativos datados, de uma sociedade que o elaborou segundo as relações de força que ai detinham o seu poder. Essas mesmas relações de força que criam os documentos são expressas através deles e cabe ao pesquisador/historiador saber interpretá-las tendo em mente que os *documentos* são

¹⁷⁶ WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio*. op. cit. p. 175.

¹⁷⁷ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Beata Neves. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. p. 08.

monumentos. Le Goff sintetiza esta associação afirmando que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, e o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.¹⁷⁸

A interação entre a expectativa de produzir um senso de estabilidade, de resguardar a memória do esquecimento e a seleção/articulação dos elementos passíveis de representar o passado, resulta em uma escrita que cria *lugares de memória*, mas também *monumentos* da e para a história local. Como lugar de memória, a obra escrita, “a história local”, apresenta uma forte intenção pedagógica; como monumento, artefato literário, carrega consigo os traços e contornos daquilo que um seletivo grupo de pessoas (autores, depoentes, mandatários) considera importante ser salvo do olvido e legado à posterioridade. Vejamos então como esta escrita é construída.

Reflexões iniciais: a história em blocos e algumas noções de temporalidade

Respondendo por aquilo que entendo ser o conhecimento histórico, acredito que reduzir este saber aos seus aspectos lingüísticos é uma atitude tão problemática quanto considerar a linguagem ou, mais especificamente, a narrativa, como “um container neutro do fato histórico, um modo de discurso ‘naturalmente’ apropriado a representar diretamente os eventos históricos”¹⁷⁹. Assumir um ponto de equilíbrio entre estas duas perspectivas, sem desconsiderar a relevância de cada uma delas individualmente, é o que me permite interpretar aproximações e distanciamentos entre as obras de história local. Parto desta compreensão para, na medida do possível, vincular as aproximações e os distanciamentos a fatores associados, respectivamente, ao conteúdo e a forma dessas obras, estabelecendo como um vetor comum à análise desses trabalhos o pressuposto de uma idealização do passado.

Há de imediato um fator que conduz a uma aproximação: por maiores que possam ser as diferenças entre os produtores de história que analiso, diferenças estas associadas, em grande medida, aos lugares de fala de cada autor, o simples fato de elegerem como objeto de

¹⁷⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão... [et. al.]. 5ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 537-538.

¹⁷⁹ WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*. op. cit. p. 191.

estudo municípios que compartilham características semelhantes (aspectos geográficos, culturais, econômicos, etc.) não permite que os produtos do seu trabalho, as obras de história local, sejam muito diferentes entre si, embora os autores procurem acreditar que elas sejam. A aproximação decorre também, em grande medida, do conjunto e da natureza das fontes utilizadas para descrever este objeto. Esta inclusive é a constatação de Raphael Samuel¹⁸⁰ que, ao se referir ao contexto inglês, detecta uma semelhança muito grande entre as fontes utilizadas num ou noutro local e uma forte tendência à constituição de estudos sobre o governo local (possíveis devido à utilização de fontes oficiais).

Comentei no capítulo anterior que a ausência de um problema de pesquisa específico permite que os autores, em seu afã de apresentar à população local “sua história”, escrevam sobre os mais variados temas. Mas é pouco provável que a semelhança na distribuição dos “blocos temáticos” resulte apenas da incipiência/escassez de reflexões teórico-metodológicas. A impressão que se tem, dada à semelhança no conjunto de informações apresentadas (divergentes apenas no que diz respeito ao enquadramento dos eventos em datas específicas e à existência de personagens singulares), é de que em algum momento pretérito foi escrita uma obra-matriz cujas informações serviram como modelo para estruturar a composição das obras de história local. No caso da região do Alto Vale do Itajaí não tenho conhecimento de uma obra de história local específica que tenha amalhado discípulos, mas não considero forçoso relacionar o trabalho desses produtores de história com, por exemplo, uma possível influência exercida por autores como Oswaldo Cabral e Walter Piazza.

Em “Santa Catarina: história da gente”¹⁸¹, obra produzida em conjunto com Laura Machado Hübener e concebida com o objetivo de se tornar um instrumento pedagógico nas aulas de história relativas ao Ensino Médio, Piazza elabora uma distribuição de blocos temáticos associados à história de Santa Catarina muito semelhante a presente nas obras de história local. Não é demais lembrar que esta e outras obras de Piazza, assim como o clássico “História de Santa Catarina”, de Cabral, são referências comuns para os autores que interpreto. Apesar das especificidades dos objetos de estudo (o plano estadual e o plano municipal), há que se considerar que a maneira como Piazza discorre sobre a história de Santa Catarina, dividindo-a em blocos temáticos e trabalhando cada um desses blocos de maneira individualizada, entra em ressonância com a estruturação das obras de história local. O

¹⁸⁰ SAMUEL, Raphael. *História Local e História Oral*. *op. cit.* p. 222.

¹⁸¹ PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: história da gente*. 5ª ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 2001.

caminho mais fácil para justificar este ponto de vista me conduz aos índices dessas obras.

Levando em consideração o conjunto das informações nela presente acredito que um bom exemplo pode ser encontrado na obra “De New-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso”. Neste livro Harry Wiese estabelece uma divisão dos blocos temáticos passível de ser utilizada como um parâmetro para as outras obras, pois engloba os assuntos que com mais freqüência aparecem nos escritos dos demais autores. Apresentarei a seguir uma descrição de cada um desses blocos, grifando em itálico os mais comuns e acrescentando entre parênteses, na medida em que se fizerem necessárias, informações sobre a maneira que esses assuntos aparecem no texto dos outros autores.

Após os “*agradecimentos iniciais*” (presentes em quase todas as obras: momento no qual boa parte dos autores tece elogios aos contratantes) e uma breve “*introdução*” (alguns autores não abrem um espaço para discutir sobre as questões gerais a serem apresentadas em seus textos) Wiese discorre sobre: “*As Etnias Formadoras do Povo Getuliense*” (neste caso, o objetivo é registrar a pretensa composição étnica da população local levando-se em conta a descrição dos primeiros grupos étnicos que colonizaram o município. Em outras obras os respectivos autores iniciam seus comentários sobre a colonização num plano genérico, referindo-se à colonização em Santa Catarina como um todo. É importante lembrar também que, no início de algumas obras, não é raro encontrar autores que se preocupam em discorrer sobre a toponímia local); “*Antecedentes da Fundação de Presidente Getúlio*” (variações desse tema remetem a uma “Pré-História” local – como é o caso do livro sobre Pouso Redondo –, à colonização do Vale do Itajaí ou, mais especificamente, do Alto Vale, mas principalmente ao processo de colonização do município que, após movimento emancipatório, deu origem ao município sobre o qual se escreve); “*Da Fundação de Neu-Zürich até a Retomada da Colonização depois da Primeira Guerra Mundial*”; “*A Questão Indígena*” (mesmo não havendo, em alguns livros, a constituição de um capítulo à parte para discorrer sobre este tema, a questão indígena é abordada em todas as obras); “*A Educação em Presidente Getúlio*”; “*A Igreja*” (de maneira genérica seria possível falar em Religiosidade Local); “*Meios de Comunicação e Energia Elétrica*” (apresentados do ponto de vista de uma evolução/transformação do município); “*Vida Econômica*” (as variações desse tema se referem às especificidades locais); “*A Saúde em Presidente Getúlio*”; “*Políticas e Cidades*” (aqui o leque de possibilidades é amplo e se estende desde a descrição de uma cronologia dos eventos político-administrativos até a apresentação individualizada da biografia de prefeitos, vereadores e algumas outras autoridades locais); “*Tradições, Costumes*

e Folclore”; “*Cultura e Lazer*” (ênfase nos clubes esportivos, clubes de caça e tiro e em atividades culturais como aquelas desenvolvidas por corais de Igreja); “*As Comunidades de Presidente Getúlio*” (a maior parte das obras apresenta um espaço onde constam históricos das coletividades locais); “*Grandes Personalidades*” (moradores locais que, por um motivo ou por outro, merecem um destaque especial); “*Notas Pitorescas e Outros Fatos*” (neste espaço pululam “causos” relativos aos feitos passados); “*Presidente Getúlio Hoje*” (notas sobre a situação dos municípios no presente); “*Anexos*”; “*Referências Bibliográficas*” (ou fontes de pesquisa: nem todos os autores oferecem ao leitor essas informações).

A maior parte dos assuntos tratados nas obras é contemplada pela descrição acima. Constam também, em alguns livros, informações relativas a dados estatísticos, geográficos e à descrição de símbolos e hinos locais. As exceções ficam por conta de “*Olhos Azuis: a história de um Rio...*”, “*Famílias Pioneiras de Salto Grande*” e “*Família Sens: uma história para se contar*”. O primeiro caso apresenta um texto norteado pelas informações contidas no diário do engenheiro Emil Odebrecht; o segundo e o terceiro, conforme comentei no capítulo anterior, tratam-se de obras cujo objetivo principal é traçar genealogias familiares. Por outro lado é importante levar em consideração as especificidades das obras “*Rio do Sul: uma história*” e “*Dona Emma: história do município*”, pois estes dois trabalhos são compostos por uma coletânea de artigos escritos por vários autores. Principalmente em “*Rio do Sul: uma história*”, efetuou-se a divisão e a distribuição dos assuntos entre os autores de maneira que a cada um deles coube discussões específicas. No que diz respeito à análise que tenho em foco esta postura implica numa construção diferenciada da narrativa, pois cada bloco temático é montado/concebido com uma maior independência em relação aos demais.

Há uma cena no filme “*Adeus Lênin*”, do diretor Wolfganger Becker, que aciona um gatilho para a interpretação desta maneira peculiar com a qual os textos de história local são construídos. Com reduzidas palavras informo ao leitor que a trama se passa em meio às mudanças ocorridas na Alemanha após a queda do muro de Berlim e o conseqüente processo de unificação, momento em que uma atitude tornou-se bastante comum: a derrubada dos monumentos ao regime da parte oriental. Na cena em questão, tanto os interpretes quanto o público que assiste ao filme são confrontados com a imagem de uma grande estátua de Lênin com o braço e a mão erguidos sendo carregada por um helicóptero. Percorrendo lentamente o espaço da tela longitudinalmente, a imagem suscita ao telespectador a idéia de uma despedida (literalmente um “*Adeus Lênin*”) onde a história – o passado – é conduzida em bloco (uma alusão, também, ao antigo “*bloco socialista*”), ou seja, uma grande parte da história alemã é

compartimentalizada num e bloco e relegada ao esquecimento¹⁸².

“Adeus Lênin” abre um espaço para uma reflexão sobre o trato com a temporalidade. Ao se despedir dos protagonistas, dos telespectadores, Lênin consubstancia-se na metáfora do corte no continuum passado/presente/futuro, posto que o presente e o futuro alemão não tomam mais uma parte do passado como referência. A partir de 1989 a história da Alemanha entra em uma nova fase cujos elementos constituintes tendem a se separar (embates políticos se processam neste sentido) das bases que a prendiam ao passado em que vigorou o regime extinto. Um exercício do pensar, oriundo da contemplação de obras de arte semelhantes ao filme de Becker, permite-me traçar um paralelo entre esta metáfora do tempo e a forma como são constituídas as narrativas das obras de história local.

Num primeiro momento aproprio-me da idéia de passado em bloco para analisar a elaboração de uma história em bloco, atitude comum no trabalho dos produtores de história que interpreto. Na trilha de Harry Wiese, os outros autores apresentam aos leitores uma história (alguns diriam “a história”) compartimentalizada e numa perspectiva diacrônica, onde cada um dos assuntos em foco desenrola-se de maneira independente, segundo uma noção de tempo uniforme e de acordo com uma cronologia em que só mudam as datas. Em verdade, uma leitura dessas obras permite concluir que não há por parte dos autores nenhum interesse em problematizar a noção de tempo com a qual trabalham, mesmo porque em seus escritos o tempo é concebido como um elemento natural, neutro e não sujeito a interpretações singulares¹⁸³. A ausência de reflexão sobre o tempo e a falta de posicionamento em relação a esta noção cria um vácuo onde é possível alojar algumas hipóteses. Por mais alheios que sejam em relação a esta matéria intangível com a qual o historiador molda e na qual insere o seu discurso, esses autores deixam transparecer em sua escrita uma maneira ambígua de se relacionar com o tempo. Vejamos alguns exemplos para refletir sobre esta questão.

Preocupado com o esmaecimento da cultural local, num espaço destinado a descrever as tradições, o folclore e os costumes locais, Harry Wiese afirma que

Nos dias de hoje, em função do consumismo exagerado e da globalização,

¹⁸² ADEUS Lênin. Direção: Wolfgang Becker. Produção: Stefan Arndt. Intérpretes: Daniel Brühl; Katrin Sass; Maria Simon; Chulpan Klamatova; Florian Lucas e outros. Westdeutscher Rundfunk / X-Filme Creative Pool, 2003. (118 min). Esta mesma questão surge nas observações de Huyssen, para quem Berlin nos anos após a queda do muro tornou-se saturada de memórias, mas também um lugar para se aprender múltiplas lições sobre a política do esquecimento deliberado. Ver HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. *op. cit.* p. 95-96.

¹⁸³ Pode-se afirmar, partindo dos escritos de François Hartog, que esta ausência de reflexão sobre o tempo não se restringe aos autores que discuto, sendo muito comum também entre os historiadores de ofício. Segundo Hartog, o tempo tornou-se tão natural para o historiador, que ele o naturalizou ou instrumentalizou. HARTOG, François. *Tempo e patrimônio*. *op. cit.* p. 262.

certos costumes e tradições quase desapareceram. Contudo, com a prática do multiculturalismo e o respeito às diferenças, não houve ainda o retorno das mesmas, mas são lembradas em manifestações festivas. (...) No entanto, há o interesse da comunidade em preservar as tradições, ou resgatá-las. Ainda não é possível afirmar que as escolas estejam comprometidas com o resgate da história dos antepassados. As manifestações ainda são tímidas, mas já houve avanços consideráveis.¹⁸⁴

As “vidas no tempo” – subtítulo do livro de Dante Bonin e Victor Butzke – ganham significado maior na medida em que algumas expectativas são alcançadas:

Espero que ele [o livro] sirva aos idosos como uma forma de recordarem o passado que viveram; aos adultos, para aprenderem lições de vida enquanto é tempo; aos mais jovens, para formarem suas consciências, respeitando e conhecendo o que as gerações anteriores fizeram para existir, hoje, um mundo melhor.¹⁸⁵

Concluindo sua obra, Alexandre Avancini avalia a importância do conhecimento da história local sem a qual, segundo o autor, não é possível a construção consciente e concreta do futuro. Suas últimas palavras são dirigidas aos jovens do município:

Finalizo dirigindo uma palavra aos jovens cronológicos de 18 a 25 anos. Vocês são a esperança do Brasil, do Estado, do Município. Portanto preparai-vos cultural, social, moral, cristã e honestamente para assumir amanhã as rédeas administrativas, as lideranças que a vossa vocação vos indicar. Ouso, para isso adverti-los que não é na droga, na prostituição, na devassidão, na frouxidão de todo o tipo de prazeres imorais que corroem o íntimo, que se prepara a pessoa madura para assumir a direção, e dar continuidade à construção do nosso município, de modo a se destacar no cenário estadual e nacional, mas com equilíbrio, domínio de si, com caráter e consciência moral, cristã e cívica.¹⁸⁶

Os três fragmentos textuais acima arrolados, retirados das obras de três autores diferentes, apontam para três formas distintas de se relacionar com o tempo e com a história: o primeiro responde ao apelo pelo resgate da memória (visando à preservação de a uma identidade local); o segundo apresenta conotações pedagógicas; o terceiro parte do princípio de que a história deve servir como um farol para iluminar/projetar o futuro. Penso ser possível captar nesses fragmentos a presença de traços, vestígios e interpretações singulares de diferentes *regimes de historicidade*. No primeiro caso o que vem a tona, a revelia do saudosismo de Wiese – que delata o viés nocivo dos desdobramentos da globalização – são indícios de uma relação imediata e consumista com o tempo e a história, pois, a exemplo do

¹⁸⁴ WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio*. *op. cit.* p. 180.

¹⁸⁵ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e Sua História*. *op. cit.* p. 01.

¹⁸⁶ AVANCINI, Alexandre. *Vitor Meireles*. *op. cit.* p. 225. Cabe aqui ressaltar que este trecho é o desfecho de uma narrativa que se iniciou com a descrição dos primórdios da colonização do município de Vitor Meireles, desenrolou-se através da descrição cronológica de eventos considerados importantes para o município até o presente no qual o autor escreve (1996) e, como é possível notar, alude a um futuro promissor.

que procurei demonstrar no primeiro capítulo ao comentar as iniciativas da AMAVI, ocorre uma inclinação em trazer para o presente, um tempo alargado, faminto e ansioso por estabilidade, manifestações culturais que tiveram seu momento de expressão e significação no passado. A expectativa de recuperar tais manifestações em sua inteireza, ou o lamento pela impossibilidade de fazê-lo, podem ser associadas aos sintomas de um regime de historicidade denominado por François Hartog de *presentista*, cujas palavras mestras de caracterização seriam memória e patrimônio¹⁸⁷.

O segundo e o terceiro caso aludem a maneiras diferentes de se lidar com o tempo e a história. O caráter pedagógico das expectativas de Bonin diz respeito ao entendimento da história como mestra da vida (*historia magistra vitae*, como nos lembra Reinhart Kosseleck¹⁸⁸), ou seja, como fonte de ensinamentos capazes de dar um significado para e nortear as ações no presente. Por seu turno, do fragmento do texto de Avancini emerge uma compreensão do tempo e da história passível de ser associada ao *regime moderno de historicidade*, termo que, segundo Hartog, designa a crença de que o futuro é que ilumina o passado, ou seja, o passado e a história adquirem significado quando associados à idéia de progresso rumo a um futuro (razão de ser de todo do tempo que lhe precede). Dos três exemplos anteriores resulta a constatação de que, de maneira consciente ou inconsciente, os autores elaboram suas histórias associando-as a regimes de historicidade distintos, mas que convivem no mesmo espaço textual. Dependendo da obra ou do momento em questão, enfatiza-se uma ou outra forma de se relacionar com o tempo e com a história, mas não há como propor exclusividade para apenas uma dessas expressões da temporalidade sem que haja prejuízo à compreensão da maneira como se estruturam estes registros historiográficos.

Uma outra ordem de considerações sobre o tempo remete a uma peculiaridade marcante das obras de história local e está ligada a maneira como os autores constroem sua narrativa. Coletei um pequeno fragmento do livro de Evacir Cristofolini, um exemplo dentre os vários contidos nas obras de história local, para refletir a esse respeito.

¹⁸⁷ HARTOG, François. *Tempo e Patrimônio*. *op. cit.* p. 265. O regime de historicidade, segundo François Hartog, remete a uma determinada maneira de se relacionar, compreender e exercer o tempo na escrita da história. Mais do que uma categoria histórica de pensamento, o regime de historicidade constitui-se como um instrumento de análise que permite interpretar os modos de articulação histórica entre passado, presente e futuro na escrita da história. Um outro dos trabalhos de Hartog que aborda esta temática, traduzido para o português, referente a uma palestra proferida em Estocolmo em 1996, foi disponibilizado por Francisco Murari em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>. Acesso em 28/12/2008.

¹⁸⁸ Embora este conceito seja apresentado também por Hartog, é nos estudos de Reinhart Kosseleck que ele é mais problematizado. Nas palavras de Kosseleck, a *historia magistra vitae* supõe que “a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriaríamos com um objetivo pedagógico” (Ver KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado*. *op. cit.*, p. 42.).

Próximo do local onde ainda mora o senhor Valter Bauchpiess, Pombinhas, tinha uma escolinha para onde se dirigiam todas as crianças das redondezas, como Ribeirão Vassoura, Alto Pombinhas, Pombinhas. Dava aula nesta escola, o professor Arcendino José Ferreira, que ensinava as primeiras letras para a criançada. Conta Doco Schwindem que as crianças de Ribeirão Vassouras e Alto Pombinhas tinham que fazer quatro “passes de rio” (assim dito porque inexistiam pontes ou bueiros e as pessoas passavam dentro d’água).¹⁸⁹

Na parte do texto em que consta o fragmento acima Cristofolini discorre sobre “A busca das primeiras letras”, mas não há menção a datas ou algum outro indicativo sobre o momento em que o evento que ele descreve se processa. Isto não significa que essas informações sejam imprecisas ou isentas de inteligibilidade. Em verdade, isso mostra uma característica marcante das obras de história local: a existência, em grande medida, de uma escrita hermética que se constrói sobre referenciais compreensíveis apenas pelos moradores locais. O leitor alheio a elas sofre uma limitação na sua capacidade de compreender o texto. Isto fica ainda mais evidente porque, utilizando este tipo de artifício na elaboração de suas narrativas, os autores constroem uma noção de temporalidade intrinsecamente ligada a lugares (“existia uma escola perto da casa do senhor Valter Bauchpiess”), pessoas e acontecimentos compreensíveis apenas à luz de experiências correlatas.

Retirei um exemplo do livro de Cristofolini porque ele é um autor que nasceu e viveu a maior parte da sua vida na cidade sobre a qual escreve¹⁹⁰. Por este motivo seus escritos possuem um apelo autobiográfico, onde suas experiências e lembranças pessoais aparecem no texto e agem como um convite para que os leitores – seus pares, pessoas que nasceram e/ou viveram a maior parte da vida em Pouso Redondo – também evoquem suas experiências e memórias e se reconheçam no texto. Resignificadas à luz do presente e interpretadas do ponto de vista de quem escreve ou lê, essas experiências vividas pelo autor e pelos leitores (ou por eles ouvidas em algum momento pretérito) remetem àquilo que Walter Benjamin chama de uma “fusão de horizontes”¹⁹¹.

Em momento anterior comentei sobre a idéia de uma “imagem do passado” presente

¹⁸⁹ CRISTOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo. op. cit.* p. 160-161.

¹⁹⁰ Estão nessa mesma situação Harry Wiese, Fiorelo Zanella, João Nicolau Sens, João Momm, Alexandre Avancini, Victor Butzke e Victor Lucas. O fato de serem moradores locais reverbera em suas escritas. Isto fica ainda mais evidente quando suas obras são confrontadas com, por exemplo, aquelas produzidas por Luiz Adami e Tina Rosa. Embora estes dois autores refiram-se aos eventos passados como se os tivessem vivido, o conjunto do texto evidencia que os autores são *outsiders*.

¹⁹¹ A noção de fusão de horizontes emerge de maneira clara no texto “Infância em Berlim por volta de 1900”, trabalho cuja versão inicial foi escrita entre 1932 e 1934, mas que foi posteriormente modificado, sendo sua última versão apresentada em 1938. Ver BENJAMIN, Walter. *Infância em Berlim por volta de 1900*. In: *Obras Escolhidas II*: rua de mão única. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

em um espelho. Reinterpretando/resignificando a proposta de Benjamin a respeito da fusão de horizontes e projetando-a no conjunto de obras de história local, abre-se um espaço para a inserção de uma hipótese: as memórias e experiências suscitadas por estes trabalhos não se reduzem a um mero saudosismo em relação a um passado que *foi de fato*. Atualizadas e resignificadas à luz dos interesses do presente essas memórias e experiências apontam para aquilo que *se gostaria que o passado tivesse sido*. Neste sentido, o desejo de estabilidade (da maneira como o concebe Andreas Huyssen) e o pretense efeito pedagógico criado pelo passado serão tão mais efetivos quanto for a idealização com a qual ele é revestido. Numa frase: quanto mais monumental for o passado, mais efeitos ele produzirá.

Um passado monumental

Objeto semelhante, fontes afins, apresentação de uma história em bloco, coexistência de diferentes regimes de historicidade, escrita hermética embasada na utilização de referenciais locais. Peças de um quebra-cabeça, expressão do conteúdo ou da forma, estes elementos até então apresentados implicam na possibilidade de se estabelecer uma aproximação entre as obras de história local. Mas é a figura resultante da montagem desse quebra-cabeça que se configura como o principal critério de identificação entre o trabalho desses produtores de história. Para usar a metáfora que venho me referindo até então, uma imagem se constitui: nela constam personagens arrolados numa cronologia em que se expressam os “grandes feitos” inseridos num *continuum* cujo momento inaugural, um mito fundante, imprime um sentido para a história local e liga o passado e o presente, tendo em vista o futuro. Contudo, é também neste ponto máximo de identificação que ocorre a inflexão que resulta na grande diferença (ou distanciamento) entre os escritos de história local, pois a maneira como este *continuum* é (d)escrito associa-se a um estilo que varia significativamente de uma obra para a outra ou, mais especificamente, de um autor para o outro. Senão vejamos.

Gênese das gêneses, pioneiro dos pioneiros. O Alto Vale (o sertão) está para ser desbravado. Uma expedição é montada e o seu destino é traçado: partir de Blumenau e chegar ao Planalto. As canoas estão às margens do ribeirão Garcia, ponto de partida da expedição. O calendário assinala o dia 14 de janeiro de 1863. Victor Lucas assume daqui:

O dia amanheceu resplendente de sol. Enquanto os homens, seus subordinados e companheiros, ocupavam-se em carregar os alimentos e os demais utensílios necessários, o Dr. Blumenau e o engenheiro Emil Odebrecht ficavam de lado, dirigindo os trabalhos preparatórios, para que nada faltasse, evitando o supérfluo.

Dois soldados e um preto, de nome Crispim, estavam, igualmente, engajados numa azáfama que se estabeleceu às margens do rio.

Quem está ali, em pé, na canoa, é o legendário herói Siegfried, do Canto dos Niebelungen, a olhar “o mostro” com fauce que expela um hálito quente, do fogo, com um corpo enorme, disforme, a rugir medonhamente. Assim transmutado, arranca da espada, que rebrilha, ao sol, e investe resolutamente, contra o inimigo mortal que, igual ao dragão da lenda, guarda um imenso tesouro. Seus cabelos louros esvoaçam ao vento cálido. Seus olhos azuis fixam-se sobre seu algoz que está ali, à sua frente, a encará-lo furibundo, prestes a jogar-se sobre ele e seu grupo e fulminá-los a todos.

Na verdade, quem está na canoa, ereto, em atitude de desafio, não é Siegfried, o lendário personagem, mas Emil Odebrecht, o braço direito do Dr. Blumenau, germânico, como ele. Nem o rio é o fabuloso Reno, das sagas e lendas, mas o grande e enigmático Itajaí-açu. A espada, também, não é aquela que fulminará o dragão fantástico. Entretanto, o dragão – o “monstro” – sim, este existe, é real e brasileiro.¹⁹²

O relato anterior, cuja referência é o conjunto de informações registradas no diário do engenheiro Emil Odebrecht, é o ponto a partir do qual tem início a epopéia que descreve sob quais circunstâncias foi estabelecida a ligação entre Blumenau e a Região do Planalto Serrano. O tom sóbrio e formal com o qual o engenheiro registra os acontecimentos de cada um dos dias da expedição – procedimento padrão em expedições dessa natureza – é cooptado, enquadrado na narrativa poética e “romanesca” de Victor Lucas e alçado a posição de “fato (serviço) de inestimável valor para Blumenau e para o Brasil.”¹⁹³

Referindo-se também a um evento primevo (cujo significado simbólico é singular), época na qual a maior parte do Alto Vale ainda era domínio dos índios botocudos, Dante Bonin escreve:

Para fazer a primeira visita ao Alto Vale, a convite de Frankenberger, Frei Lucínio Korte, vigário de Rodeio, (...) encilhou sua mula e se arrancou bem cedo de Aquidaban, onde não deixou de rezar missa aos italianos. Depois tomou uma refeição bem rápida na casa de Giacomino Fávero e partiu para Lontra, em vinte e nove de novembro de 1892.

(...) No dia seguinte, dia trinta de novembro, aconteceu a reunião das famílias locais. Em torno do altar, todos acompanharam a missa que trazia o verdadeiro Cristo pela primeira vez à região. As terras eram abençoadas e as famílias existentes no lugar comungaram o Cristo numa promessa de paz e fraternidade.

(...) De volta a Rodeio, frei Lucínio Korte deixou a marca da visita em seu diário: “Celebrei com piedade e pedi a Deus que tivesse dó dos pobres índios do mato”. Era a primeira missa e com o homem nascia a religião no Alto Vale.¹⁹⁴

As palavras de Bonin são um indício da maneira como parte dos produtores de história

¹⁹² LUCAS, Victor. *Olhos Azuis*. *op. cit.* p. 63-64.

¹⁹³ *Ibid.* p. 121.

¹⁹⁴ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e sua História*. *op. cit.* p. 14-15.

concebe e propõe significado para os mitos fundante a partir dos quais se desenrola a história local (ou regional). Acredito que não seria forçoso supor que o próprio autor tenha pensado numa analogia entre a cena emblemática registrada por Vitor Meirelles – a primeira missa em Terra de Vera Cruz – e a apresentação do Cristo pela primeira vez à região. Mas vejamos outros dois exemplos.

Numa ordem muito específica de registro sobre os mitos de origem, Alexandre Avancini abriu um espaço em “Vitor Meireles: um mergulho no passado”, especificamente para tratar da religião no município. Neste espaço constam históricos das três Igrejas cristãs: a Católica (da qual o autor é adepto e sobre a qual ele próprio escreveu), a Igreja Evangélica de Confissão Luterana e a Igreja Evangélica Assembléia de Deus. O texto que descreve o histórico da formação desta última é algo que, na falta de uma palavra mais apropriada, pode ser considerado, no mínimo, surreal. Avancini frisa que ele apenas transcreveu as informações que lhe foram passada pelos dirigentes da Assembléia de Deus. Por se tratar de um texto muito longo (um mito de origem com quatorze páginas), apresentarei apenas algumas partes que constam no registro.

José Carlos Gonçalves, filho de Pedro Carlos Gonçalves e Maria Mendonça Gonçalves, residentes em Nova Bremem (atual Dalbérgia), construíram o início da história desta congregação na comunidade. Em 1936 José Carlos namorava uma jovem de nome Clara Cardoso. (...) O jovem recebeu do Sr. Antônio Catarina dos Santos, que era tio de Clara, uma Bíblia. Ao entregar a Bíblia o Sr. José Antônio disse: mesmo que você não case com minha sobrinha, lave sangue por este livro, isto é o mesmo que converter-te, mude de vida, siga o que ele contém que você se salvará.

[*passado um tempo, Clara e José já casados*] Dona Clara foi acometida por uma doença chamada tropesia de sangue. Ela era gorda e vermelha, não podia mais trabalhar e em pouco tempo não podia mais andar. (...) O estado de saúde da esposa piorava, cada vez mais, quando apareceu uma senhora de cor negra. Falavam que ela curava. José não aceitou, mas levaram D. Clara até a negra, às escondidas. A negra disse para D. Clara que a doença era proveniente de um tesouro que havia ficado na última morada que tinha. Disse-lhe que se arrancasse o tesouro seria curada. Ao chegar em casa contou ao marido, que a princípio relutou, mas no fim acabou consentindo em ir procurar o tesouro. Voltaram a procurar a senhora negra, que disse: “só quem pode arrancar esse tesouro é seu filho mais velho quando este for homem”. O Sr. José respondeu: “o meu filho só tem sete anos, não podemos esperar tanto”. E sugeriu se ele mesmo não poderia arrancá-lo e deixá-lo para o seu filho. E a mulher respondeu: “faça conforme você pensar”.¹⁹⁵

A partir do ponto anterior, o relato narra uma verdadeira odisséia. Elementos concretos tais como lugares reais, datas específicas, são associados a acontecimentos fantásticos de toda

¹⁹⁵ AVANCINI, Alexandre. *Vitor Meireles. op. cit.* p. 102-104.

ordem (curas, milagres) que se iniciam com a frustração pela inexistência do tesouro (a “negra” era, na verdade, “uma filha do diabo”) e terminam com a conversão de José e toda sua família. Esta é a apoteose do relato:

Satiro (um pastor) perguntou a José se ele queria aceitar Jesus como seu Salvador. Satiro convidou para que dobrassem os joelhos, e disse que Deus não iria só salvar sua família, mas também curar sua esposa. Dona Clara, doente há tantos anos, ajoelhou-se, enquanto o pastor fez a oração e Dona Clara ficou curada. Batizou José com o Glorioso Espírito Santo. Clara andava no meio deles dizendo que não tinha mais nada, chorando de alegria, enquanto José falava em línguas estranhas, como no dia de Pentecostes. No mesmo dia, depois de assistir este milagre, muitos dos presentes aceitaram Jesus, como o único Salvador de sua alma. Alguns dos presentes, porém, não aceitaram, não entenderam ou não tiveram este privilégio. Um pouco mais tarde aceitaram com suas famílias. Assim nasceu a Igreja Assembléia de Deus em Vitor Meireles, diferente da Igreja Católica e Luterana.¹⁹⁶

Saindo do sagrado e retornando ao profano, outro indício da preocupação com os mitos fundantes aparece em “Alto Rio dos Bugres: as origens do município de Imbuia”. Luiz Adami inicia esta obra, produzida com o auxílio de Tina Rosa, com uma pergunta sintomática: “Onde começou a história de Imbuia?”. Este questionamento é um subtítulo a partir do qual Adami registra novas perguntas e alguns esclarecimentos:

Em que localidade teve início a história da ocupação territorial do município? Quem eram, quando chegaram e de onde vieram seus pioneiros? Como era a localidade que encontraram, naqueles tempos?

Estas costumam ser as primeiras perguntas que precisamos responder, na hora que aceitamos o desafio de escrever um livro dedicado à reconstituição dos fatos que levarão nossos leitores a conhecer o passado de um bairro, de uma cidade ou de uma família; seja em Imbuia ou em qualquer outra cidade do planeta.

No caso específico de Imbuia, (...) Há duas correntes a considerar: 1) *a história oficial*, presentes em todos os informativos já produzidos no município, dando conta de que a ocupação territorial teve início no local onde hoje está o centro urbano de Imbuia; 2) *a história oral*, contada de antepassado para antepassado, que defende com toda convicção que o povoamento de Imbuia teve início na atual localidade de Nova Alemanha – que no passado teria tido *status* equivalente ao atual centro urbano do município.¹⁹⁷

Algumas páginas mais a frente, Adami e Rosa descrevem, em uma narrativa seca e direta, as informações que dariam conta da origem da história de Imbuia e dos indivíduos que teriam sido os pioneiros dessa história. Tais informações são alheias aos meus objetivos para

¹⁹⁶ *Ibid.* p.111.

¹⁹⁷ ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Alto Rio dos Bugres. op. cit.* p. 10-11. Este fragmento do texto de Adami e Rosa serve também como exemplo de uma característica bastante comum nos escritos de história local: divergências em relação ao mito fundante.

o momento. O que me interessa de fato é tomar de empréstimo os escritos desses autores para estabelecer uma comparação com dois dos exemplos anteriores: os escritos de Lucas e os de Bonin. Levando em consideração que o texto que se desenrola a partir desses momentos inaugurais (de cada uma das três obras) apresenta, respectivamente, as mesmas características contidas nesses fragmentos, algumas considerações tornam-se possíveis.

Em primeiro lugar eu gostaria de lembrar que Luiz Adami e Tina Rosa escreveram quatro dos livros que me servem como fonte. Há entre essas quatro obras pequenas diferenças e seria possível afirmar, para ficar apenas num exemplo, que “Agrolândia: de Trombudo Alto as nossos tempos” é um livro mais bem escrito do que “Alto Rio dos Bugres: as origens do município de Imbuia”. Contudo, não é difícil detectar a precariedade do produto final dos seus trabalhos, uma vez que eles apresentam um grande número de informações, muitas vezes desconexas, sem a menor preocupação em tornar o texto inteligível. No caso específico da obra sobre Imbuia, além dos autores arrolarem indiscriminadamente um conjunto de depoimentos de moradores locais, onze páginas são dedicadas à apresentação de cópias e/ou descrição dos textos presentes em procurações e certidões (nascimento, óbitos, casamento), um indício de que este material foi usado apenas para corporificar o livro.

Outro agravante, igualmente problemático, pode ser exemplificado com um fragmento textual que aparece a certa altura de “Paisagens da Memória: a criação do município de Vidal Ramos”. Nesta obra os autores criaram um capítulo, cujo título é “Políticos em pé de guerra”, com o objetivo de discorrer sobre alguns embates políticos ocorridos no passado. Eis a conclusão do relato:

A realidade do município daqueles tempos era muito diferente dos tempos atuais. Em 1957, apenas cinco veículos motorizados circulavam por suas ruas: um jipe, quatro caminhões e um trator agrícola. Veículos com tração animal de duas ou quatro rodas somavam 27, além de 69 bicicletas e 118 carroças de quatro rodas. A falta de estradas inibiu, durante muitos anos, a aquisição de veículos motorizados.¹⁹⁸

Ao ler esta conclusão fiquei pensando sobre qual a possível conexão que ela teria com o texto que lhe precedia. Minha própria conclusão veio ao encontro das impressões que registrei anteriormente, ou seja, preocupados em dar corpo para seus trabalhos, os autores pouco interesse esboçaram com a coerência argumentativa e, principalmente, com a estruturação da narrativa contida em suas obras. Sustentar esta hipótese permite-me afirmar que, por mais que se assemelhem do ponto de vista dos conteúdos apresentados e, em certa

¹⁹⁸ *Ibid.* p. 148.

medida, da forma como estes são distribuídos, não há a menor possibilidade de colocar os livros de Adami e Rosa no mesmo patamar que aqueles produzidos por Victor Lucas e Dante Bonin. Meu argumento toma por base a entendimento de que existe nos escritos de Lucas e Bonin (exemplos imediatos) uma marca que os singulariza no conjunto de escritos de história local, marca esta que poderia ser associada a um estilo próprio de escrita.

Em tese defendida recentemente, o historiador Fernando Nicolazzi¹⁹⁹ elege como objeto privilegiado uma análise sobre a temática da representação do passado produzida por Gilberto Freyre na obra “Casa Grande & senzala”. Em sua análise ele toma como referência a noção de estilo na história e é amparado, em grande medida, pelas contribuições teóricas presentes na obra “O estilo na história”, de Peter Gay²⁰⁰. Embora Nicolazzi dirija seus esforços para um estudo de caso específico, seu trabalho remete para uma realidade mais ampla que implica numa reflexão sobre a natureza do saber histórico (História: arte, ciência ou um conhecimento cuja natureza carrega, irremediavelmente, traços dessas duas expressões do saber humano?). Entendendo que entre Gilberto Freyre (o autor a ser estudado) e Casa Grande & senzala (a obra), descortina-se o espaço do *estilo*, Nicolazzi procura problematizar este elemento sustentando a recusa de duas facilidades neste tipo de abordagem: “a primeira, é aquela que simplesmente psicologiza ou sociologiza a obra, que tenta encontrar no íntimo do autor ou na sua posição dentro da hierarquia social os elementos explicativos de sua prática;”²⁰¹ a segunda, suscitada por um modelo de análise próprio de uma estilística, reduz a noção de estilo aos seus aspectos gramaticais. Para o autor, o que caracterizaria a obra de Freyre, sendo assim possível falar na existência de um estilo próprio, seria um esforço intencional e bem estruturado no sentido de estabelecer outras formas de representação do passado nacional.

Apresento estas breves considerações sobre a tese de Nicolazzi não porque o meu intuito seja empreender uma análise semelhante a que este historiador leva a cabo. Também não tenho por objetivo refletir sobre a polissemia discursiva que confere significados diversos e variadas possibilidades operatórias para a noção de estilo. Meu interesse é muito mais

¹⁹⁹ NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa Grande & senzala e a representação do passado. 2008. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Rio Grande do Sul.

²⁰⁰ GAY, Peter. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. Nesta obra, na página 17, Gay escreve: “O estilo é um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É a forma e é conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte de e de todo o ofício – e também da história. Salvo por alguns artifícios mecânicos de retórica, a maneira se encontra indissolúvelmente ligada à matéria; o estilo molda e é por sua vez moldado pelo conteúdo”. Registro aqui esta observação de Gay porque ela remete à concepção de estilo desse autor e oferece indicativos para se pensar à maneira como este conceito pode ser útil para os historiadores.

²⁰¹ NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. *op. cit* p. 16.

modesto. Levando em consideração as respectivas (e significativas) singularidades de cada objeto, o que me motiva é a expectativa de estabelecer, no limite, um elo entre a intenção que Nicolazzi afirma existir em Gilberto Freyre – elaborar uma forma variada de representação do passado nacional, utilizando-se de um estilo próprio – e a inclinação que alguns produtores de história têm em produzir efeitos de realidade e ampliar a capacidade de oferecer aos possíveis leitores um sentido para o passado, lançando mão, para tanto, também de um estilo peculiar de escrita²⁰². Para além do conteúdo ou da forma, é exatamente no estilo que se manifesta a “impressão digital” de suas respectivas obras. Alguns exemplos são esclarecedores, pois me conduzem ao “poeta”, ao “crente” e ao “crítico”.

Victor Lucas não escreveu nenhuma apresentação preliminar em “Olhos Azuis: a história de um Rio...”. Embora o reitor da UNIDAVI (instituição responsável por subsidiar a obra) tenha tomado para si esta função, sua ação foi redundante, pois já nas primeiras linhas de seus escritos sobre a história do Alto Vale o autor registrou, de maneira indelével, o que o texto a ser descortinado legaria ao leitor. Breves divagações sobre a toponímia do Rio Itajaí, empreendidas em um linguajar extremamente refinado (ou seria rebuscado?), configuram-se como a fala do meirinho, uma convocação para “olhar mais de perto como se processou sua ocupação e colonização [do Vale do Itajaí], principalmente, na parte média e alta, cuja história continua indevassada no que possui de importante e essencial.”²⁰³

O título da obra de Lucas fala por si só. Metáfora central, reveste Emil Odebrecht, o louro, o germânico, com a aura do herói: Siegfried em terras brasileiras. A ópera de Richard Wagner (*Der Ring des Nibelungen*) ganha uma nova roupagem. Trabalho de uma vida (Jaime Pasqualini o reitor, afirma que o livro foi escrito ao longo de 70 anos ou mais) o texto de Lucas, poético, parnasiano, que consegue ser ao mesmo tempo tão agradável como uma boa obra de literatura e tão prolixo quanto o mais teóricos dos textos acadêmicos, conduz o leitor a um *grand finale* onde acontece uma inversão de perspectiva. Olhos Azuis, a metáfora, não designa mais apenas o pioneiro dos pioneiros, mas sim todo o conjunto de “homens” relegados ao ostracismo após terem banhado com o suor do seu rosto a terra em que pisam os seus descendentes. A todos esses “Olhos Azuis” Lucas dedica uma página especial:

Foi em verdade uma vida de renúncias, a que hoje, dificilmente, alguém se

²⁰² Um registro se faz necessário: por menor que tenha sido a minha preocupação com o refinamento teórico em relação à noção de estilo, levando-se em consideração o fato de que o meu interesse é apenas estabelecer um critério de diferenciação entre as obras de história local, não considero inapropriada sua utilização como um conceito operatório. Por isso, utilizarei o estilo, mais do que um artifício retórico, como um indício das convicções dos autores.

²⁰³ LUCAS, Victor. *Olhos Azuis. op. cit.* p. 15.

dispõe a sujeitar. Bem diz um procardo alemão: “Den ersten den Tot, den zweiten die Not, den dritten das Brot”, que na língua vernácula quer dizer: Aos primeiros a morte, aos segundos a privação, aos terceiros o pão. Entretém-se com esse solilóquio e envereda pelas sendas da história, cheio de heroísmo e renúncia vivida por este punhado de bravos que forjaram com o seu trabalho, com o seu exemplo, a grandeza do Vale do Itajaí, estabelecendo ali, o mais lídimo triunfo sobre a pobreza, onde foi erradicada numa luta indesejada e sem quartel.

Tudo o que vemos é fruto do seu trabalho. Deles, tiramos o exemplo, a força, a coragem e a temeridade, quando o céu, sempre azul, cobre-se de nuvens negras ameaçadoras e tempestade, tão falada e ainda mais temida, que ameaça arrastar a nossa pátria para o abismo. Um abismo que não vem e não virá se mirarmos a viseira, em direção ao passado e dele tiramos os ensinamentos.²⁰⁴

Esta é a marca ou, dito em outras palavras, o estilo próprio da escrita de Lucas. Se, em Adami e Rosa é possível detectar um descaso com a narrativa, com o uso das palavras e com a parte estética do texto, em Lucas esses elementos são os pontos nevrálgicos da obra. Há que se considerar que nos dois casos um problema vem à tona: Adami e Rosa, assalariados da escrita, não sustentam coerência; Lucas, o poeta, com seus excessos na construção das frases e na condução da narrativa, dá a entender que escreve para o deleite.

Em Dante Bonin o estilo é outro. Este autor escreveu duas das obras que analisei, mas é em “Rio do Campo e Sua História: vida no tempo” que sua marca fica registrada. Em primeiro lugar, Bonin esboça uma nítida inclinação em associar, tanto os primórdios da colonização, quanto seus desdobramentos posteriores, à realização dos desígnios divinos. Ao longo do texto, vários são os momentos em que o papel da fé e da Igreja (a Católica) aparece em primeiro plano e se constitui como o vetor para a ação dos colonizadores. Partindo desta constatação, para fins de análise, confiro a este autor a denominação de “crente” – termo alheio a uma caracterização pejorativa –, ou seja, aquele cuja crença, representada na escrita, permite postular a existência, em terras do sul, de uma versão peculiar do “destino manifesto”.

A segunda característica marcante em “Rio do Campo e sua História: vidas no tempo” é a maneira como a narrativa é conduzida. Após estruturar o texto em pequenos capítulos, cada um deles possuindo uma série de subtítulos, o autor estabelece um diálogo virtual com o leitor. Um exemplo aparece na referência aos povoados que se desenvolveram em Taió (município do qual Rio do Campo se emancipou): frisando as dificuldades pelas quais seus moradores passaram, o autor dá a entender que as agruras iniciais viriam a ser necessariamente suplantadas, para então sugerir “Pense você, leitor, no que essa gente passou

²⁰⁴ *Ibid.* p. 168.

e como a vida era difícil naqueles tempos. Será que daqui para frente a história não acabará ficando mais interessante?”²⁰⁵ Esta última frase, convocação para a continuação da leitura, só não é mais clara do que uma outra empregada no momento em que Bonin comenta sobre um dos pioneiros e as disputas por terra nos primórdios da história de Rio do Campo. Nesta situação, após comentar que as terras onde já estavam estabelecidos alguns pioneiros haviam sido cedidas para um grande agenciador da colonização como pagamento pela abertura de estradas, Bonin cria um clímax e afirma: “O fato pegou de surpresa Bibi, fundador da primeira vila em Rio do Campo e também as outras famílias. Todos esses detalhes estão no próximo capítulo. Não perca!”²⁰⁶ A primeira imagem que me veio a mente ao ler esta parte da obra foi uma novela. De fato, instigando os leitores com elementos indicativos das “cenas do próximo capítulo”, Bonin intenta manter a atenção e assegurar acolhida ao seu discurso sobre o passado local.

Ao tom poético da narrativa de Lucas e ao discurso perseverante de Bonin não há como deixar de acrescentar um outro exemplo, o estilo peculiar presente em “Pouso Redondo: nossa história, nossa gente”. Neste livro, Evacir Renato Cristofolini, um produtor de histórias com formação na área de História, foge um pouco da mera apresentação “dos fatos” ao não abrir mão de uma postura crítica. Ocorre que, em sua luta para manter sua subjetividade sob controle (subjetividade esta atizada devido ao fato de ser ele um morador local), Evacir cria algumas válvulas de escape que causam um efeito interessante: permitem a ele manter um discurso polido em relação a alguns eventos delicados que possivelmente mexeriam com a paixão dos leitores (“causos” em relação aos quais um posicionamento mais incisivo seria problemático), sem que para isso ele tenha que se anular completamente na obra. Esta artimanha consiste na elaboração de críticas ácidas em relação a alguns episódios (ou indivíduos) sobre os quais despender tal atitude não resulta em prejuízo para o autor. Um exemplo é marcante.

Ao comentar, no capítulo anterior, sobre a utilização de imagens (fotografias), fiz menção a uma foto em que aparece o bando de Martinho Marcelino de Jesus, o Martinho (ou Martim) Bugreiro. A foto em questão consta em apenas quatro obras, mas comentários sobre a atuação do Bugreiro e seus auxiliares são registrados em quase todos os livros. Em verdade, a impressão que tive na leitura das minhas fontes é que Martinho Bugreiro acabou se tornando uma figura mítica. Não quero dizer com isso que ele não tenha existido, mas sim que as

²⁰⁵ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e sua História*. op. cit. p. 39.

²⁰⁶ *Ibid.* p. 51.

versões que o descrevem são as mais variadas. Excetuando-se “Rio do Campo e sua História”, onde Martinho Bugreiro aparece com o nome de José Martins, nas demais obras há pelo menos uma concordância em relação ao nome deste caçador de índios e, em grande medida, na descrição de suas atividades (o ato de caçar, os motivos pelos quais era contratado, etc.). Evidentemente, entre uma obra e outra surgem algumas diferenças no que diz respeito ao espaço destinado a descrição dessas atividades, assim como na elaboração da narrativa que a conduz. É neste sentido que o livro de Cristofolini se destaca.

O autor criou um capítulo específico para discorrer sobre o assunto: “Lendas e fatos de um caçador de índios: *O Bugreiro*”. Em suas palavras, não haveria como deixar de escrever sobre este “personagem constante das histórias lembradas por aqueles de mais idade, conhecedores das agruras dos primeiros tempos, e senão conhecedores, mas de uma memória privilegiada a tal ponto que em seus relatos parecem ter vivido aqueles tempos primevos de Pouso Redondo”²⁰⁷. Indo ao encontro desse intuito, Cristofolini apresenta um conjunto significativo de informações sobre a vida e sobre os métodos de ação de Martinho, informações estas coletadas de diversas fontes, incluindo entrevistas com os netos do Bugreiro. É neste ponto que eu gostaria de chegar.

A descrição que os netos fazem do avô resulta em sua idealização: “ninguém nunca viu (Martinho) dar uma risada sequer”; “Era um homem muito brabo. Tinha fama de domar redomão a cabo de soiteira”. Partindo desses depoimentos Cristofolini faz uma inversão de perspectiva de maneira a usar estes relatos de heroísmo como substrato no qual planta suas (ácidas) críticas. O autor insere no texto uma foto na qual Martinho aparece sozinho, cedida por um dos netos, e empreende uma descrição da imagem:

Ademir mostra um retrato do avô que carrega consigo, cinco por cinco, preto e branco, todo vincado. É como um santinho, desses de devoção. A imagem está bastante sumida. Apesar de desfigurada, dá bem para notar quem é aquela figura; os cabelos negros e fartos, revoltos para cima, deixando-lhe em descoberto a testa grande. Os olhos penetrantes, escuros, encimados por pestanas grossas e sinuosas, a boca serrada numa demonstração de raiva e desprezo. Há um leve esgar que perpassa toda a expressão do rosto, da esquerda para a direita, num misto de desdém e frieza.²⁰⁸

Tomando o “santinho”, uma relíquia para o neto, como base para sua própria descrição, Cristofolini sintetiza em algumas palavras todas as suas próprias impressões e considerações sobre o Bugreiro. Nada mais normal, afinal de contas trata-se de uma opinião

²⁰⁷ CRISTOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo. op. cit.* p. 121.

²⁰⁸ *Ibid.* p. 129.

sobre um indivíduo que, à luz da contemporaneidade, seria no mínimo preso. O problema é que no momento em que aflora o historiador, o crítico, (nesta parte da obra esta inclinação recebe contornos nítidos) Cristofolini deixa de refletir sobre o papel histórico desempenhado por Martinho Marcelino de Jesus. As ações deste último não são o pomo da discórdia. Uma análise mais coerente sobre este indivíduo levaria em conta as condições de possibilidade para suas ações, as razões pelas quais elas encontraram acolhida num determinado contexto histórico e social. Interpretar, e não apenas execrar, seria o caminho para fugir de um lugar comum: vitimização dos indígenas e remissão dos “pecados” dos colonizadores via expiação de Martinho Bugreiro.

Mas, para além desse tropeço do crítico, o que fica evidente na postura de Cristofolini é a sua inscrição numa linha de considerações sobre a história local na qual todos os outros autores, em menor ou maior grau, também figuram: Lucas e Bonin são os exemplos de primeira ordem; poder-se-ia acrescentar a eles, Adami e Rosa, com seu descaso; Avancini, que, com uma escrita inebriada em lembranças pessoais, transforma-se em um “saudoso”; Wiese e Zanella, homens das letras, capazes de se fazer entender sem abraçar os excessos de uma escrita prolixa, o que os torna sóbrios e bem articulados; Dirksen e Klug, historiadores de ofício, claros na exposição narrativa; Koch, Momm e Sens, os “genealogistas”. Esta linha diz respeito a um trato delicado na descrição da atuação dos pioneiros e resulta numa idealização do passado.

Abri este capítulo com três epígrafes. Numa delas há uma crítica em relação à falta de registro de informações importantes sobre o passado local. Cristofolini não está só.

É uma pena que os primeiros moradores não tinham um diário onde escrevessem essas (suas) primeiras aventuras. Assim hoje haveria documentos para a história. Mas eles não se preocuparam com isso. Eles queriam viver, queriam a terra para trabalhar. **A história não era importante.** Eles nem imaginavam isso. Nessa situação, foi uma batalha saber qual seria **a verdade sobre os fatos.** Daquela época restava apenas a **memória dos primeiros moradores, já velhos** e cansados. Mas foi o bastante. Foi o suficiente para se ter uma idéia de como foram os primeiros dias de Rio do Campo (*grifos meus*).²⁰⁹

Tanto na epígrafe de Cristofolini quanto no lamento de Bonin surgem indícios de uma relação muito marcada para com o passado e com a história. Como é possível notar, a intenção de registro não é algo que diga respeito aos colonizadores. Ela é uma marca do nosso presente. Neste sentido, há dois diacríticos a serem considerados: em primeiro lugar, nada

²⁰⁹ BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e sua História. op. cit.* p. 41.

indica que, caso houvesse algum interesse (e condições) por parte dos primeiros colonizadores em registrar suas experiências, tais registros fossem de fato utilizados na construção de um discurso sobre o passado local. Sustento esta hipótese levando em consideração a inclinação que esses produtores de história têm em envolver os tempos pretéritos em uma atmosfera nostálgica e idílica. Ao que tudo indica, tal atitude só pode existir no momento em que ocorre um desconhecimento ou uma desconsideração dos problemas que permeiam a vida apartada de idealizações. Obviamente, não quero com isso afirmar que os autores de história local não mencionem o quanto a vida dos pioneiros foi sofrida. Ocorre que o sofrimento no passado é positivado e usado como um critério para se julgar o presente. Em segundo lugar – e nesse ponto Bonin é muito feliz ao lembrar – a verdade sobre os fatos passados, lampejos num momento de perigo, é dada a ler tomando-se por referência as memórias dos primeiros moradores, memórias estas nas quais imperativos de natureza variada imprimem ressignificações.

Algumas ênfases, como no pioneirismo, no sofrimento, no trabalho, na família, na religião, nas tradições, mas também esquecimentos, desconhecimentos e omissões são fundamentais para essas histórias. Ponto de partida: um ideal de comunidade se perdeu. Como Avancini nos lembra,

Quando comecei a pesquisar sobre a natureza e ouvir os relatos de alguns pioneiros, é que olhei à minha volta e compreendi a magia desta terra. Vi o sol com seus raios dourados penetrando as manhãs, atingindo as águas e despertando os animais, parecendo querer abraçá-los, cumprimentá-los, dando aos homens um exemplo de fraternidade, sociedade e solidariedade, pois um ajudava o outro. Não havia individualismo.

(...) Assim encontraram os desbravadores heróis a natureza, numa verdadeira comunidade e, imitando o seu exemplo, incorporam este espírito fraterno entre si. Acredito que foi esta magia irradiada pela natureza que os impulsionou a construir o que temos hoje.²¹⁰

O olhar “Rousseauiano” de Avancini vai ao encontro de uma característica comum das obras de história local já apontada por Raphael Samuel: a noção de comunidade. Este “ente abstrato”, quando acionado na narrativa desses produtores de história, alude a um todo coeso, uma mônoda, um universo a parte onde se estabelecem relações igualitárias e fraternas que visam apenas o bem comum. Como nos lembra Samuel, há nesta atitude uma forte marca de incoerência, pois “é possível morar no mesmo lugar enquanto se habita mundos diferentes, seja como marido e mulher, pai e filho, empresário e empregado.”²¹¹ Às palavras de Samuel

²¹⁰ AVANCINI, Alexandre. *Vitor Meireles. op. cit.* p. 10.

²¹¹ SAMUEL, Raphael. *História Local e História Oral. op. cit.* p. 228.

eu acrescentaria algumas outras: é possível morar no mesmo lugar, viver na mesma “comunidade” e habitar mundos tão diferentes quantos são diferentes os interesses, vontades e as expressões da subjetividade humana. O material sobre o qual se inscreve o ideal de comunidade projetado pelos autores de história local é um palimpsesto: com um olhar mais aguçado consegue-se detectar nele marcas resistentes daquilo que se quer apagar.

Por mais que tais produtores de história despendam esforços no sentido de afinar seu discurso visando à construção de ideal de história local, nas dobras do relato sempre surgem indicadores dissonantes. O ideal de comunidade, para ficar no exemplo acima, não se constrói sem um modelo exemplar de família, algo que, do ponto de vista de boa parte dos autores de história local, infelizmente teria se perdido (motivo para uma crítica do presente). O que chama a atenção, porém, é que o inconformismo em relação às mudanças que ocorrem na estruturação dos laços familiares parece guardar certo índice atemporal.

Cristofolini, a certa altura de sua obra, afirma que por ocasião das comemorações do quinquagésimo aniversário da fundação de Blumenau, em 1900, publicou-se um álbum no qual constavam escritos de políticos e intelectuais da época. Afirma o autor que neste álbum marcam presença os escritos do Dr. Giovanni Rossi, uma personalidade de destaque na época. Cristofolini, então, apropria-se de uma parte desses escritos e a insere em seu texto:

Um fato social novo, que preocupa os pais de família, é o espírito de independência nascido nos filhos com as facilidades da vida, mesmo fora da casa paterna. A família quebra os antigos padrões patriarcais a que até agora esteve presa e tende, irresistivelmente, para a liberdade. Os adolescentes já não suportam a autoridade paterna; exigem que o pai lhes compre novos lotes de terra para neles se estabelecerem, ou que lhes ceda uma parte proporcional dos lucros domésticos e, em todo caso, tendem ao matrimônio precoce e ao estabelecimento por sua própria conta. Assim, os pais se vêem abandonados às suas poucas forças, se não souberem ou não puderem salvar da avidez filial algumas economias que os ajudem a passar a triste velhice (grifos do autor).²¹²

Todas as palavras acima, segundo Cristofolini, foram escritas pelo citado Dr. Giovanni Rossi. Por se tratar de um texto que data do final do século XIX chama a atenção o fato de que o autor de “Pouso Redondo: nossa história, nossa gente” não leve em consideração, quando ele próprio emite um juízo de valor sobre o presente, tomando como referência o passado, que este tipo de expediente não é uma atitude recente e configura-se como algo que pode se tornar nocivo. Nietzsche me ajuda a refletir sobre esta questão.

Na segunda metade do século XIX o filósofo já detectava os problemas advindos de

²¹² CRITOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo. op. cit.* p. 89.

uma monumentalização do passado ou, em suas palavras, da elaboração de uma História Monumental, uma narrativa construída de maneira a encaixar a diversidade do passado em uma forma universal, destruindo todos os ângulos e linhas acentuadas “em favor da concordância”²¹³. Ocorre que a confecção das obras de história local segue praticamente o mesmo itinerário descrito por Nietzsche: o passado é revestido de idealizações impermeáveis à inserção de uma perspectiva delatora das animosidades entre os “desbravadores”. Quando surgem comentários sobre elas – atritos, divergências, brigas – tudo é retratado como mero desvio de percurso incapaz de por em questão a grandiosidade dos tempos pretéritos. Embora as obras de história local não representem “o passado em si”, elas acionam um mecanismo de significação sobre ele. Orientada por um *continuum* passado/presente, a narrativa que lhes é comum, ao enaltecer a atuação dos pioneiros, “dos grandes homens do passado” – subsídio para uma identidade local –, cria também os subsídios para uma crítica do presente:

Não foi em vão o que os nossos pioneiros fizeram. Seus filhos, netos, bisnetos e mesmo os que deles não tem descendência são testemunhas de que Pouso Redondo tem buscado, no decorrer das décadas deste século que neste ano se finda, **os seus caminhos e os seus espaços**; e **se mais longe não se chegou**, e se melhor espaço não se conquistou, com certeza não foi porque a base não foi bem plantada, mas sim porque **nós, das gerações do final de século, possamos ter fraquejado em algum momento** (*grifos meus*).²¹⁴

As idéias que Cristofolini apresenta no fragmento acima, passíveis de serem captadas também em outras obras de história local, são especialmente caras para mim porque sintetizam algumas das principais questões sobre as quais me detive ao longo deste capítulo. Na construção deste lugar de memória em que se constitui o livro sobre Pouso Redondo, um monumento à história local assim como as outras obras o são para seus respectivos municípios, Evacir Renato Cristofolini seguiu alguns princípios comungados por seus pares. A monumentalização do passado, expectativa de justificar o que se fez em tempos pretéritos, mas, principalmente, a maneira encontrada para se entender/significar o presente abriu dois caminhos distintos: o primeiro aponta para a constituição de uma identidade local e para expectativa de singularização da história local (via discurso nobilitador) em meio a tantas outras histórias que lhe são gêmeas; o segundo resulta num julgamento do presente onde o passado é acionado como principal testemunha de acusação. Em ambos os caminhos um excesso de cores é usado para pintar o passado, o que não raro resulta em sua mitologização.

²¹³ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 21.

²¹⁴ CRISTOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo*. *op. cit.* p. 13.

Acontece que, como nos lembra Andreas Huyssen, “nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar. O real pode ser mitologizado tanto quanto o mito pode engendrar fortes efeitos de realidade”²¹⁵. Como diria Antônio Biá, “uma coisa é o fato acontecido, outra coisa é o fato escrito”.

²¹⁵ HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória. op. cit.* p. 16.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Horizontes da escrita



Figura 3 – “O viajante sobre o mar de névoas”. Caspar David Friedrich. (c. 1818. Hamburg Kunsthalle, Hamburgo, Alemanha/Bridgeman Art Library).

Se a leitura da primeira página da introdução deste trabalho suscitou algum exercício de raciocínio – visualização mental da hipotética obra de arte –, salvo exceção dos conhecedores do trabalho de Caspar David Friedrich, é muito pouco provável que alguém imaginaria algo próximo ao “O viajante sobre o mar de névoas”. Nada menos tempo presente. Turbilhão de modas retro? Acredito que não. Nem estas ondas da indústria cultural explicariam tão anacrônico personagem. Confesso o artil narrativo.

Como é possível notar, Friedrich retrata um homem de pé, sem chapéu, de costas para nós, com uma indumentária que denuncia o século XIX. O lugar onde ele se encontra captura nosso olhar: o alto de um pico rochoso de onde ele contempla um mar de névoas que se estende sob seus pés. Os traços da névoa são apagados apenas em alguns pontos onde se projetam os cumes de outras montanhas. De fato, a imagem em questão pouca coisa diria sobre o tempo presente não fosse exatamente a possibilidade de utilizá-la como metáfora. Em “Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado”, John Lewis Gaddis fez algo neste sentido, utilizando-se do “viajante de Friedrich”, para pensar o significado da

consciência histórica²¹⁶. No seu entendimento, a imagem é contraditória, pois sugere ao mesmo tempo um domínio sobre uma paisagem e insignificância do indivíduo diante dela: a consciência histórica teria tais contornos.

O mar de névoas que encobre a visão do observador localizado no topo do pico age da mesma forma que o breu que encobre nossa visão sobre o passado. Não nos é dada à possibilidade de vislumbrar, situados no presente, uma imagem límpida e nítida do passado. Tateamos no breu, guiados por nossos sentidos, às vezes esbarrando, outras vezes vislumbrando um encontro com pistas que nos guiem em meio ao incerto. Quando estas, as pistas, são encontradas, precisamos articulá-las de maneira a construir um trajeto ou, dito em outras palavras uma imagem, uma representação. Esta última, alias, é a nossa única possibilidade de acesso ao passado. Isto seria um problema?

Eu diria que sim e que não. O problema ocorre quando os caminhos construídos para nos levar ao passado, ou as representações que sobre ele incidem, tornam-se motivos de disputas que em pouco contribuem para um melhoramento das relações estabelecidas numa determinada sociedade. Por outro lado, uma vez que o passado só nos chega como reflexo do nosso próprio espelho, quanto mais imagens forem projetadas, maiores serão as possibilidades de se estender o leque de significações sobre os eventos pretéritos. Interpretadas com sabedoria, tais significações tendem a minimizar o problema supracitado e a auxiliar na compreensão do presente ao qual pertencemos. Ao longo das páginas precedentes propus algumas possíveis interpretações para as formas de visibilidade do passado contidas em minhas evidências empíricas. O ponto de vista a partir do qual condicionei minha análise, meu olhar, tal qual aquele do “viajante de Friedrich”, me permite apenas algumas considerações/conclusões sobre as imagens mais nítidas, mas não me impede de tecer alguns comentários sobre o que eu poderia encontrar caso houvesse uma mudança de perspectiva. É sobre esta mudança que eu gostaria de falar primeiro.

O recorte temporal que contempla o período de produção das fontes com as quais trabalhei – 1985 a 2007 – pode ser tomado como um indicio da forma como interpretei este material. Excetuando-se “Famílias Pioneiras de Salto Grande”, obra cujo principal objetivo é discorrer sobre genealogias familiares, todas as demais foram produzidas a partir da década de 1990, principalmente depois do ano 2000. Levando em consideração as contribuições de François Hartog, para quem o ano de 1989 apontaria para a emergência de um regime

²¹⁶ GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 15-16.

presentista de historicidade, tentei interpretar a produção das obras de história local em questão como uma resposta às demandas de um presente superdimensionado, ou seja, as condições de emergência para estes trabalhos estariam intimamente ligadas à busca por estabilidade, conforto e segurança. É neste plano que estaria inscrito o apelo ao passado.

Numa outra ordem de considerações, associada a um recorte temporal e espacial mais amplo, passível de englobar também os últimos anos da década de 1960 e toda a década de 1970, bem como outros municípios do Vale do Itajaí, principalmente do Médio Vale (tais como Blumenau), seria possível trazer a tona outros diacríticos que agiram no sentido de criar as condições para a elaboração de obras de história local. Refiro-me a um descolamento da análise desses trabalhos de toda uma situação mais ampla, de conjunto, no que se refere à produção de um referencial histórico para as populações de Santa Catarina e, mesmo, para o “povo brasileiro” como um todo. Afinal, vínhamos, ou ainda estávamos, num ambiente de ditadura militar, de regime político e cultural bastante fechado, em que a antiga idéia do Estado Novo de uma completa homogeneização cultural fora substituída pela de “mosaico cultural” (no caso em tela, o “catarinensismo”), cujo elemento representativo, dentre outros, pode ser encontrado nos investimentos na idéia de folclore. Ou seja, admitia-se uma diferenciação, desde que contida dentro de uma moldura formal, visível e palpável, denominada de “cultura brasileira”. Em outros termos, a uniformidade de formação histórica havia sido deixada de lado para aceitar uma distinção, desde que inscrita numa mesma e única “história do Brasil”. E é sobre esse cenário, aliado às reverberações da produção histórica da UFSC e do IHGB/SC, da expansão do sistema ACAFE de ensino superior²¹⁷ e das ações do Estado (e dos intelectuais vinculados a ele) para difundir – entre os últimos anos da década de 1960 e os primeiros da década seguinte – essas idéias mediante cursos realizados sistematicamente em vários municípios e regiões catarinenses, que se tenta esboçar as histórias locais. Todas estas questões permitiriam, de imediato, inverter a lógica de pesquisa: ao invés de se analisar em que medida as obras de história local contribuíram para a construção ou legitimação de uma idéia de região, seria possível questionar se não foi a expectativa de construção de uma idéia singular de região que criou o terreno no qual as obras de história local puderam se plantadas.

²¹⁷ Em 1974, os presidentes das fundações educacionais criadas por lei municipal e da fundação educacional criada pelo Estado constituíram a ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais –, entidade sem fins lucrativos, com o objetivo de promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal.

Em meio ao quadro acima descrito, há que se considerar que a produção de histórias locais, assim como o conjunto de trabalhos históricos publicados em revistas como a “Blumenau em Cadernos”, aponta para a necessidade de uma cartografia mais detalhada da inscrição social dos agentes que tomaram para si a responsabilidade de realizar tais trabalhos. Acredito que tal cartografia revelaria a existência de “redes de reciprocidade” suscitadas pelo pertencimento a partidos políticos específicos, ou organizações como Lions Club, Rotary Club e Câmara Júnior, que ligariam, a princípio, tanto os autores quanto as editoras nas quais os trabalhos foram editados. Mas tudo isso exigiria uma dedicação que ultrapassaria em muito os prazos exíguos para a feitura de uma dissertação.

Por outro lado, conforme procurei deixar claro ao longo de todo o meu trabalho, por uma opção de pesquisa e levado em consideração as condições de exequibilidade desta dissertação no prazo regimental, não analisei o plano da recepção, ou seja, não problematizei a maneira como as obras de história local são lidas e assimiladas por parte de um público leitor. Uma discussão voltada neste sentido conduziria à reflexão sobre os suportes culturais presentes na população local – escopo privilegiado das obras de história local – capazes de dar acolhida ou não aos discursos sobre o passado e aos investimentos simbólicos e materiais levados a cabo por instituições como a AMAVI. Claro está que uma discussão desta natureza contemplaria, por exemplo, uma atenção maior sobre a maneira como as obras de história local foram distribuídas e sobre a sua utilização como instrumento pedagógico nas escolas. Apresentado o não-dito, os outros horizontes possíveis, bases abertas para pesquisa futuras, retorno àquilo que de fato foi feito, retorno ao presente.

Estranho presente. No que tange às obras de história local o olhar para o futuro é obliterado em detrimento da celebração do passado, o já falado desejo predominante de pô-lo em evidência, de torná-lo presente. Momento mesmo de um repensar do equilíbrio rememoração/esquecimento tão caro a Nietzsche. Segundo o filósofo, os seres humanos têm como atributo peculiar à dinâmica do lembrar e do esquecer, diferente do animal que vive num eterno presente. Posto de outra forma, “o homem gostaria de viver plenamente o seu presente, vive-lo plena e imediatamente, mas a carga do passado lhe arca os ombros”. O passado, “fardo invisível e obscuro”, sempre lhe acompanha. Por isso ele inveja o animal que não carrega este fardo, ou então a criança, que ainda não tem nada a negar de passado e assim vive feliz. Não por outro motivo “é sempre uma coisa que torna a felicidade o que ela é: o poder-esquecer ou, dito de maneira mais erudita, a faculdade de sentir-se *a-historicamente*

durante a sua duração”²¹⁸. A vida, diz Nietzsche, sem mais nada é possível sem rememoração, como mostra o exemplo do animal; mas a vida em qualquer sentido verdadeiro e profundo é totalmente impossível sem esquecimento. Não quero com isso dizer que o passado (a memória ou a história) é dispensável. Huyssen resume a questão: “precisamos de discriminação e rememoração produtiva”²¹⁹. O passado (as representações que sobre ele incidem) só é valioso na medida em que aquilo que se passou é usado em prol da vida e do impulso que a move. A monumentalização conferida aos eventos pretéritos não deixa de suscitar um efeito contrário. Será que vários outros passados possíveis, promessas de um futuro não realizado, não foram soterrados em prol desta concordância?

²¹⁸ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva*. *op. cit.* p. 9.

²¹⁹ HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. *op. cit.* p. 37.

FONTES

a) Impressas

ADAME, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Agrolândia: de Trombudo Alto aos nossos tempos*. 2ª ed. Itajaí: S&T Editores, 2005.

_____. *Alto Rio dos Bugres: As origens do município de Imbuia*. Blumenau: Odorizzi, 2004.

_____. *Paisagens da Memória: A criação do município de Vidal Ramos*. Itajaí: S&T Editores, 2004.

_____. *Rio do Oeste: A história oficial e outras histórias*. Itajaí: S&T Editores, 2004.

AMAVI. Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí, In: *Revista da Amavi*. Rio do Sul, Gráfica Tambosi, 2004.

AVANCINE, Alexandre. *Vitor Meireles: um mergulho no passado*. Florianópolis: Papa Livro, 1996.

BONIN, Dante. *História de Saleté: terra do Ribeirão Grande*. Taió: ed. Jornal Gazeta do Alto Vale, 1992.

BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e Sua História: vidas no tempo*. Taió: Editora Jornal Gazeta do Alto Vale, 1992.

CRISTOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo: nossa história, nossa gente*. Rio do Sul: Nova Era, 2000.

DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma: história do município*. Florianópolis: Edição do Autor, 1996.

KLUG, João; DIRKSEN, Valberto (orgs.). *Rio do Sul: uma história*. Florianópolis/Rio do Sul: Ed. da UFSC/Fundação Cultural de Rio do Sul, 2000.

KOCH, Dorvalino Eloy; MOMM, João. *Famílias Pioneiras de Salto Grande: Ituporanga SC*. Ituporanga: Edição do Autor, 1985.

LUCAS, Victor. *Olhos Azuis: a história de um rio*. Rio do Sul: Nova Era, 2001.

PERFIL DE PRESIDENTE NEREU. Prefeitura Municipal de Presidente Nereu. Conselho Municipal de Turismo. [S.I.: s.n.], 2000.

SENS, João Nicolau. *Família Sens: uma história para se contar*. Ituporanga: Edição do Autor, 2005.

WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso*. Rio do Sul: Editora Jornal Nova Era, 2000.

_____. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso*. 2ª ed. Ibirama: Editora Gráfica Jornal Vale do Norte, 2004.

ZANELLA, Fiorelo. *Das clareiras da barra do Tayó: um registro da oralidade histórica*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

b) Eletrônicas

REGIÕES de Santa Catarina. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%B5es_de_Santa_Catarina. Acesso em: 10/07/2008.

Website da AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale: <<http://www.amavi.org.br>>. Acesso entre 16 jun. 2008 e 19 ago. 2008.

Website da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>>. Acesso em 28 dez. 2008.

Website da Tremtur Ferrovia das Bromélias: <<http://www.tremtur.wlive.com.br/>>. Acesso em 22 jul. 2008.

Website do Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas – UFSC: <<http://www.eps.ufsc.br>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

Website do Professor Harry Wiese: < www.harrywiese.pro.br>. Acesso em: 15/11/2008.

Website do Governo do Estado de Santa Catarina: <<http://www.sc.gov.br>>. Acesso em 09/07/2008.

c) Filmes

ADEUS Lênin. Direção: Wolfganger Becker. Produção: Stefan Arndt. Intérpretes: Daniel Brühl; Katrin Sass; Maria Simon; Chulpan Klamatova; Florian Lucas e outros. [S.I.]: Westdeutscher Rundfunk / X-Filme Creative Pool, 2003. (118 min).

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Intérpretes: José Dumont; Nelson Dantas; Nelson Xanier; Rui Resende; Matheus Nachtergaele e outros. [S.I.]: Bananeira Filmes, 2003. (106 min).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru: EDUSC, 2007.
- ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- ARNS, Alice Bertoli. *Crônica à Margem do Rio do Oeste*. Curitiba: Linarth, 1987.
- BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. Trad. de Flávia Villas-Boas. São Paulo: UNESP, 1994.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas II: rua de mão única*. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. Trad. de José Lino Grünnewald... [et. al.]. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras completas vol. 2*. São Paulo: Globo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Trad. de Sergio Miceli... [et. al.]. São Paulo: USP, 1996.
- _____. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz – português de Portugal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 2001.
- _____. *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Florianópolis: UFSC, 2004.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *O que é história cultural?*. Trad. de Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *A Globalização Imaginada*. Trad. de Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 5ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo C. da Costa (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Trad. de Maria Gualhardo. Lisboa: Bertrand, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Trad. de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. *História Oral (Teoria e Técnica)*. Florianópolis: UFSC, 1978.

DALLABRIDA, Norberto. A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto, In: *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 4, p. 9-19, 1996.

DIAS, Maria O. S. Hermenêutica do Cotidiano na História Contemporânea, In: *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov, 1998.

DOSSE, François. *A História*. Trad. de Maria Helena Ortiz Assumpção. São Paulo: EDUSC, 2003.

Eliane Caffé fala do seu segundo longa, Narradores de Javé, In: *Revista Época*, Rio de Janeiro, Globo Editores, ed. 296, 19 jan. 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: *Topoi*, 2002, vol.1.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas), In: *Revista Brasileira de História*. ANPUH, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007.

FOUCAULT, Michel. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Beata Neves. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Microfísica do Poder*. Trad. de Roberto Machado. 18ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREITAS, Patrícia de. *Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis.

FROTSCHER, Méri. *Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GAY, Peter. *O Estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

GOMES, Valter Manoel. *Formas do pensamento histórico catarinense*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis.

GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo.

HAESBAERT, Rodrigo. Região, diversidade territorial e globalização, In: *GEOgraphia*, Ano 1, n. 1, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. (Trad. José Carlos Reis), In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36: p.261-273, Jul/Dez. 2006.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. de Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Trad. de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2007.

KAMMEN, Michel. Carls Becker redivivus or, is everyone really a historian?, In: *History and Theory*, v. 39, n. 2, 2000.

KOCH, Dorvalino Eloy. *Tragédias Euro-Xokleng e Contexto*. Brusque/SC: Edição do Autor, 2002.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2006.

KRESS, Ewald. *Agrolândia: nossa terra, nossa gente*. Agrolândia: Prefeitura Municipal, 1990.

LANDOWSKI, Eric. *Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica*. Trad. de Mary Amazonas L. de Barros. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão... [et. al.]. 5ª. ed. Campinas: UNICAMP, 2003

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. (Trad. Lúcia Haddad), In: *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov, 1998.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Trad. de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

_____. O Patrimônio Cultural Entre o Público e o Privado, In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* [resoluções do Congresso "O direito à memória"]. S.Paulo: Prefeitura do Município de S.Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa Grande & senzala e a representação do passado. 2008. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Rio Grande do Sul.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Obras incompletas*. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

_____. *Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. (Trad. Yara Aun

- Khoury), In: *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 2003.
- NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização de Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- PIAZZA, Walter (org.) *Italianos em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 2001.
- PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina: história da gente*. 5ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 2001.
- PORTO JÚNIOR, Gilson (org.). *História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 2005.
- POZENATO, José Clemente. *Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Trad. de Vanda Anastácio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- SACHET, Celestino. *A literatura catarinense*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.
- SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. (Trad. de Zena Winoma Eisenberg), In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.9, n.19, set.89/fev.90.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. de Rosa Freire d'Águilar. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SENRA, André. DUQUE-ESTRADA, Paulo César. *A noção de intencionalidade nas investigações fenomenológicas de Husserl*. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - PUC, Rio de Janeiro.
- SCHLEIF, Victor. Comemoração dos 25 anos de fundação de Nova Breslau. (Tradução de Curt Wiese), In: *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, nº. 3/4, Março/Abril, 2004.
- SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Povoamento-Imigração-Colonização*. Joinville: Edição do Autor, 1983.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória, In: *Revista Brasileira de História*. ANPUH, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.
- SILVA, Jaldyr B. Faustino da. [et. al.]. *Fundamentos da Cultura Catarinense*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*. São Paulo: EDUSC, 2001.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: UNB, 1998.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto e Antonio de Padua Danesi. São Paulo: EDUSP, 1994.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate, In: *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 5-15, 1994.

WOODWARD, Katharyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANELLA, Cláudia Cristina. *Atrás da porta: o discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina (1983-1998)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)